

BRUNEMBERG DA SILVA SOARES

APROPRIAÇÕES  
E USOS DE IMAGENS  
SOBRE OS ÍNDIOS

# HUKURU-KARIRI

EM PALMEIRA DOS ÍNDIOS/AL (1968-2010)



EDITORA  
OLYVER

APROPRIAÇÕES E USOS DE  
IMAGENS SOBRE OS ÍNDIOS  
XUKURU-KARIRI EM PALMEIRA  
DOS ÍNDIOS/AL (1968-2010)

**DIREÇÃO EDITORIAL:** Maria Camila da Conceição

**DIAGRAMAÇÃO:** Luciele Vieira / Jeamerson de Oliveira

**DESIGNER DE CAPA:** Jeamerson de Oliveira

**IMAGENS DE CAPA:** Acervo do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL). Fonte: acervo do GPHIAL, op. cit. p. 19. Autor: Adauto Rocha, 2019. Restaurante Maloca do Índio. Autor: ignorado. Fonte: Acervo do GPHIAL, 1969.

*O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.*



Todos os livros publicados pela Editora Olyver estão sob os direitos da Creative Commons 4.0  
[https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)

2019 Editora Olyver

Aldebaran | Tv. José Alfredo Marques, Loja 05

Antares, Maceió - AL, 57048-230

[www.editoraolyver.org](http://www.editoraolyver.org)

[editoraolyver@gmail.com](mailto:editoraolyver@gmail.com)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

S210p

SOARES, Brunemberg da Silva

Apropriações e usos de imagens sobre os índios Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios/AL (1968-2010). [recurso digital] / Brunemberg da Silva Soares. – Maceió, AL: Editora Olyver, 2020.

ISBN: 978-65-87192-44-4

Disponível em: <http://www.editoraolyver.org>

1. História e Memória. 2. Identidade Palmeirense. 3. Memorialistas de Palmeira dos Índios. 4. Representação Indígena. 5. Museu Xucurus. I. Título.

CDD: 981

---

Índices para catálogo sistemático:

1. História 981

BRUNEMBERG DA SILVA SOARES

APROPRIAÇÕES E USOS DE  
IMAGENS SOBRE OS ÍNDIOS  
XUKURU-KARIRI EM PALMEIRA  
DOS ÍNDIOS/AL (1968-2010)

Maceió-AL  
2020

  
OLYVER

# DIREÇÃO EDITORIAL

---

## **Maria Camila da Conceição** COMITÊ CIENTÍFICO EDITORIAL

---

**Prof. Dr. José Adelson Lopes Peixoto**  
Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

**Prof. Dr. Edson Hely Silva**  
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (Brasil)

**Prof. Dr. Constantino José Bezerra de Melo**  
Secretaria de Educação de Pernambuco - SEE-PE (Brasil)

**Profª Drª. Ana Cristina de Lima Moreira**  
Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

**Prof. Dr. Siloé Soares de Amorim**  
Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

**Profª Drª. Nara Salles**  
Universidade Federal de Pelotas | UFPel (Brasil)

**Profª Drª. Urânia Auxiliadora Santos Maia de Oliveira**  
Universidade Federal da Bahia | UFBA (Brasil)

**Prof. Dr. Fernando José Ferreira Aguiar**  
Universidade Federal de Sergipe | UFS (Brasil)

**Profª Drª. Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo**  
Universidade de Pernambuco | UPE (Brasil)

**Profª Me. Deisiane da Silva Bezerra**  
Universidade Federal Rural de Pernambuco | UFRPE (Brasil)

**Profª. Me. Francisca Maria Neta**

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

**Profª Dra. Iraci Nobre da Silva**

Universidade Católica de Pernambuco | UNICAP (Brasil)

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

**Profª Me. Gisely Martins da Silva**

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

**Prof. Dr. Augusto César Acioly Paz Silva**

Universidade Federal de Pernambuco | UFPE (Brasil)

Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde | AESA-CESA (Brasil)

**Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva**

Universidad de la Integración de las Américas | UNIDA (Paraguai)

Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde | AESA-CESA (Brasil)

**Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva**

Universidade do Estado da Bahia | UNEB (Brasil)

Universidade Federal de São Carlos | UFSCar (Brasil)

**Profª Dra. Denize dos Santos**

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

**Prof. Dr. Júlio César Ferreira Lima**

Instituto Federal do Ceará | Campus Fortaleza | IFCE (Brasil)

**Prof. Dr. Helder Remigio de Amorim**

Universidade Católica de Pernambuco | UNICAP (Brasil)

**Prof. Me. Jeyson Messias Rodrigues**

Núcleo de Estudos em Ciências da Religião – NECIR | UFAL (Brasil)

**Prof. Dr. Hélder Manuel Guerra Henriques**

Professor da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do

Instituto Politécnico de Portalegre (Portugal)

**Profª Drª. Maria Aparecida Santos e Campos**

Doutorado em Actividad física y salud. Universidade de Jaen | UJAEN  
(Espanha)

**Prof. Dr. Diosnel Centurion, Ph.D**

Universidad Católica Ntra. Sra. de la Asunción | Asunción (Paraguay)

**Profª Drª. Marta Isabel Canese de Estigarribia**

Universidad Nacional de Asunción, Escuela de Ciencias Sociales y Políticas |  
Asunción (Paraguay)

**Profª Drª. Mariana Anecchini**

Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires | (Argentina)  
Instituto de Estudios Históricos y Sociales de la Pampa/CONICET/  
Universidad Nacional de La Pampa | (Argentina)

**Prof. Dr. Miguel Angel Rossi**

Universidad de Buenos Aires (Argentina)

Dedico este texto ao povo  
Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios.

## AGRADECIMENTOS

---

Escrever os agradecimentos é sem dúvidas uma das partes mais difíceis de todo o percurso até a publicação desse livro. Uma obra que é o resultado de um objetivo traçado a alguns anos, quando, cursando a graduação em História pela Universidade Estadual de Alagoas/UNEAL, ingressei no Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas/GPHIAL e, despertado o interesse pela temática, decidi pesquisar sobre a presença histórica do povo Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios e como foram representados localmente.

O caminho de estudos, pesquisas e reflexões transcorrido até aqui foi longo e pedregoso, porém, repleto de desafios, experiências enriquecedoras e de aprendizados que transcendem o ambiente acadêmico. Assim como os conhecimentos adquiridos, as amizades conquistadas, o carinho e o apoio demonstrados por aqueles que contribuíram para essa conquista não ficaram restritas ao contexto da pesquisa. Desse modo, o exercício de gratidão aqui expresso se configura em rememorar a trajetória que resultou nessa obra, em reconhecer que sem a colaboração recebida a publicação desse livro não teria sido possível.

Por tanto, sou grato a todos e todas que contribuíram indireta ou indiretamente com a pesquisa que resultou na dissertação de mestrado e, posteriormente, nessa obra. Gostaria de expressar minha gratidão a todos os professores e professoras que fizeram parte de minha formação acadêmica e contribuíram para meu amadurecimento teórico, humano e profissional, em especial aos docentes do curso de História da UNEAL Campus III, instituição na qual me formei e de onde nunca me desliguei

totalmente, e aos do Programa de Pós-Graduação em História/PPGH da Universidade Federal de Campina Grande/UFCG, cujas aulas e debates teóricos foram fundamentais para o meu amadurecimento teórico.

À minha família pelo imenso apoio e incentivo durante o mestrado, principalmente ao longo do primeiro ano do curso. Sou muito grato aos meus pais, Socorro e Genivaldo, por acreditarem que a educação é o melhor caminho para uma vida melhor.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES pela bolsa concedida durante o mestrado, uma contribuição fundamental para a realização do curso.

Ao professor Edson Silva, por ter aceitado me orientar durante o mestrado, contribuindo imensamente com a pesquisa, por me receber em sua casa durante eventos acadêmicos realizados em Recife e por se dispor a elaborar o prefácio para a publicação da pesquisa no formato de livro. Agradeço pela paciência frente às minhas falhas pessoais e limitações acadêmicas, bem como por suas demonstrações de humildade e sabedoria.

À banca examinadora do mestrado, composta pelos professores José Gabriel Correia, Aldemir Barros da Silva Júnior e Gilberto Geraldo Ferreira, ao qual agradeço pela coorientação deste trabalho. Obrigado pelas considerações, críticas construtivas e contribuições para o amadurecimento do texto.

Sou imensamente grato ao professor José Adelson Lopes Peixoto, por despertar meu interesse em pesquisar sobre a temática indígena e em conhecer mais sobre a trajetória histórica do povo Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios. Pela

sincera amizade cultivada ao longo da graduação e dos anos de convivência no GPHIAL, pelo incentivo pessoal e apoio em momentos difíceis. Pela confiança em minha capacidade, mesmo em momentos que tive dúvidas, me mostrando que eu poderia trilhar por caminhos antes vistos como inacessíveis. Serei eternamente agradecido pelo privilégio de sua amizade.

A todos os colegas membros do Grupo de Pesquisa em História Indígena de Alagoas/GPHIAL, o qual faz parte de minha vida desde a graduação. Agradeço novamente ao professor José Adelson Lopes Peixoto, coordenador, pelo espaço de aprendizagem e crescimento acadêmico e pessoal que este grupo me possibilitou, bem como pelo acesso ao acervo documental do grupo. Agradeço de forma especial aos companheiros de pesquisa; Thayan Correia, por sua amizade e por acreditar na minha capacidade, me apoiando em momentos difíceis; Mary Hellen Lima, pelo companheirismo e colaboração durante o mestrado; Robson Romildo, pela amizade e palavras de sabedoria em momentos de indecisão; Adauto Santos Rocha, pela amizade, apoio e pelos inúmeros favores que me fez, principalmente nos últimos meses do mestrado; Deisiane Bezerra, pelas dicas sobre a adaptação ao mestrado e à vida em uma cidade nova, principalmente por me ajudar a encontrar um apartamento em Campina Grande; e a Yuri Franklin dos Santos, pela ajuda na busca por fontes documentais, no acervo do GPHIAL, que pudessem contribuir para a pesquisa.

À Amanda Maria Antero, colega na graduação e de pesquisa no GPHIAL, sou muito grato por sua amizade durante o mestrado, pelo companheirismo e apoio constante nesse período. Estarei eternamente em dívida pelos incontáveis favores recebidos.

Agradeço imensamente os colegas de pesquisa que contribuíram diretamente para a viabilização deste livro, se dispondo a revisar o texto e a contribuir com sugestões gramaticais, teóricas e estruturais que foram imprescindíveis; Adelson Lopes, Yuri Franklin e Adauto Rocha.

À professora Francisca Maria Neta, pelo apoio e incentivo durante a pesquisa documental que realizei no acervo do GPHIAL, e durante a escrita da dissertação. Sou grato pela confiança depositada, em especial, pelos convites para a participação em eventos acadêmicos na UNEAL e pela oportunidade de publicar artigos em livros organizados pela professora Francisca Maria Neta e pelo professor José Adelson Lopes.

Aos amigos que conquistei ao longo do mestrado, com os quais pude partilhar memoráveis momentos: Viviane Aquino, Alberto Montenegro, Jeferson Abraão, e Rodrigo ribeiro, ao qual agradeço de forma especial pelos vários favores que me fez, principalmente pelo auxílio nos processos burocráticos exigidos pelo PPGH-UFCG.

Agradeço imensamente ao povo Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios, grande exemplo de resistência e de protagonismo frente às adversidades, desafios e injustiças. Sou grato pela receptividade, confiança e colaboração com a pesquisa. Agradeço aos indígenas que aceitaram o convite para entrevistas e conversas, de forma especial a Tanawy Tenório, importante liderança Xukuru-Kariri, por sempre estar disposto a me receber na Aldeia Mata da Cafurna e à Dona Betânia Celestino, liderança na Aldeia Cafurna de Baixo, pela imensa ajuda na realização da pesquisa de campo, durante a qual não apenas se dispôs a conversar comigo, mas a me acompanhar em

visitas às demais aldeias Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios, sou muito grato por sua colaboração e prestatividade.

Às professoras Ana Maria Cristina, Gilene Cerqueira e Cátia Almeida, pela disponibilidade e colaboração com a pesquisa, suas entrevistas me forneceram valiosas informações, bem como, ampliaram minha perspectiva de análise.

A todos os amigos e companheiros que fizeram parte dessa trajetória e que estiveram presentes de algum modo nesse processo, contribuindo de diferentes maneiras para esta pesquisa. Em especial, à minha namorada Ana Cláudia Oliveira, agradeço imensamente pelo incentivo, pelas inúmeras contribuições e por seu apoio incondicional durante o mestrado, sem você, a caminhada teria sido muito mais longa e difícil.

Por fim, agradeço aos caros leitores e leitoras dessa obra, por seu interesse em conhecer um pouco mais sobre a trajetória sócio-histórica de resistência, mobilização e protagonismo vivenciada pelo povo Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios.

# SUMÁRIO

---

## **PREFÁCIO**

Os indígenas não são apenas um espetáculo da cultura fantasioso para o deslumbramento, consumo e deleite: criticando as imagens idílicas, exóticas e folclóricas construídas sobre os Xukuru-Kariri

Edson Silva.....16

## **APRESENTAÇÃO**

José Adelson Lopes Peixoto.....24

**CONSIDERAÇÕES INICIAIS**..... 29

## **CAPÍTULO I**

OS ÍNDIOS XUKURU-KARIRI E A HISTÓRIA DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS: DISPUTAS TERRITORIAIS E MNÊMICAS.....45

1.1. Palmeira dos Índios “terra de Xucuru”: situando o *lócus* da pesquisa.....47

1.2. Conflitos, resistência e mobilizações: o povo Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios.....52

1.3. “Pacatos, bizarros e a caminho da extinção”: os índios Xukuru-Kariri descritos por Ivan Barros e Luiz Torres.....75

## **CAPÍTULO II**

POVO FORMADOR OU ARTEFATO MUSEOLÓGICO?.....97

A IDENTIDADE REGIONAL E O PATRIMÔNIO COMO AGENTES DO ESQUECIMENTO.....97

2.1. Escavações em Palmeira dos Índios: a visão arqueológica sobre o índio.....99

2.2. Da Mata à vitrine: o Museu Xucurus de História, Artes e Costumes..... 110

2.3. Povo originário ou “inimigo interno”: a via dupla da representação.....	131
--	-----

### **CAPÍTULO III**

ENTRE IMAGENS E RELATOS DE MEMÓRIAS: REFLEXÕES SOBRE A PRESENÇA DOS ÍNDIOS XUKURU-KARIRI EM PALMEIRA DOS ÍNDIOS.....	142
--	-----

3.1. Discursos múltiplos sobre o povo Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios.....	144
---	-----

3.2. Reações às mobilizações do povo Xukuru-Kariri.....	161
---	-----

3.3. Desconstruindo estereótipos: a história de Palmeira dos Índios na visão dos indígenas.....	175
---	-----

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>193</b>
----------------------------------	------------

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>198</b>
-------------------------	------------

<b>LISTA DE ENTREVISTADOS.....</b>	<b>207</b>
------------------------------------	------------

## PREFÁCIO

---

**Os indígenas não são apenas um espetáculo da cultura fantasioso para o deslumbramento, consumo e deleite: criticando as imagens idílicas, exóticas e folclóricas construídas sobre os Xukuru-Kariri**

*Teu passado glorioso  
Tem origem secular  
Nos heroicos xucurus  
De bravura e fé sem par;  
Cujos feitos nós seguimos  
Como luz a nos guiar*

(primeira estrofe da letra do Hino de  
Palmeira dos Índios/AL)

A união entre elementos modernos, como as noites dançantes e a existência de telefone nas mesas, e referências ao passado indígena, como o cardápio em tupi, evidencia o contraste existente entre o rústico aspecto indígena, representado pela estrutura do restaurante e o expoente da civilidade e do “progresso palmeirense”, referenciado nas apresentações do Maestro José Gonçalves, responsável pelas músicas de violino tocadas durante os jantares.

Os dois textos acima são bastantes significativos para compreender as discussões realizadas nesse livro, acerca das referências aos índios Xukuru-Kariri no município de Palmeira dos Índios, onde habitam os indígenas. O primeiro texto, uma estrofe da letra do hino daquele município no Semiárido alagoano, exaltando poeticamente nas origens municipais o heroísmo e a

bravura dos indígenas, como lúmen a serem seguidos. O segundo texto que se encontra no 3º capítulo (p.146) desse livro, refere-se ao Restaurante “Maloca do Índio”, “o expoente da civilidade e do ‘progresso palmeirense’”, inaugurado em outubro de 1967 naquela cidade. Construído com uma arquitetura considerada “rustica”, à semelhança de moradias indígenas no Xingu ou na Região Norte, por isso tornando-se uma grande atração turística, o espaço era um misto de modernidade no disponibilizado aos clientes e no exotismo atribuído a um passado indígena na região.

Com muitos frequentadores ilustres, como comerciantes e famílias da oligarquia local, o restaurante que era copropriedade de um dos políticos que governara o município, apresentava um cardápio em Tupi, numa suposta alusão equivocada aos Xukuru-Kariri habitantes no município, uma vez que a citada língua indígena era falada por povos indígenas no litoral e não no Semiárido alagoano. Todas essas imagens, representações e discursos dizem muito sobre o que os não indígenas em Palmeira dos Índios pensavam e pensam; afirmam sobre o lugar do Xukuru-Kariri na história e no presente daquele município. São imagens situadas, cultuadas e exaltadas entre o idílico, o romântico, o folclórico e o exótico, de um passado distante e por essas razões desconectadas, omitindo, negando, desconsiderando as experiências e situações vivenciadas pelos indígenas Xukuru-Kariri, como foram muito bem evidenciadas por diversos estudos recentes.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup>Em anos bem recentes diversas pesquisas foram realizadas sobre os Xukuru-Kariri a partir de diferentes perspectivas de abordagens, sejam enfatizando os indígenas na História de Palmeira dos Índios e em

Na capa desse livro, observamos ainda a escultura representando uma índia, encontrada na Praça Moreno Brandão, mais conhecida como “Praça do Açude”, no centro comercial da cidade de Palmeira dos Índios. Obviamente que a escultura remete também as origens do município, em uma suposta homenagem aos indígenas. São imagens também evocadas por Ivan Barros e Luiz Torres, homens das letras e considerados dois grandes intelectuais do município. O primeiro foi advogado dos fazendeiros invasores no território Xukuru-Kariri e articulador do movimento para difamação dos indígenas nas rádios locais. O segundo, publicou escritos acerca de um passado idílico dos índios na história municipal, criando uma narrativa fantasiosa oficial sobre a fundação da cidade. Luiz Torres, também coautor da letra do Hino de Palmeira dos Índios, foi ainda o grande responsável pela criação do “Museu

---

Alagoas, sejam a organização social, as reivindicações e mobilizações sociopolíticas por direitos, especificamente ao território, usurpado por latifundiários e fazendeiros, sobretudo a partir de meados do Século XIX, e os descendentes que formam a oligarquia municipal. A exemplo das pesquisas, publicadas em forma de livros: PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Memórias e imagens em confronto: os Xukuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá.** Maceió: Editora Olyver, 2020; ROCHA, Adauto Santos da. **Xukuru-Kariri: migrações, cotidiano e dimensões do trabalho indígena em Alagoas e no Sudeste do país (1952-1990).** Maceió: Editora Olyver, 2020; FERREIRA, Gilberto Geraldo. **Educação formal para os índios: as escolas do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) nos postos indígenas em Alagoas (1940-1967).** Maceió: Editora Olyver, 2020; SILVA, Amanda Maria Antero. **Xukuru-Kariri protagonismo indígena em Palmeira dos Índios/AL (1979-2013).** Maceió: Editora Olyver (no prelo); SILVA, Edson; MACEDO, Michelle Reis de. (Orgs.). **Os Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios, Alagoas: História, memórias e patrimônio cultural.** Maceió, FAPEAL (no prelo).

Xucurus de História, Artes e Costumes”, com artefatos sobre a história municipal, onde, apesar da nomeação, os diversos objetos em exposição, na maioria, são da oligarquia local, ocupando grande parte do ambiente.

E no 1º andar do Museu, numa espécie de anexo ao prédio principal, uma antiga igreja católica romana, foi reservado um pequeno espaço dedicado aos Xukuru-Kariri, ironicamente ao lado de uma coleção de armas, onde estão objetos sobre a escravidão negra e amontoados vários artefatos dos indígenas. Não por acaso, os Xukuru-Kariri estariam representados de forma musealizada, na definição primeira da expressão, como cristalizados naqueles artefatos remetendo a um passado distante e desvinculado dos atuais indígenas em Palmeira dos Índios. Considerando ainda as igaçabas expostas abertas com ossos no interior, num flagrante desrespeito e o visível abandono do acervo sobre os indígenas. E o Museu sob a administração da Prefeitura Municipal, não tem pessoas especializadas em museologia e nem tão pouco conhecendo sobre os Xukuru-Kariri para informar aos visitantes.

Em busca do passado indígena na história municipal, foram realizadas pesquisas arqueológicas no território do antigo aldeamento Xukuru-Kariri invadido por fazendeiros, enquanto os indígenas eram trabalhadores explorados nessas fazendas, moradores nas periferias de Palmeira dos Índios ou nas cidades vizinhas. Ou seja, os artefatos arqueológicos destinados ao Museu Xucurus de História, Artes e Costumes conferiam a imaginada identidade indígena de Palmeira dos Índios, continuava os chamados “remanescentes” (restos!) Xukuru-Kariri

invisibilizados e sem um território reconhecido. Situação evidenciada quando da pomposa inauguração do Museu no final de 1971 com o comparecimento de várias autoridades locais, todavia nos registros e fotografias da época, os Xukuru-Kariri não estiveram presentes!

Após a aprovação da Constituição Federal em 1988 com o reconhecimento dos direitos indígenas, sobretudo as terras, os Xukuru-Kariri se mobilizaram reivindicando a demarcação territorial. Os estudos promovidos pela FUNAI prolongaram-se até meados dos anos 2000. E após publicação do relatório antropológico, em 2008, e uma ação movida pelo Ministério Público Federal, em 2010, para a demarcação da Terra Indígena Xukuru-Kariri, invasores do território indígena e diversos aliados em Palmeira dos Índios, organizaram o “Movimento Palmeira de Todos” contrários à demarcação. Alegavam de forma falaciosa que 12 mil produtores seriam desapropriados provocando a ruína da economia municipal, sendo os indígenas chamados “inimigos do progresso”. Houve uma intensa campanha de difamação contra os Xukuru-Kariri. Um Deputado Estadual apresentou um projeto para mudança do nome do município, afirmando a inexistências dos indígenas!

As emissoras de rádio local, com alcance nos povoados e cidades vizinhas, foram e são as principais divulgadoras da campanha contra a demarcação, reproduzindo estereótipos e informações deturpadas sobre os direitos Xukuru-Kariri, alimentando para a população em geral inverdades, o medo e preconceitos contra os indígenas. Que foram chamados de “invasores” e sem necessidade de apoio da FUNAI, uma vez “aculturados” e

“integrados” com a sociedade palmeirense. Apesar de existirem na cidade de Palmeira dos Índios diversos logradouros públicos e estabelecimentos comerciais, com nomeações em referências aos indígenas, todavia pensados e homenageados como aculturados, extintos, pertencentes ao passado longínquo da exaltada origem do município. Como se referiu o renomado escritor Graciliano Ramos, nascido no vizinho município de Quebrangulo.

Embora que nas disputas pela hegemonia sociopolítica e econômica regional com o também vizinho município de Arapiraca, quando foi de interesses das elites locais ocorreu a citação dos indígenas na formação da identidade de Palmeira dos Índios, em imagens e discursos exóticos, românticos, tão bem elaborados por Luiz Torres. Contudo, nas disputas, conflitos e mobilizações de retomadas de partes do território pelos Xukuru-Kariri, as difamações contra os indígenas chamados de “caboclos” ou “mestiços” sem direitos às terras reivindicadas, substituíram as imagens idílicas e romantizadas. E José Delfim da Motta Branco, escritor, advogado e uns dos responsáveis pela criação dos símbolos oficiais do município onde os indígenas são representados, atuou como advogado de invasores nas terras indígenas, afirmando que os Xukuru-Kariri não eram índios, mas “remanescentes aculturados e integrados à civilização”.

Os Xukuru-Kariri habitando em Palmeira dos Índios, com as mobilizações de retomadas das terras e pela demarcação do território reivindicado, questionam as narrativas românticas, folclóricas e exóticas negando os direitos indígenas e diante de todos os preconceitos

enfrentados, afirmam a identidade. E criticam com muita firmeza e enfaticamente as imagens, discursos e representações estereotipadas! Afirmando a necessidade dos não índios em Palmeira dos Índios conhecerem os indígenas, sendo a Educação, o ensino, um meio para possibilitar a compreensão sobre a história e a atualidade Xukuru-Kariri naquele município, a exemplo de uma reorganização do Museu Xucurus de História, Artes e Costumes, pensado também com exposições no território indígena, como um espaço para desconstrução das imagens equivocadas e o devido reconhecimento das expressões socioculturais e a partir das narrativas indígenas.

Após um incêndio considerado criminoso, mas não solucionado, em 1970, o restaurante “Maloca do Índio” tornou-se apenas cinzas, porém as imagens equivocadas sobre os índios habitantes em Palmeira dos Índios permanecem, a exemplo da “estátua da índia” na popularmente chamada “Praça do Açude” no centro comercial da cidade. Nesse livro, com uma pesquisa bastante acurada em muitas fontes documentais, em diálogos com a literatura especializada e ouvindo as vozes indígenas, o autor buscou discutir a construção dessas imagens. Sendo uma contribuição importante para pensar as (des)continuidades delas e em contraponto a afirmação Xukuru-Kariri diante de considerável parte da população municipal negando a identidade e os direitos indígenas, sobretudo a demarcação territorial, estimulada e influenciada pelos discursos dos fazendeiros invasores, políticos, comerciantes membros da oligarquia local.

A publicação desse livro é também um necessário reconhecimento da atuação do Prof. Dr. José Adelson Lopes Peixoto, coordenador do GPHIAL/Grupo de Pesquisa da História Indígena de Alagoas, sediado na UNEAL/Campus Palmeira dos Índios, existente há mais de uma década.<sup>2</sup> O grupo mais longo de pesquisas sobre a temática indígena no Brasil, do qual Brunemberg Soares foi membro com diversos estudantes durante o curso de Licenciatura em História naquela instituição. Os estudos, pesquisas e reflexões realizadas no GPHIAL, possibilitaram o ingresso de vários membros no Mestrado em diferentes universidades em estados no Nordeste, com posterior publicações das dissertações em forma de livros (ver nota de rodapé 1), como também aprovações no Doutorado. E o Prof. Adelson é reconhecidamente o principal responsável por essas conquistas, por estimular pesquisas como a ora publicada, contribuindo decisivamente para evidenciar os protagonismos e uma maior compreensão sobre os Xukuru-Kariri, como fez o autor nesse livro.

Olho d'Água dos Bredos  
(Arcoverde/PE), 15 dezembro de 2020.

Edson Silva  
Professor Titular de História da UFPE

---

<sup>2</sup>SILVA, Edson. GPHIAL: 10 anos de compromissos com os povos indígenas em Alagoas. [Prefácio]. *In*: ROCHA, Aduino Santos da; BEZERRA, Deisiane da Silva; PEIXOTO, José Adelson Lopes. (Orgs.). **Memória e identidade indígena em Alagoas**. Maceió: Olyver, 2020.

## APRESENTAÇÃO

---

### **Da pesquisa à oficina da História: o objetivo, o percurso e a produção deste livro**

Escrever a apresentação desta obra é reviver um turbilhão de emoções e lembranças. Emoções por ver materializado um livro que é fruto de uma pesquisa séria, competente e comprometida, realizada por um pesquisador motivado pelo objetivo de apresentar e refutar a forma como a sociedade palmerindense concebeu e projetou a imagem dos Xukuru-Kariri, a partir dos textos do passado, como povo que habitou a região e desapareceu com o contato imposto durante o processo de nascimento e formação do município.

As emoções me levam a rebuscar memórias sobre a trajetória que Brunemberg Soares traçou ao longo da sua vida acadêmica na Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL, como aluno do Curso de História, membro efetivo do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas – GPHIAL (catalogação e conservação de acervo, pesquisa bibliográfica, documental e de campo), bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID e no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC, sob minha coordenação. Muitas experiências vividas e compartilhadas!

A atuação de Brunemberg em várias atividades de ensino, pesquisa e extensão lhe instrumentalizou a cursar o Mestrado em História na Universidade Federal de Campina Grande, sob a orientação do professor Dr. Edson H. Silva, onde foi possível ampliar a pesquisa iniciada na graduação e aplicar um conjunto de habilidades técnicas associadas a um amplo

conhecimento teórico metodológico para produzir a dissertação e transformá-la neste livro tão importante para o reconhecimento do lugar social, visibilidade e suporte nas ações e reivindicações protagonizadas pelo povo Xukuru-Kariri.

O trabalho de pesquisa realizado para elaborar os capítulos que compõem este livro mostra um sério envolvimento e compromisso com a temática indígena, um domínio das habilidades do historiador e a capacidade de dialogar com a Sociologia e a Antropologia para apresentar a forma como se construiu uma imagem excludente e pejorativa sobre o povo Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios. Com essas habilidades, Brunemberg escreve uma nova página da História Indígena em Palmeira dos Índios, nos moldes que o Prof. Durval Muniz de Albuquerque Júnior afirma ser

A oficina do historiador se abrindo para aqueles que foram marginalizados pela sociedade (...), aqueles que nunca foram vistos como sujeitos do passado ou do futuro, aqueles que nunca contaram, aqueles que nunca valeram nada por não se dedicarem ao que seria o fundamento de nossa sociedade: o trabalho (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p. 36<sup>3</sup>).

Na perspectiva de conceber a pesquisa como um trabalho de coleta de peças, dados, enredos, falas, silêncios, lembranças e esquecimentos, atividades desenvolvidas no turbilhão de leituras, produção de fotografias, realização de entrevistas, transcrições, idas e vindas aos acervos e ao campo, geralmente compartilhando essas atividades com outros sujeitos, o historiador passa para um segundo momento, “de forma

---

<sup>3</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz.de. **O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da História**. São Paulo: Intermeios, 2019.

individual e isolada, dentro do ateliê, de sua casa, de sua biblioteca...” (libidem, p.30), quando faz as escolhas e finalmente redige o texto que é, posteriormente, apresentado.

Na leitura do livro APROPRIAÇÕES E USOS DE IMAGENS SOBRE OS ÍNDIOS XUKURU-KARIRI EM PALMEIRA DOS ÍNDIOS/AL (1968-2010) é claramente perceptível a forma cuidadosa pela qual o autor se debruçou sobre cada uma das etapas da pesquisa à escrita, tendo o cuidado de nos oferecer um texto que cumpre o propósito de desconstruir a imagem falseada, preconceituosa e estereotipada que foi construída sobre o povo Xukuru-Kariri.

Este livro cumpre o papel historiográfico de nos levar a uma oficina onde podemos repensar conceitos, ideias e discursos e reconstruir, na oficina da história, a imagem dos indígenas na história local. Para isso, as ferramentas estão postas em três capítulos, a seguir, a nossa espera para coletar, ordenar e internalizar.

O capítulo I faz uma viagem sobre a história da formação de Palmeira dos Índios, apresentando a forma como os indígenas foram descritos naquele período. Destaca que as produções sobre a atuação dos indígenas nesse processo os relegam a duas condições: a primeira, romantizada em uma lenda sobre um amor proibido de dois indígenas e a segunda, sobre os conflitos territoriais com os posseiros que ocupam seu território. Em seguida, o autor vai apresentando uma imagem dos Xukuru-Kariri protagonizando mobilizações pela demarcação de suas terras, ainda na primeira metade do século XIX, contexto que desencadeia uma discussão pautada em conceitos como desterritorialização e emergência étnica, fundamentais para

compreensão do posterior processo de construção de uma imagem que ainda impera na sociedade local.

O capítulo II apresenta o Museu Xucurus de História, Artes e Costumes como um lugar de memória histórica em Palmeira dos Índios, colocando-o como espaço de produção, transmissão e circulação de imagens e discursos. A discussão é direcionada para a análise do processo de descobertas de artefatos arqueológicos e suas retiradas do território indígena para exposição no Museu, principalmente as urnas funerárias, ação definida, pelos entrevistados, como profanação do cemitério indígena. A seguir, o autor apresenta a forma como a exposição museal e o processo de retomadas e demarcação fomentaram discursos públicos, debates e criação de imagens sobre os Xukuru-Kariri.

No capítulo III, contrapondo os discursos preconceituosos sobre a cultura e a disseminação de imagens estereotipadas que circulam no município, o autor apresenta os posicionamentos de alguns indígenas em relação a tal situação, evidenciando a forma como esse povo percebe as representações que existem e circulam sobre as suas expressões socioculturais, destacando o modo como concebem a chamada história oficial do município, que nega seu protagonismo e os representa unicamente como seres folclóricos e imagens estampadas nos símbolos oficiais e estatuária que adorna alguns espaços públicos.

Retomando à ideia da escrita histórica como um trabalho artesanal, realizado na oficina do historiador, percebemos a grandiosidade da ação de lembrar fatos, compreender discursos e reescrever a história procurando ser fiel aos

protagonismos que foram deturpados, omitidos, negados e silenciados pela escrita dos primeiros estudiosos da temática.

Diante da importância dos conceitos, das discussões e do percurso teórico e metodológico empreendidos por Brunemberg Soares para produzir este livro, fazer esta apresentação é uma atividade que, como dito no início, é revestida de emoções e lembranças, mas acrescento agora a alegria da constatação de que é possível escrever uma história mais plural, comprometida com a narrativa dos reais protagonismos e com a possibilidade de nos fazer abrir a oficina da história para produzir novos conceitos, leituras e perspectivas, a partir das quais poderemos conceber a identidade étnica como um produto histórico gestado nas vivências e experiências das pessoas comuns, atores invisibilizados na escrita da sua própria história.

Palmeira dos Índios, 16 de setembro de 2020.

Prof. Dr. José Adelson Lopes Peixoto

UNEAL/GPHIAL

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

---

Com este livro, pretendemos contribuir para um repensar sobre a presença do povo indígena Xukuru-Kariri na história de formação e no cotidiano de relações sociais no município de Palmeira dos Índios/AL. A partir de uma análise crítica das diversas formas de representações romantizadas sobre os indígenas, buscamos refletir sobre os contextos sócio históricos e os atores envolvidos na criação de narrativas e símbolos representativos dos indígenas na história local.

O interesse pela temática indígena surgiu no terceiro período do curso de graduação em História na Universidade Estadual de Alagoas/UNEAL, Campus Palmeira dos Índios, quando me matriculei na disciplina *História Indígena*, ministrada pelo Professor José Adelson Lopes Peixoto. A partir das leituras de textos e dos debates em sala de aula, surgiram questionamentos sobre a presença indígena em Palmeira dos Índios, pois, essas reflexões me fizeram perceber o paradoxo das representações sobre os indígenas naquele município, que se reconhecia como originário de um aldeamento, trazia várias referências sobre o índio, inclusive em seu nome, porém em muitos momentos negava os direitos e mesmo a etnicidade (BARTH, 2000) dos indígenas habitantes na região.

A partir do ingresso no Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas/GPHIAL<sup>4</sup>, minhas inquietações foram ampliadas, diante das leituras e discussões sistemáticas sobre os povos indígenas na História, na aproximação com outros estudantes da temática e com indígenas Xukuru-Kariri que

---

<sup>4</sup> Sediado no Campus III da UNEAL este Grupo de Pesquisas é coordenado pelo Professor Dr. José Adelson Lopes Peixoto.

participaram de eventos organizados pelo referido grupo. Nesse sentido, em meu trabalho de conclusão de curso, analisei a presença indígena no contexto de formação do município de Palmeira dos Índios, discutindo as disputas territoriais e processos de esbulhos resultantes da extinção do Aldeamento da Palmeira em 1872, seguido por um contexto de invisibilidade étnica, e posterior processo de etnogênese e afirmação sociocultural.

Os debates e momentos de trocas de experiências em eventos de história, principalmente quando da apresentação de artigos em Simpósios Temáticos, estimularam a ampliação da temática estudada. Uma das principais inspirações para este texto foi a dissertação de mestrado do meu orientador durante a graduação, o Professor Adelson Lopes Peixoto, na qual o pesquisador discutiu sobre a “imagem” dos indígenas Xukuru-Kariri a partir de dois acervos fotográficos distintos: um de autoria do memorialista Luiz Barros Torres e o outro do Pajé da Aldeia Mata da Cafurna, Lenoir Tenório.

A leitura desse texto me estimulou a refletir de forma mais aprofundada sobre a presença indígena no município, a partir de uma análise das diversas representações existentes na localidade, problematizando a atuação dos memorialistas que as criaram e suas influências na forma como os indígenas foram vistos no município ao longo dos anos. Nesse sentido, o objetivo desse estudo foi analisar a forma como essas representações narrativas e imagéticas, sobre os indígenas em Palmeira dos Índios, foram construídas ao longo da escrita da História Oficial do município, considerando as disputas pelas memórias e os conflitos territoriais, buscando compreender como tais imagens perpetuaram-se e como são vistas pelos indígenas Xukuru-Kariri.

Com origens em torno de um aldeamento indígena, em finais do século XVIII, o município de Palmeira dos Índios, localizado no interior do estado de Alagoas, tem sua história marcada por conflitos fundiários entre a oligarquia local, que se formou, principalmente, a partir da apropriação de terras indígenas, e pela presença do povo Xukuru-Kariri. No entanto, em disputas com a oligarquia palmeirense, detentora das terras, do poder político e do controle sobre a opinião pública, os indígenas foram representados pelos memorialistas Luiz Barros Torres e Ivan Bezerra de Barros, primeiros a escrever sobre a história do município.

Os indígenas então presentes na História Oficial, referenciados em lugares de memória (NORA, 1997) e nos símbolos oficiais do município, inspirados em narrativas que os descrevem como gentis e ingênuos ancestrais que observaram passivamente as invasões e apropriação de suas terras. Assim, a busca por retratar os Xukuru-Kariri como parte da história local resultou em representações deles como “descendentes” em vias de aculturação, aos moldes de um discurso evolucionista que mesmo reconhecendo a origem da cidade em um aldeamento, nega as mobilizações e o protagonismo dos seus primeiros habitantes.

Essas apropriações de imagens estereotipadas motivaram uma pesquisa cujo principal objetivo foi discutir a forma como o povo Xukuru-Kariri é representado no município de Palmeira dos Índios, diante de uma construção escrita, discursiva e imagética, influenciando as memórias dos palmeirenses (HALBWACHS, 2006). Criando um índio exótico, convertido em símbolo oficial; em atrativo comercial, turístico, escultural e museológico, exaltado como ser do passado.

A ideia que conduziu a pesquisa foi o porquê de os indígenas terem sido considerados como um símbolo da “identidade palmeirense”, mesmo com os conflitos fundiários desde a formação do povoamento que originou a cidade. Mais propriamente, compreender como essas representações idealizadas e estereotipadas tornaram-se comuns no município e, paradoxalmente, são utilizadas como forma de negar a presença e identidade dos indígenas no cotidiano local. Nesse sentido, o estudo dos usos dessas imagens e representações teve como marco temporal o período compreendido entre os anos de 1968 e 2010, datas emblemáticas para essa discussão.

A primeira corresponde ao ano em que foi assinada a Lei Municipal nº 691/1968 que instituiu o hino e os símbolos oficiais do município de Palmeira dos Índios. Lei que possibilitou a “imortalização”, nessas imagens oficiais, de representações romantizadas sobre os indígenas, de autoria do escritor Luiz de Barros Torres. O segundo marco temporal corresponde ao período em que os debates inflamados sobre a demarcação do território do povo Xukuru-Kariri alcançaram maior proporção; um contexto no qual as influências das representações sobre os indígenas como seres mitológicos de um passado distante tornaram-se identificáveis nos discursos estereotipados e preconceituosos adotados por opositores da demarcação das terras indígenas.

Nosso objetivo é a criação e influências na forma como os indígenas são vistos na sociedade palmeirense, a temporalidade desta pesquisa foi flexibilizada, na medida do necessário para compreender o contexto histórico de formação do lócus da pesquisa, nas reflexões sobre as influências desses discursos na atualidade do município, assim como nas reflexões

sobre a forma como os indígenas Xukuru-Kariri compreenderam a relação que se estabeleceu entre as representações imagéticas romantizadas sobre as expressões socioculturais e a presença indígena no município.

Até os anos de 1980, a participação dos povos indígenas na História foi esquecida e, em alguns casos, negada pela historiografia oficial. Desse modo, grande parte dos estudos históricos e antropológicos referentes aos povos indígenas, principalmente no Nordeste, citava-os apenas como personagens idílicos e exóticos, sobreviventes do período colonial – “remanescentes”, destinados à extinção. No entanto, estudos realizados no Brasil a partir desse período, iniciaram novas discussões sobre a forma como os povos indígenas eram pensados no país, fomentando questionamentos sobre a concepção dos indígenas como “povos derrotados” e possibilitando percebê-los como sujeitos ativos no processo histórico (SILVA, 2003).

Esta pesquisa se insere no campo dos estudos que promovem uma reflexão sobre os povos indígenas na História, rompendo com concepções que os desconsideram como atores históricos ativos e os retratam como personagens apenas do passado colonial. Seguimos os pressupostos apresentados por John Monteiro, para quem a tarefa da “nova história indígena” é repensar essas posturas historiográficas simplistas sobre os indígenas e “recuperar o sujeito histórico que agia de acordo com a sua leitura do mundo ao seu redor” (MONTEIRO, 1999, p. 248).

Para a realização da pesquisa, fez-se necessário a utilização de fontes documentais diversas, que pudemos identificar no município. Além do acervo da Câmara Legislativa, só tomamos conhecimento da existência de um acervo

documental na cidade. Este seria composto por uma parte da documentação reunida pelo escritor Luiz Barros Torres, então abrigada no Museu Xucurus de História, Artes e Costumes. Em visita ao Museu, constatamos que esta documentação se encontrava trancada dentro de grandes baús de madeira.

Após algumas tentativas, conseguimos uma breve reunião com a então Secretária de Cultura do município, responsável pelo referido Museu, durante a qual solicitamos o acesso a essa documentação. No entanto, em uma visita ao Museu durante o período de espera da aprovação do pedido formal de acesso ao acervo, uma vez que a Secretária estava em viagem, constatamos que os cadeados que lacravam os referidos baús haviam sido retirados. Ao ser comunicada sobre esta circunstância, uma funcionária abriu os baús, constatando que não havia documentos neles<sup>5</sup>.

Por meio de um requerimento, tivemos acesso ao acervo da Câmara dos Vereadores de Palmeira dos Índios, aos Livros de Atas das sessões ordinárias e extraordinárias de 1948 até 2010. Fomos informados de que os registros das sessões anteriores foram extraviados durante umas das várias mudanças do local de reunião do legislativo palmeirense. Ao analisar os registros, notamos a existência de um silenciamento empreendido pelo poder local sobre a presença indígena, em contraste com a

---

<sup>5</sup> Como não tivemos acesso ao interior dos baús nas primeiras visitas, tendo em vista que estavam lacrados, não podemos afirmar se tais documentos sumiram de imediato à nossa solicitação ou em período anterior, visto que o registro mais recente de utilização desse acervo se deu na pesquisa realizada por João Paulo Omena Silva (2017). No entanto, destacamos que é possível que estes documentos tenham sido extraviados, devido ao descaso no qual o Museu se encontra, não contando com segurança no espaço, não dispondo de câmeras de vigilância ou de funcionários para acompanhar os visitantes.

exaltação do “progresso palmeirense” e a defesa da construção de uma história que moldasse uma suposta identidade singular para o município, expressa no apoio do legislativo aos escritores locais.

A maior parte da documentação consultada durante a pesquisa faz parte do Acervo do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas/GPHIAL. Trata-se de parte do acervo reunido pelo memorialista palmeirense Luiz de Barros Torres, que após a sua morte foi doada, pela família, ao Prof. José Adelson Lopes Peixoto, coordenador do citado grupo.

Desse acervo, utilizamos fontes documentais diversas: fotografias, manuscritos, livros e artigos de opinião publicados por escritores palmeirenses em jornais locais. Pudemos realizar a análise dos símbolos oficiais do município a partir dos rascunhos e do desenho final da bandeira de Palmeira dos Índios, da letra do hino e de escritos sobre os significados dos componentes dos símbolos. Igualmente, analisamos a narrativa de fundação da cidade, a partir dos esboços, da versão final escrita e dos desenhos que inspiraram os símbolos oficiais e outras representações sobre os indígenas no município.

A inserção de imagens ao texto teve o objetivo de problematizar as citadas representações. A escolha dessas imagens ocorreu a partir da ótica dos estudos sobre a utilização de diferentes tipos de imagens como “evidência” para as pesquisas históricas. Desse modo, a interpretação imagética sugerida possibilita a leitura da imagem como uma “boa evidência da ‘imagem’ mental ou metafórica do eu ou dos outros” (BURKE, 2017, p. 50), sem perder de vista as possíveis distorções ou modificações que possa ter sido submetida, de acordo com

ideologias ou identidades dos autores ou personagens envolvidos.

Utilizamos fontes documentais relacionadas ao Museu Xucurus de História, Artes e Costumes, criado em 1971 pelo Bispo Católico Romano Dom Otávio Barbosa de Aguiar, pelo Tenente Alberto Oliveira e por Luiz Barros Torres, tais como o Estatuto do Museu e as atas de inauguração, além de fotografias desse evento e dos artefatos expostos no espaço. Ainda, outras imagens de autoria de Luiz B. Torres foram analisadas durante a pesquisa; fotografias de escavações arqueológicas realizadas em antigos cemitérios indígenas, que resultaram na descoberta de algumas urnas funerárias (igaçabas), colocadas em exposição no Museu Xucurus e na retirada dos marcos que delimitavam as terras do aldeamento do povo Xukuru-Kariri no século XIX.

No acervo do Conselho Indigenista Missionário/CIMI, abrigado em seu escritório no Seminário Diocesano de Maceió, tivemos acesso a parte da documentação referente ao povo Xukuru-Kariri, localizamos, essencialmente, algumas matérias de jornais referentes às disputas territoriais entre indígenas e posseiros<sup>6</sup> durante as retomadas realizadas pelos indígenas nas áreas circunvizinhas à Aldeia Mata da Cafurna, em 1986 e 1994. Além de relatórios de missionários sobre a “situação dos índios”

---

<sup>6</sup> Expressão utilizada pelos Xukuru-Kariri para denominar não indígenas que ocupam terras nos limites da área reconhecida pela Fundação Nacional do Índio/FUNAI como território Xukuru-Kariri, ver mapa (Imagem 01). É importante ressaltar que os “posseiros” são divididos pelos indígenas entre “pequenos” e “grandes”, de acordo com a quantidade de terra que ocupam. Desse modo, em alguns momentos de suas falas, é comum se referirem aos “grandes posseiros” como “fazendeiros”. Informações provenientes de conversas com indígenas Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios, 2018.

nesse período e alguns ofícios da Igreja Católica Romana sobre os conflitos.

Nos citados acervos, procuramos informações que nos ajudassem a compreender as relações entre indígenas e não indígenas no município de Palmeira dos Índios; identificamos as esparsas menções aos índios objetivando reunir os fragmentos de modo a entender o “lugar” que foi lhe foi reservado na história local, bem como o contexto sócio-histórico no qual memorialistas produziram narrativas e representações imagéticas que os representaram como mitológicos ancestrais do “povo palmeirense” que foram oficializadas a partir da adoção dessas imagens como símbolos oficiais do município.

A problematização das imagens e referências sobre os indígenas relacionou-se diretamente com a necessidade de uma reflexão sobre a forma como os Xukuru-Kariri concebem essas representações distorcidas. Para tanto, recorremos a fontes orais e relatos de memórias dos indígenas, a partir de conversas e entrevistas semiestruturadas (MANZINI, 2006) com lideranças habitantes em 09 aldeias existentes no município.

Durante a pesquisa de campo também conversamos com indígenas de diferentes idades de modo informal, principalmente nos primeiros contatos com o campo. Portanto, não seguimos um roteiro e as entrevistas não foram gravadas em áudio ou vídeo. No entanto, essas conversas foram fundamentais para a pesquisa, pois a partir delas compreendemos um pouco da dinâmica das aldeias e as interações cotidianas dos indígenas.

As entrevistas foram realizadas com lideranças das aldeias visitadas, se dando sempre a partir de um momento inicial de conversa informal, seguida por uma explicação do objetivo da pesquisa. Após esse momento, a entrevista passava a ser

gravada em áudio, com a prévia autorização do entrevistado e a ser guiada por perguntas relacionadas ao tema da pesquisa, algumas formuladas anteriormente, outras surgidas diante das colocações do entrevistado. Tendo em vista o objetivo da análise proposta na pesquisa em questão, utilizamos apenas os relatos de memórias pertinentes ao estudo. Selecionamos 07 entrevistas de lideranças indígenas, com idade entre 30 e 65 anos, residentes nas aldeias: Mata da Cafurna, Fazenda Canto, Cafurna de Baixo, Coité e Riacho Fundo.

Ao longo da pesquisa, foram realizadas várias visitas à aldeia Mata da Cafurna, nas quais conversei principalmente com o ex-Pajé, o senhor Lenoir Tenório, com o qual tive contato ainda durante a graduação, por intermédio do Professor José Adelson Lopes Peixoto. A partir da mediação do ex-Pajé, tivemos contato com outros indígenas habitantes na comunidade. As visitas à Aldeia Fazenda Canto foram intermediadas pelo indígena Cássio Júnior Ferreira, residente na localidade. As pesquisas realizadas nos demais territórios foram viabilizadas pela senhora Betânia Celestino, indígena Xukuru-Kariri e funcionária da Fundação Nacional do Índio/FUNAI residente na Aldeia Cafurna de Baixo.

Durante nossas visitas, procuramos desenvolver um diálogo com os indígenas, buscando estabelecer uma interação capaz de reduzir a distância existente entre pesquisador e interlocutor. Não utilizamos métodos tradicionais, como a entrevista estruturada ou mesmo a aplicação de questionários. Para a realização dessa etapa, optamos por adotar fotografias como material de estímulo de memórias e das representações imagéticas difundidas no município. Após mostrar tais imagens os entrevistados foram questionados sobre sua opinião pessoal a respeito de tais representações, bem como os significados

dessas para o povo Xukuru-Kariri. Tais imagens foram analisadas a partir dos estudos apresentadas por Peter Burke (2017) e Ana Maria Mauad (1995).

Ao longo das entrevistas com indígenas, percebemos que o sentimento de pertença ao povo Xukuru-Kariri é permeado não apenas pelas expressões socioculturais e religiosas do grupo, mas também por memórias individuais e coletivas (HALBWACHS, 2006) de resistências cotidianas e mobilizações em busca de direitos em meio a uma sociedade não indígena ainda repleta de preconceitos e concepções estereotipadas. Diante desse contexto de negação, os entrevistados destacaram a necessidade de questionamentos sobre as visões simplistas e romantizadas presentes em diferentes espaços na cidade de Palmeira dos Índios.

As fontes orais e relatos das memórias provenientes das entrevistas foram analisadas a partir dos pressupostos teóricos e metodológicos apresentados por Verena Alberti (2004). Seguimos a perspectiva da autora, para a qual a principal característica da fonte oral não está no ineditismo de informações presentes em documentos escritos, mas na sua “postura com relação à história e às configurações sócio-culturais, que privilegia a *recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu*” (ALBERTI, 1990, p. 5, grifos da autora).

As experiências de resistências e protagonismos que permeiam a memória coletiva (HALBWACHS, 2006) do povo, bem como experiências pessoais de uma vivência de relações cotidianas de contato com uma sociedade não indígena foram analisadas a partir das discussões sobre memórias subterrâneas em oposição à memória oficial, realizadas por Michel Pollak (1989). Portanto, entendemos os relatos de memórias dos

entrevistados como uma construção baseada em lembranças individuais que se relacionam com o grupo étnico de modo a formar a memória da coletividade (HALBWACHS, 2006).

Ao perceber que a definição de identidades pressupõe a influência de esferas e relações de poder, Bruno Pacheco de Oliveira destacou que no estudo das representações identitárias é necessário “analisar os processos de produção de significado por meio de sistemas representacionais, em conexão com o posicionamento dos sujeitos e a construção das identidades dentro dos sistemas simbólicos” (OLIVEIRA, 2015, p. 55). Destarte, a noção de identidade contrastiva (BARTH, 2000) nos permitiu maiores reflexões sobre os discursos e posicionamentos provenientes dessas personagens, uma vez que a atribuição de costumes e comportamentos que supostamente definem a identidade indígena é resultante de processos de identificação simbólica (OLIVEIRA, 2015) que determinam os aspectos diferenciadores entre índios e não índios.

Como forma de análise desse contexto de exaltação de imagens romantizadas sobre os indígenas, contrastadas com disputas territoriais e negação dos direitos dos indígenas, pretendíamos realizar entrevistas com profissionais e representantes palmeirenses, como: políticos, secretários municipais e radialistas, a fim de entender como esses atores sociais percebem a presença indígena no cotidiano local ao longo da história. No entanto, não foi possível realizar tais entrevistas, tendo em vista que os possíveis entrevistados não se disponibilizaram a participar da pesquisa, por motivos diversos.

Diante dessa situação, buscamos substituir a pretensão inicial de utilizar fontes orais por fontes documentais, ampliando a discussão sobre o contexto de criação da narrativa

“historiográfica” que foi oficializada no município e buscando refletir sobre os escritores envolvidos e as redes de relações que estes estabeleceram com a oligarquia local. Nesse sentido, consideramos essa construção levando em conta a perspectiva assimilacionista sobre os povos indígenas, presente no contexto; não somente nos escritos dos memorialistas locais, mas de acadêmicos que estudaram sobre o povo Xukuru-Kariri, a exemplo das pesquisas realizadas por Clóvis Antunes (1973).

Com esse exercício, percebemos que os memorialistas ocuparam lugar de destaque em Palmeira dos Índios, influenciando na forma como a história do município deveria ser contada. O que implicou em alterações na maneira como os indígenas foram/são vistos no município e, conseqüentemente, nas interações entre indígenas e não indígenas. Ao refletir sobre o lugar social dos escritores locais, principalmente Ivan Barros e José Delfim da Motta Branco; destacamos que as relações estabelecidas moldaram não apenas suas produções sobre o “lugar” do índio na história palmeirense, mas também a forma como percebiam os indígenas que lhes eram contemporâneos, principalmente quando estes subvertiam o lugar de passividade e submissão que lhe foi reservado por tais memorialistas.

Para a realização do estudo sobre a história do povo Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios, a partir dos objetivos expostos, foi necessária uma reflexão teórica sobre os povos indígenas na História da Região Nordeste, para estabelecer conexões com as pesquisas de autores fundamentais para os estudos da temática, tais como: João Pacheco de Oliveira, Edson Silva e John Manuel Monteiro. Desse modo, realizamos a pesquisa a partir de reflexões fundamentadas em discussões e análises desses pesquisadores, assim como em conceitos e

noções que possibilitaram refletir sobre os indígenas na Região Nordeste.

Utilizamos em nossas análises algumas produções específicas sobre a história de Palmeira dos Índios e do povo Xukuru-Kariri, a exemplo dos textos de José Adelson Lopes Peixoto, Aldemir Barros da Silva Júnior, Sílvia Aguiar Carneiro Martins, Luana Teixeira e Maria Ester Ferreira da Silva. Essas produções foram importantes para as reflexões históricas sobre o município, possibilitando pensar a história local a partir de diferentes perspectivas analíticas. No entanto, nos distanciamos desses textos à medida em que os aspectos específicos de nossa proposta de pesquisa foram desenvolvidos.

Para a realização da análise pretendida com a pesquisa, foi preciso nos ancorarmos na noção de apropriação e representação, a partir dos estudos realizados por Roger Chartier. Segundo o autor, estes atos são sempre resultantes de motivações e necessidades sociais determinadas pelos interesses dos grupos que as produzem (CHARTIER, 1990). Dessa forma, pensar sobre as práticas sociais e lutas de representações foi fundamental para refletirmos sobre os aspectos e motivações que sustentam a utilização de imagens e símbolos referentes ao povo Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios.

Analizamos a utilização de imagens mitológicas dos indígenas como símbolos da história e da sociedade palmeirense a partir dos estudos sobre a construção de discursos da “identidade nacional” propostos pelos autores Benedict Anderson e Eric Hobsbawm. Essas reflexões foram fundamentadas nos estudos sobre identidade regional propostos por Stuart Hall, segundo o qual as narrativas justificadoras das nações e

comunidades são alicerçadas na construção de uma História Oficial, fundamentada em “uma série de histórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais [...], as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação” (HALL, 2015, p. 31). Para uma melhor compreensão do nosso estudo, dividimos este livro em três capítulos.

Iniciamos o capítulo I com uma discussão sobre a história de formação de Palmeira dos Índios, procurando discutir a presença histórica dos indígenas e as relações conflituosas entre índios e não índios que se estendem até a atualidade. Após essa contextualização evidenciamos as mobilizações dos indígenas pela demarcação de suas terras na primeira metade do século XIX, assim como a desterritorialização dos Xukuru-Kariri (SILVA, 2004) e a emergência étnica (OLIVEIRA, 2004) desse povo indígena. Finalizamos problematizando a construção de representações sobre os indígenas e suas influências na forma como são vistos pelos não indígenas.

No capítulo II, procuramos analisar o lugar que o Museu Xucurus de História, Artes e Costumes ocupa na sociedade palmeirense e os discursos que reproduz. Para tanto, iniciamos nossas reflexões a partir de uma discussão sobre a patrimonialização de urnas funerárias e outros artefatos arqueológicos descobertos no município, salientando o contexto histórico em que ocorreu a atribuição de valor histórico e cultural a tais artefatos. Por fim, procuramos analisar as influências das representações e discursos estereotipados e preconceituosos sobre os Xukuru-Kariri, em um contexto de debates sobre a demarcação de áreas indígenas no município. Para tanto, utilizamos como fontes entrevistas e discursos públicos sobre a

temática; este exercício possibilitou perceber de forma mais aprofundada a manipulação das imagens que tem como modelos sobre o que é ser indígena em Palmeira dos Índios.

Dedicamos o capítulo III a discutir as tensões existentes entre as representações imagéticas oficiais, e disseminadas pelo senso comum a respeito dos indígenas, e os posicionamentos adotados pelos índios Xukuru-Kariri em relação a esses estereótipos. Assim, evidenciamos a forma como tais indígenas percebem as representações estereotipadas que existem sobre as suas expressões socioculturais, destacando o modo como concebem a “história oficial” do município, que nega seu protagonismo e os representa unicamente como seres folclóricos.

Procuramos confrontar as narrativas históricas e lendárias sobre Palmeira dos Índios com as concepções históricas apresentadas pelos indígenas, objetivando analisar a história oficial do município a partir das memórias e posicionamentos históricos dos próprios indígenas; desse modo, buscamos repensar a história local, possibilitando a superação de preconceitos, desconstruindo perspectivas estereotipadas e contribuindo para o reconhecimento da importância dos indígenas na história de Palmeira dos Índios.

# CAPÍTULO I

## OS ÍNDIOS XUKURU-KARIRI E A HISTÓRIA DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS: DISPUTAS TERRITORIAIS E MNÊMICAS

---

Pesquisar sobre a história do povo Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios significa analisar uma trajetória marcada por conflitos territoriais e simbólicos que também permeiam a formação e o crescimento desse município “nascido” em um aldeamento indígena. Essa tarefa implica também em desvendar o paradoxo das representações sobre os indígenas nessa localidade, isto é, entender como a rivalidade entre o povo Xukuru-Kariri e a oligarquia palmeirense, detentora da maior parte das terras, do poder político e do controle dos meios de comunicação locais, não impediu que os indígenas fossem representados nas narrativas e imagens oficiais como primeiros habitantes e símbolos do município.

Neste capítulo, pretendemos analisar o processo de construção das representações oficiais de Palmeira dos Índios sobre o povo Xukuru-Kariri, o contexto sócio histórico e os atores envolvidos. Para tanto, iniciamos nosso estudo com uma análise da formação histórica do município, na qual procuramos evidenciar a presença histórica dos indígenas na região, a gênese de Palmeira dos Índios e o estabelecimento de uma relação conflituosa entre os primeiros habitantes locais e os colonos que se estabeleceram na região.

Em seguida, nos dedicamos a estudar as mobilizações dos Xukuru-Kariri durante o início do século XIX em resposta ao avanço de invasores em seu território. Nesse interim, procuramos

avaliar os discursos sobre os indígenas da Vila de Palmeira dos Índios e da Província das Alagoas em documentos oficiais desse período, bem como os efeitos da Lei de Terras de 1850 e da posterior extinção dos aldeamentos nessa Província. Desse modo, além do processo de desterritorialização (OLIVEIRA, 1988) do referido povo procuramos compreender as relações e as mobilizações para “emergir etnicamente” após um período de dispersão e de silenciamento sociocultural imposto pela sociedade envolvente.

Por fim, nos dispomos a problematizar a construção de representações sobre os indígenas nas primeiras produções sobre a história local, evidenciando as suas influências na forma como estes são vistos em Palmeira dos Índios. Desse modo, procuramos entender a escolha do índio como símbolo de um município permeado por disputas territoriais que influenciam discursos de negação dos seus direitos e identidade.

Partimos da perspectiva de que as narrativas dos memorialistas locais, Luiz de Barros Torres e Ivan Bezerra de Barros seguiram os pressupostos do indigenismo republicano (OLIVEIRA, 2016), ou seja, descreveram os Xukuru-Kariri de forma idealizada e romântica, como seres dotados de características físicas e costumes supostamente inerentes à sua cultura. Desse modo, os indígenas contemporâneos a esses autores foram descritos como “descendentes de índios” e chamados de “caboclos” – uma classificação excludente que negava sua identidade indígena, porém afirmava uma espécie de origem selvagem como forma de os relacionar a uma condição social inferior.

## 1.1 Palmeira dos Índios “terra de Xucuru”: situando o *locus* da pesquisa

Palmeira dos Índios<sup>7</sup> é um município situado no Semiárido alagoano, cuja história de origem é marcada por conflitos territoriais entre os povos indígenas Xucuru e Kariri, primeiros habitantes na região, e não indígenas que colonizaram essas terras em fins do século XVIII, ocupando as melhores áreas a partir da expulsão dos índios das planícies férteis onde, posteriormente, foi fundada a cidade<sup>8</sup>. Como resultado, os indígenas foram forçados a fugir para outras áreas se estabelecendo principalmente nas serras<sup>9</sup> ao entorno da cidade.

O crescimento econômico na primeira metade do século XX, período em que era um dos principais centros comerciais do estado, com o algodão e outros produtos relacionados à indústria têxtil, rendeu a Palmeira dos Índios o título de “Princesa do Sertão<sup>10</sup>”. Atualmente, o município tem como atividades

---

<sup>7</sup> Situado a cerca de 134 km da cidade de Maceió, capital do estado, com uma área de 462,5 km<sup>2</sup>, limita-se com o estado de Pernambuco ao Norte e com a região do Sertão alagoano a Oeste. Com um clima tropical quente, sua paisagem é composta por serras e por uma vegetação exuberante em períodos de chuvas, predominantes entre os meses de maio e agosto, e seca em períodos de estiagem (IBGE, 2010).

<sup>8</sup> A sede municipal de Palmeira dos Índios na zona urbana, foi construída onde se localizava o aldeamento dos índios Xucuru e Kariri, no fim do século XVIII até meados do século XIX (ANTUNES, 1973; PEIXOTO, 2013; MARTINS, 1994). Desse modo, quando utilizarmos ao longo do texto o termo cidade, estaremos nos referindo à aglomeração urbana situada em terras do antigo aldeamento.

<sup>9</sup> Essa distribuição das aldeias pode ser observada no mapa das aldeias Xucuru-Kariri em Palmeira dos Índios (Imagem 01).

<sup>10</sup> O epíteto diz respeito também pelo município ser pensado como fronteira entre o “Agreste” e o “Sertão” alagoano. Motivo de orgulho local, essa

econômicas principais o comércio, a prestação de serviços, a agricultura familiar e a agropecuária, estando a maior parte das terras concentradas por latifundiários, membros de famílias ricas que se destacam na política e detêm boa parte do controle econômico local.

Como destacado, as terras que atualmente compõem o referido município foram inicialmente ocupadas por indígenas que migraram para essa região devido à expansão da ocupação portuguesa na faixa litorânea e nas regiões próximas ao Rio São Francisco (ANTUNES, 1973; PEIXOTO, 2013; MARTINS, 1994). O documento escrito mais antigo abordando essa situação aponta o ano de 1740 como a data da chegada de indígenas dos povos Xukuru e Kariri à região que atualmente corresponde aos limites de Palmeira dos Índios. Segundo o Vigário José de Maia Mello, autor do texto<sup>11</sup>, no referido ano “dessero índios da Aldeia de Simbres do alto Sertão de Pernambuco, e se aldearam na Serra da Palmeira, e vinherão outros (índios) d’Aldeia do Colégio do Rio S. Francisco [...]. Estes da Tribu Chucurú, e aqueles da Tribu Cariry” (MAIA *apud* ANTUNES, 1973, p. 45).

A despeito da ausência de informações quanto ao período de chegada desses dois povos à essa região, muitos pesquisadores da história de Palmeira dos Índios, tais como, José Adelson Lopes Peixoto, Sílvia Martins, Clóvis Antunes, Siloé Amorim e Aldemir Barros, corroboram com a afirmação de que os

---

denominação foi inclusive referenciada na bandeira do município (Imagem 02), cujo brasão é coberto por uma coroa.

<sup>11</sup> Documento intitulado *História da Palmeira*, escrito pelo Vigário José de Maia Mello – Pároco de Palmeira dos Índios de 1847 a 1899. O texto do religioso não possui datação; segundo a antropóloga Siglia Zambrotti Dória (2008), o religioso teria escrito o texto no ano de 1879. Documento transcrito por Clóvis Antunes (1973).

índios Xukuru são oriundos da Serra do Ororubá, na região de Cimbres, localizada no atual município de Pesqueira/PE.

Em termos da legislação colonial, as terras habitadas pelos Kariri e Xukuru eram parte da Sesmaria de Burgos, com limite de 30 léguas, concedidas pelo Governador Geral do Brasil ao Desembargador Cristóvão de Burgos, no ano de 1661 (ANTUNES, 1973). Em 1712, o Coronel Manoel da Cruz Vilela adquiriu do Capitão Jerônimo de Burgos, sobrinho do falecido Cristóvão de Burgos, parte das terras da referida sesmaria<sup>12</sup>.

No ano de 1773, Dona Maria Pereira Gonçalves (viúva do Coronel Manoel da Cruz Vilela) e seus herdeiros fizeram uma doação de meia légua de terras, antes inseridas na sesmaria de Burgos, ao religioso Frei Domingos de São José<sup>13</sup> para que este realizasse o trabalho de catequese dos indígenas habitantes naquelas terras. Em 1773 foi lavrada a escritura<sup>14</sup> de doação de terras assinada por Dona Maria Pereira Gonçalves e filhos. Segue um trecho do documento de doação.

E pelos ditos doadores foi dito em minha presença e das testemunhas [...], que elles são doadores e possuidores de umas terras na Serra da Palmeira com seus brejos, que lhes pertence por título de Sesmaria como de tudo se declara e da mesma Sesmaria consta que em seu poder se acha, nas quaes ditas terras se

---

<sup>12</sup> Escritura de venda das terras da sesmaria, datada de 1712. Trecho citado conforme a grafia do documento original. Ver Torres (1973).

<sup>13</sup> Não foram encontrados documentos apresentando informações detalhadas sobre as origens desse religioso. Contudo, pesquisas recentes, fundamentadas em novas fontes, apontaram para a possibilidade de Frei Domingos de São José ter pertencido à Ordem dos Capuchinhos. Ver Ferreira (2015).

<sup>14</sup> Escritura de doação de terras ao Frei Domingos de São José, datada de 1713. Documento disponível no Acervo do GPHIAL, op. cit. p. 19. Trecho citado conforme a grafia do documento original.

acham em logar onde os índios povoarão e fizeram uma Capela e um brejo chamado Cafurna no mesmo logar, disseram elles doadores que de suas livres vontades fazião doação de meia legua de terras a frei Domingos de São José para dentro das ditas terras levantar uma Capella ao Senhor Bom Jesus da Boa Morte, como completo administrador, [...] sendo dita a meia legua de terras doada para patrimônio da mesma Capella que elle doado pretende erigir, fazendo pião do dito brejo chamado Cafurna (ESCRITURA DE DOAÇÃO DE TERRAS AO FREI DOMINGOS DE SÃO JOSÉ, 1773).

O documento sugere que o religioso havia permanecido algum tempo entre os indígenas habitantes em parte das terras da sesmaria, antes de receber a doação de um lote, uma vez que o texto relata que os indígenas haviam construído uma capela em um brejo chamado Cafurna. Segundo Ivan Barros (1969), essa “igrejinha coberta de palha” foi construída em 1770, quando Frei Domingos estabeleceu os primeiros contatos com os indígenas na Serra da Palmeira. Conforme apontou o Vigário de Maia Mello:

Fr. Domingos aceitou a doação, aldeiou os índios, e com êles eregio a Igreja (hoje Matriz), colocou o Senhor Bom Jesus da Boa Morte, e deu o nome ao aldeamento, de Palmeira dos Índios, e a Serra da Palmeira porque aí existia, e ainda hoje existe um pequeno palmeiral; naquele tempo huma d'aquelas palmeiras elevava-se mais do que as outras, e por esta causa foi que os Índios Chucurús lhe derão o nome Serra da Palmeira. – Isto sei, por me haver dito a mameluca Izabel Maria da Conceição (mameluca que contava 85 anos) quando aqui cheguei em 7 de março do ano de 1847 (MELLO apud ANTUNES, 1973, p. 46).

O trecho sugere que o texto *História da Palmeira* foi escrito a partir de relatos orais de indígenas e de moradores da

Vila de Palmeira. Apesar de não terem sido encontradas outras fontes que fundamentassem tal narrativa, a explicação sobre a escolha do nome da vila foi aceita por vários pesquisadores da história local. Após a construção da capela e início do processo de catequese, aos poucos, famílias não indígenas passaram a habitar nas proximidades do aldeamento.

Segundo Luiz de Barros Torres<sup>15</sup>, percebendo o crescimento do povoamento, o Frei Domingos resolveu mudar a igreja para um ponto de melhor acesso; “O local escolhido foi o sopé da serra (da Boa Vista), onde hoje se ergue a catedral” (TORRES, 1973, p. 64). Assim, a área mais baixa foi escolhida para a construção da Igreja Matriz, o padroeiro da capela do alto da serra, Bom Jesus da Boa Morte, foi substituído por Nossa Senhora do Amparo e o Padre João Morato Rosas foi nomeado para a direção da nova igreja. Segundo o pesquisador José Adelson Lopes Peixoto;

A criação da igreja e o estabelecimento do padre na região foram elementos propulsores para um considerável fluxo de pessoas no vale, entre elas

---

<sup>15</sup> Importante estudioso da história do município de Palmeira dos Índios, durante boa parte da vida dedicou-se a colecionar fotografias e recortes de jornais sobre a história de Palmeira dos Índios, além de documentos que localizou e transcreveu. Publicou livros sobre a história do município e, apesar de não possuir formação acadêmica, foi considerado como um dos fundadores da pesquisa histórica sobre o município, além de ser visto como um dos mais ilustres palmeirenses em sua época. Discutiu os mais variados assuntos, dentre os quais destacaremos, para os fins do nosso estudo, a confecção dos símbolos oficiais do município a bandeira, escudo e brasão, além da letra do hino oficial e a fundação em parceria com personalidades locais, do Museu Xucurus de História, Artes e Costumes, colocou em exposição os vários artefatos históricos recolhidos durante anos, muito a revelis dos Xukuru-Kariri. Fonte: TORRES, Luiz Byron. Cronologia do escritor Luiz B. Torres. Palmeira dos Índios, 1999. No prelo. Disponível no Acervo do GPFIAL, op. cit. p. 19.

alguns comerciantes e tropeiros que foram lentamente estabelecendo residência no entorno da capela, criando, desse modo um pequeno aglomerado populacional de não índios no sopé da serra enquanto que a parte mais alta do território era habitada pelo povo Xukuru-Kariri (PEIXOTO, 2013, p. 35).

Como destacado pelo autor, com o estabelecimento da Igreja Matriz no local mais baixo da área, mais colonos estabeleceram-se ao longo do vale e “a ferro e fogo, os sesmeiros, donos oficiais da terra, foram fragmentando-a, vendendo porções a terceiros” (TORRES, 1973, p. 68). Em poucos anos, os colonos cercaram todas as terras antes habitadas pelos indígenas, respeitando apenas a meia légua de terras do patrimônio eclesiástico, legalizada por escritura.

## **1.2. Conflitos, resistência e mobilizações: o povo Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios**

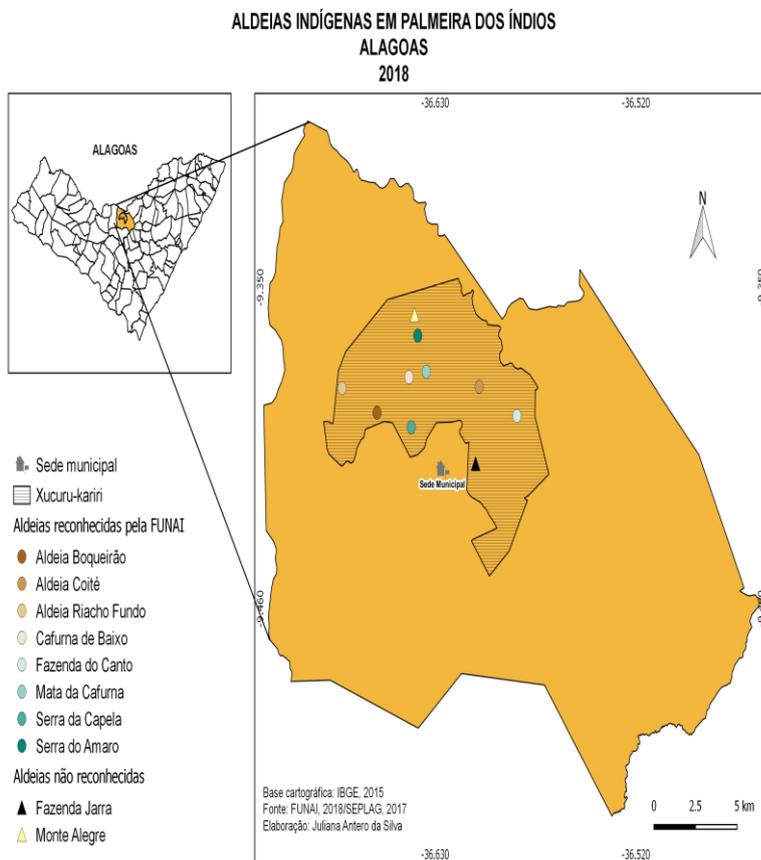
Atualmente, existem nove aldeias habitadas pelo povo Xukuru-Kariri no município de Palmeira dos Índios: Fazenda Canto, Mata da Cafurna, Serra do Capela, Cafurna de Baixo, Serra do Amaro, Coité, Boqueirão, Fazenda Jarra e Riacho Fundo. Essas nove aldeias, espalhadas pelas serras ao Norte do vale no qual se ergue a cidade, constituem o que corresponde ao território<sup>16</sup> reconquistado a partir de um longo processo de mobilizações por reconhecimento da posse imemorial indígena

---

<sup>16</sup> Além das citadas aldeias, existe outra localizada na Fazenda Monte Alegre, em Palmeira dos Índios; os indígenas, que lá habitam, se autodenominam Xukuru-Palmeira, afirmam ser Xukuru-Kariri, porém não são reconhecidos pelas outras aldeias ou pela FUNAI. Existem também aldeias Xukuru-Kariri em Ibotirama (BA), Nova Glória (BA) e Caldas (MG), formadas por indígenas que migraram após conflitos internos ocorridos nas últimas décadas do século XX. Para mais informações ver Martins (1994) e (ROCHA, 2020).

sobre essas áreas. O mapa a seguir indica a localização de Palmeira dos Índios e o território do povo Xukuru-Kariri.

### Mapa 01 – delimitação do território indígena Xukuru-Kariri em Palmeira dos índios



Como pode ser observado no mapa, o território identificado como área indígena está situado ao redor da sede municipal de Palmeira dos Índios, compreendendo um total de

7.073 hectares, conforme delimitação realizada pela antropóloga Siglia Zambrotti Dória (2008). As aldeias em destaque foram estabelecidas em momentos históricos distintos, sendo a Aldeia Fazenda Canto a primeira a ser reconhecida como território indígena no período posterior à extinção dos aldeamentos na Província de Alagoas em 1873, e Aldeia Fazenda Jarra, representada no mapa por um triângulo na cor preta, a última a ser constituída<sup>17</sup>.

As fontes documentais analisadas apontaram que os Kariri e os Xukuru migraram para a região de Palmeira dos Índios em meados do século XVIII. Segundo o pesquisador Clóvis Antunes, nesse período, os Kariri habitavam as partes mais elevadas da planície, enquanto que os Xukuru, que chegaram à região posteriormente ao estabelecimento dos Kariri, se fixaram na área mais plana. Nesse sentido, “quando os Kariris desciam da Serra da Cafurna, da Serra da Boa Vista ou da Serra da Capela, iam visitar os chucurus, ou mesmo, pernoitavam em suas casas” (ANTUNES, 1973, p. 19).

A partir dessas visitas e da proximidade dos Xukuru com a povoação, uma vez que estes habitavam a parte mais baixa da região, todos os índios locais foram reconhecidos pela população não indígena como Xukuru-Kariri ou apenas Xukuru. Atualmente é muito comum ouvir pessoas em conversas informais ou mesmo nos meios de comunicação, como rádios locais, referindo-se à

---

<sup>17</sup> Esta aldeia foi estabelecida a partir de uma retomada promovida por um grupo familiar de indígenas Xukuru-Kariri em uma fazenda localizada nas intermediações da Aldeia Fazenda Canto. A retomada aconteceu em maio de 2016, sob a liderança da indígena Maria Helena Feitosa. Os indígenas ocupantes da Aldeia Fazenda Jarra aguardam o reconhecimento oficial da FUNAI sobre o território reconquistado. Informações coletadas durante pesquisa de campo com os indígenas Xukuru-Kariri.

cidade como sendo “a terra dos Xucurus”. Com o crescimento da povoação ao redor da capela do aldeamento da Palmeira, o território habitado pelos índios foi ocupado por colonos.

Em resposta ao avanço dos novos ocupantes, e as perseguições e conflitos que aumentavam à medida que a povoação se expandia, a partir de 1821 os indígenas se organizaram para solicitar ao Governo Provincial a doação de uma légua de terras. Utilizando-se de uma petição, recurso usado pelos não índios, os Xukuru-Kariri iniciaram a mobilização para a delimitação de terras que lhes pertenciam por direito imemorial. Com o apoio dos inspetores<sup>18</sup> do aldeamento, enviaram à Junta Governativa da Província das Alagoas uma petição requerendo a doação das terras; segue um trecho do documento<sup>19</sup>.

Dizem os capitães Joaquim José Fernandes alferes José Caetano Moreira, [...], estes por si e seos subordinados Índios da Aldêa da Palmeira, que vivendo eles e seos antepassados aldeados naquella Aldêa entre terras da Matriz e Olhos d'Âgôa á mais de 80 anos, mansa e pacificamente e tendo feito dita Matriz, cujo Orago há nossa Senhora do Amparo, acontece presentemente verem-se espoliados em todas as terras por possuidores, talvez com títulos fictos e sem equivalência à sua possessão e reduzidos ao fim de não poderem rossar, nem plantarem para sua sustentação, e de seos filhos, que elles todos vivem do trabalho pela necessidade de sua indigencia, propria de sua Nassão: Os suplicantes tão bem são Cidadãos

---

<sup>18</sup> O documento foi assinado pelo Capitão José Caetano Moreira e pelos alferes: José Camello, José Custodio de Menezes, Felipe Dantas, Pedro da Cunha, Inácio Manuel Dias e José Francisco. Cópia da Petição feitas pelos índios de Palmeira dos Índios e seus inspetores em 1822. Documentação disponível no Acervo do GPHIAL, op. cit. p. 19.

<sup>19</sup> Trecho transcrito conforme grafia original. Disponível no Acervo do GPHIAL, op. cit. p. 19.

e subditos de S. Majestade e protegidos pela Nasção, e não devem ser espoliados daquela gleba que escolherão para se aldêarem, como declara Lei de 1º de Abril de 1680, [...] (PETIÇÃO DOS ÍNDIOS XUKURU-KARIRI, 1822).

No requerimento, os índios descreveram, por meio da escrita dos diretores, um pouco da sua história na localidade, a forma de vida e as dificuldades enfrentadas. Se apresentaram como primeiros habitantes na região e a presença<sup>20</sup> ancestral foi utilizada como fator de fortalecimento da possibilidade de aceitação do pedido; em contrastes aos “mais de 80 anos” que os índios viveram “pacificamente” naquelas terras foi descrita a espoliação que os homens brancos lhes impunham, apossando-se das terras com “documentos falsos” e não correspondentes ao total de terras ocupadas.

O pedido foi fortalecido, ainda, com o argumento de que os índios eram também cidadãos e súditos de S. Majestade, tendo, portanto, garantia de permanecerem aldeados, conforme previa o Alvará de 1º de abril de 1680, que “confirmado pela Lei de 6 de junho de 1755, firmara o princípio de que, nas terras outorgadas a particulares, seria sempre reservado o direito dos índios, primários e naturais senhores delas<sup>21</sup>”.

---

<sup>20</sup> A afirmação dos índios, no documento, que estavam naquela região a mais de oitenta anos sugere que estes teriam migrado para a referida localidade na década de 1740, aproximadamente. Data em que muito se aproxima da sugerida pelo Vigário de Maia Mello no texto *História da Palmeira*. op. cit. p 36.

<sup>21</sup> Ação Civil Pública do Ministério Público Federal/MPF visando a condenação dos demandados à obrigação de fazer a demarcação física da Terra Indígena Xukuru-Kariri. Arapiraca/AL, 16 de outubro de 2013. Relator: Antônio José de Carvalho Araújo - Juiz Federal. Processo nº 0000475-13.2012.4.05.8001. Disponível em: [https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo\\_noticial/30271\\_20150313\\_145936.pdf](https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticial/30271_20150313_145936.pdf). Acesso em: 27 jun. 2017.

Assim, em virtude das violentas disputas territoriais que assolavam a região, “para cessar de uma vez por todas os contínuos ataques e viverem em paz, os suplicantes e demais índios requerem [...] que lhes dêem 2.400 braças em quadra”<sup>22</sup>. A petição informou que nas 2.400 braças solicitadas seriam incorporadas as 1.200 braças pertencentes ao patrimônio da Igreja Matriz (área formada pelas terras doadas ao Frei Domingos de São José). Em 1822 o governo da Província enviou um ofício<sup>23</sup> ao Diretor dos Índios de Palmeira, Diogo José Pinto Cabral, no qual relatava o interesse em resolver a questão territorial naquela localidade e pedia para o Diretor “constar aos ditos índios que este negócio se acha presentemente em movimento”.

Ainda no mesmo ano realizou-se o trabalho de aferição<sup>24</sup> para a demarcação das terras, medidas a partir da Igreja Matriz. Porém, o despacho final não foi efetivado com a mesma competência e diante da lentidão do trâmite do processo e com as dificuldades para retirar os posseiros das terras indígenas, os autos da demarcação só foram sentenciados em 1861. A sentença<sup>25</sup> do Juiz Municipal da Comarca de Anadia, Dr. Serapião Eusébio, foi a seguinte:

Vistos estes autos, julgo por sentença a presente demarcação entre partes a saber, como auctores os índios da aldeia da Palmeira dos Índios desta

---

<sup>22</sup> Cópia da Petição feita pelos índios de Palmeira dos Índios e seus inspetores em 1822. Disponível no Acervo do GPHIAL op. cit. p. 19.

<sup>23</sup> Ofício remetido ao Diretor dos Índios de Palmeira, 22 de maio de 1822 (ANTUNES, 1984).

<sup>24</sup> Relatório de “Autoamento de medição e de marcação das Serras da Palmeira dos Índios”, 15 de abril de 1822. Transcrito por Luiz Barros Torres (1973, p. 83).

<sup>25</sup> Sentença do Juiz Serapião Eusébio d’Assunção em 17 de abril de 1861. Transcrição realizada por Luiz Barros Torres (1973, p. 100).

Comarca, representada pelo seo director, e os seus hereos da mesma aldeia e conehores das terras confiantes como réus, e para que tenha efeitos validos interponho a minha authoridade e decreto judicial, e paguem os demarcantes as custas em que os condeno e publicada esta na mão do escrivão que intimará as partes (D´ASSUNÇÃO apud TORRES, 1973, P. 100).

Dessa forma, após 39 anos de trâmite o processo finalmente terminou, com vitória para os indígenas; os invasores das terras em litígio foram intimados a saírem, no entanto, a ação judicial ficou somente na notificação dos envolvidos. Embora o Juiz da Comarca tenha declarado os requerentes como vitoriosos nessa questão, ainda em 1822, nenhuma autoridade preocupou-se com a efetivação da ordem judicial e a sentença não foi cumprida.

O contexto político do arraial e da província não era favorável aos indígenas; o apoio ou a oposição aos indígenas variava segundo os interesses daqueles que ocupavam os cargos de poder. Em 1826, o então Diretor dos Índios de Palmeira, Alexandre Gomes de Oliveira, escreveu ao Governo Provincial relatando que aqueles índios eram “naturalmente preguiçosos e vadios” e que “viviam unicamente da caça e do roubo”, sendo raros os que plantavam algo e muitos os que se embriagavam constantemente<sup>26</sup>. O posicionamento adotado no relatório, apenas quatro anos depois do envio da petição citada, exemplifica a existência de opiniões diversas sobre os indígenas. Segundo o Diretor:

---

<sup>26</sup> Relatório do Diretor do Aldeamento da Palmeira, Alexandre Gomes de Oliveira, sobre a índole, costumes e inclinações dos índios dessa localidade, enviado em 26 de novembro de 1826. Transcrito por Clóvis Antunes (1984, p. 37).

[...] p<sup>a</sup> aliviar os sertoens dos roubos e estragos imensos e incalculáveis, q' os Índios fazem nos gados, e lavouras, de maneira q' esta freguezia chegara p<sup>a</sup> o futuro a huma abundancia tal, q' não sera fácil exaurirse de todo, apezar das secas, pois, pr' experiencia demonstra-se evidentemente, q' os Índios he, q' fazem a fome e a pobreza do país, roubando e destruindo tudo: desterrando o Comercio e o Sucego Publico (OLIVEIRA apud ANTUNES, 1984, p. 37).

A sugestão do Diretor, para que se pudesse corrigir a “índole e costumes” dos índios e salvar a freguesia e o país das mazelas por eles causadas seria prudente transferi-los para o litoral e instalar aldeias nas praias de “Maceió, Frances, Barra de S. Miguel, Coruripe e Piassabuçu”. De acordo com os defensores da ideia, esses locais se mostravam vantajosos, pois neles os índios poderiam viver da pesca, seriam facilmente empregados no serviço público e na Marinha, além de tornar mais barato a educação e aplicação de eventuais castigos devido à proximidade ao tribunal de justiça e das autoridades.

Nos relatórios posteriores, na primeira metade do século XIX, a posição predominante entre os diretores foi relatar as dificuldades vividas pelos índios, que “plantavam nas poucas terras que possuíam”. Mesmo nos documentos oficiais da Província das Alagoas, ofícios do Diretor Geral dos Índios e relatórios do Presidente da Província das Alagoas, as opiniões oscilavam entre críticas duras aos índios e à política de aldeamentos<sup>27</sup> e descrições dos índios como seres ingênuos e pacíficos.

---

<sup>27</sup> Em sessão do Conselho Geral da Província, no dia 22 de janeiro de 1830, José de Mello Correia, propôs a extinção dos aldeamentos daquela Província, pois os índios eram “uns vagabundos, assoladores das mattas, homens

Em levantamento estatístico<sup>28</sup> dos índios aldeados na Vila de Palmeira dos Índios, datado de março de 1840, o redator os descreveu como sendo “[...] geralmente pacíficos, e de boa conducta; [...] tem propriedade de terras, [...] nellas cultivão algodão, mandioca e legumes. Vivem tambem da caça e do salário que lhe resultar de se alugarem, razão, por que são pobres, e por isso mui poucos são os que sabem lêr e escrever” (CAMELLO apud OLIVEIRA, 1984, p. 43). Essa classificação dos indígenas aldeados como “mansos” fundamentava-se na oposição aos índios selvagens que não se encontravam em um aldeamento religioso e geridos por um diretor. Em 1850, o Diretor Geral dos Índios enviou um relatório ao Presidente da Província das Alagoas no qual afirmou que não mais existiam índios “desaldeados” nem “errantes” naquela província, estando todos reunidos em sete aldeias<sup>29</sup>.

Em fala<sup>30</sup> dirigida à Assembleia Legislativa de Alagoas, em julho de 1862, o Presidente da Província das Alagoas, afirmou que a aldeia da Vila de Palmeira dos Índios possuía aproximadamente 120 anos de existência, sendo o território dos ditos índios “usurpado por intrusos” que se aproveitavam da

---

arruados e provocadores”. Documento transcrito por Clóvis Antunes (1984, p. 44).

<sup>28</sup> “Arrolamento Estatístico da população dos Índios aldeados na Missão da vila da Palmeira dos Índios”, escrito pelo Diretor Manoel Per. Camello em 21 de março de 1840. Documento transcrito por Clóvis Antunes (1984, p. 43).

<sup>29</sup> Eram as Aldeias: “Jacuhipe, Cocal, Atalaia, Urucú, Limoeiro, Palmeira e Collegio”. Relatório transcrito por Clóvis Antunes (1984, p. 50).

<sup>30</sup> Documento sobre os índios da Província, enviado pelo Bacharel Manoel Lourenço da Silveira ao Presidente da Província em 1862, citado na Fala dirigida à Assembleia Legislativa das Alagoas, pelo Presidente da Província Antônio Alves de Souza Carvalho, na abertura da 1ª Sessão Ordinária da 14ª legislatura, a 13 de junho de 1862. Citado por Antunes (1984, p. 16).

“condição de mais fracos” na qual aqueles “tem se achado”. Assim, os descreveu como “dóceis, essencialmente obedientes aos seus superiores religiosos, e na maior parte, joviais e dados às bebidas alcoólicas” (CARVALHO apud ANTUNES 1984, p. 16).

Diante dessas constatações, afirmou que não lhe parecia “prudente” que a tutela exercida sobre os indígenas fosse dispensada, pois estes compreendiam “ainda mal seus verdadeiros interesses” e, portanto, podiam ser facilmente inclinados “para a carreira dos crimes” (CARVALHO apud ANTUNES 1984, p. 16). No entanto, diante do cenário de disputas, acirradas com a Lei de Terras<sup>31</sup> de 1850, essa posição em defesa da tutela foi logo substituída pelo discurso de que não mais existiam índios na região. Nas palavras<sup>32</sup> de José Bento Cunha Figueiredo Júnior, Presidente da Assembleia Legislativa da Província das Alagoas, proferidas em 1870:

Susceptíveis de cultura moral, intelectual e artística, dóceis, pacíficos, obedientes, aptos para o serviço da guerra, sadios, de boa compleição, os índios se mostram entretanto, mui propensos à ociosidade e ao uso das bebidas alcoólicas. Vivendo êles em boas relações com os povoados circunvizinhos, só há que notar algumas desavenças provenientes de

---

<sup>31</sup> Com a promulgação dessa Lei, o regime de doações de terras foi extinto no Brasil e a posse da terra passou a ser legitimada somente a partir de documentos de compra e venda, sendo as terras oriundas de doação, que não estivessem em uso justificado, consideradas como devolutas. A transformação da terra em mercadoria foi um dos principais fatores que proporcionaram a transição das relações rurais do interior do país para o modo capitalista. Com essa mudança, abriu-se precedentes para que as terras de aldeamentos, onde os índios eram considerados como miscigenados, fossem extintas e seus habitantes transformadas em trabalhadores rurais (OLIVEIRA, 2016).

<sup>32</sup> Documento transcrito por Clóvis Antunes (1984, p. 44).

usurpações ou invasões. [...]. Os que abandonam as aldeias confundem-se na massa geral da população, e será bem raro encontrar algum que conserve o tipo primitivo. Parece que já se podiam dispensar os directores, distribuindo-se aos índios lotes de terras, e vendendo-se os restantes (FIGUEIREDO JÚNIOR apud ANTUNES, 1984, p. 64).

Em seu discurso, o Presidente da Província descreveu os indígenas como trabalhadores “obedientes” e “sadios” que estavam sendo desperdiçados em pequenos aldeamentos, onde se entregavam à ociosidade e à bebedeira. Portanto, recomendava que não fossem mais considerados como índios, pois não diferiam fisicamente dos não indígenas, mas que se tornassem trabalhadores. Diante disso, os opositores aos aldeamentos passaram a se utilizar do argumento de que não mais existiam “índios selvagens” na Província, estando toda a população indígena aldeada e pacificada.

A política de atração, sedentarização e catequese das populações indígenas, que resultou na criação de aldeamentos missionários, foi substituída pela prática da negação da existência de povos indígenas, fundamentada principalmente no discurso da miscigenação. Em 1872 foi oficialmente decretada a extinção dos aldeamentos na Província das Alagoas, porém, as terras não foram divididas entre os índios, como recomendava o Presidente da Assembleia. Segue um trecho do Decreto<sup>33</sup>:

O Presidente da Província autorizado pelo Aviso do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas datado de 17 de junho último, sob o nº3, declara extintos todos os aldeamentos de índios

---

<sup>33</sup> Decreto provincial e imperial do Palácio do Governo das Alagoas, Maceió, 03 de julho de 1872. Transcrito por Maria Ester Ferreira (1984, p. 72).

existentes nesta mesma Província, ficando incorporadas às terras de domínio público as sesmarias pertencentes aos referidos aldeamentos, na conformidade do aviso citado, e determina que neste sentido se espessam as necessárias comunicações às autoridades competentes, a fim de se tornar efetiva semelhante providencia (SILVA, 2004, p. 72).

Como previa a legislação, as terras dos aldeamentos foram consideradas devolutas, os indígenas expulsos e o processo de demarcação do território dos Xukuru-Kariri efetivamente arquivado. Com a extinção dos aldeamentos, “os habitantes dos lugares onde existiam antigos aldeamentos passaram a ser chamados de caboclos [...]” (SILVA, 2014, p. 49). Desse modo, a partir da segunda metade do século XIX, o processo de mistura (OLIVEIRA, 2004), iniciado com a criação dos aldeamentos e implantado com as políticas integracionistas do Diretório dos Índios (CUNHA, 2013), foi tomado como concluído e os índios, no Nordeste, passaram a ser denominados de “remanescentes” ou “descendentes”.

Com o título *Briga pela posse das terras dos índios*<sup>34</sup>, uma das atas da Câmara de Vereadores da “Villa da Palmeira dos Índios” de 1874 menciona um requerimento feito por cidadãos palmeirenses solicitando que se tomasse alguma providência contra o vereador Manuel Marques de Oliveira, pois este havia se apossado das melhores terras do extinto aldeamento, tendo derrubado o “travessão”, construído um açude e soltado seu “gado que invadia roças”. Em vista disso, “o denunciante e os outros, que vinham plantando nas referidas terras há muito tempo”, solicitavam a liberação dessas terras. O próprio texto

---

<sup>34</sup> Ata de reunião da Câmara Municipal de Palmeira dos Índios, dia 29 de outubro de 1874. Documento transcrito por Luiz Torres (1973, p. 274).

destacou que nada pôde ser feito em relação a tal injustiça, pois o poder econômico do vereador era grande. A Câmara se julgou sem autoridade na questão e recomendou que os prejudicados procurassem o Governo Provincial.

O documento não menciona se os requerentes eram indígenas vivendo nas terras do extinto aldeamento ou se eram não indígenas pobres que plantavam em condição igualmente irregular. A afirmação de que os reclamantes plantavam há muito tempo naquelas terras sugere que possivelmente se tratavam de indígenas que não se apresentavam como tais, pois o aldeamento havia sido extinto dois anos antes. A situação demonstrava que as terras do extinto aldeamento não foram prontamente incorporadas ao patrimônio da Vila da Palmeira, pois continuaram a ser controladas por poderosos posseiros.

Com a extinção do aldeamento e a expansão dos posseiros, os indígenas passaram a viver entre os não indígenas, num ambiente em que eram obrigados a negar a identidade e a silenciar práticas socioculturais (MARTINS, 1994; PEIXOTO, 2013; SILVA JÚNIOR 2013). Não foram mais citados nos documentos oficiais como índios, mas como remanescentes ou caboclos; uma espécie de indivíduo transitório entre o índio e o branco “civilizado”, não sendo nem um nem outro, mas um ser que de forma rápida e inevitável iria ser incorporado à sociedade e desaparecer (SILVA, 2010).

Sobre esse contexto de silenciamento e negação da presença indígena podemos citar como exemplo o romance *Caetés* (1933), do escritor Graciliano Ramos, então prefeito de Palmeira dos Índios. Nessa obra, o protagonista, João Valério, o “guarda-livros da Firma Teixeira & Irmão”, se propõem a escrever um livro sobre os índios antropófagos que haviam “devorado” o

Bispo Sardinha. Nessa narrativa, Graciliano Ramos, apresentou algumas informações sobre a cidade de Palmeira dos Índios, da década de 1930, ambiente no qual os eventos fictícios ocorreram, e citou brevemente os “remanescentes” dos índios “Xucurus” de Palmeira dos Índios.

Para os lados do Xucuru [atual bairro Xucurus], meia dúzia de luzes indecisas, espalhadas. Aquilo há pouco tempo era dos índios. Outras luzes na Lagoa, que foi uma taba. No Tanque, montes negros como piche. Ali encontraram, em escavações, vasos de barro e pedras talhadas à feição de meia-lua. Negra também, a Cafurna, onde se arrastam, miseráveis, os remanescentes da tribo que lá existiu (RAMOS, 2013, p. 132).

A concepção dos indígenas de Palmeira dos Índios como decadentes é perceptível no texto. Na busca por inspiração para seus escritos, João Valério procurou relacionar sua narrativa sobre os Caetés com a história de Palmeira dos Índios e dos “remanescentes” vivendo no local, deixando transparecer preconceitos e estereótipos, comuns à época, em relação aos indígenas. Após pensar sobre os indígenas que conhecia, possíveis referências para personagens, João Valério concluiu:

De indivíduos das minhas relações o que tem aparência moral com antropófago é o Miranda, mas o Miranda é inteligente, não serve para caeté. Conheço também Pedro Antônio e Balbino, índios. Moram aqui ao pé da cidade, na Cafurna, onde houve aldeia deles. São dois pobres degenerados, bebem como raposas e não comem gente. O que me convinha eram canibais autênticos, e disso já não há. Dos xucurus não resta vestígio; os da Lagoa espalharam-se, misturaram-se. Em falta de melhor, aproveitei os últimos

remanescentes dos brutos da Cafurna (RAMOS, 2013, p. 66).

Os indígenas Xukuru-Kariri descritos por Graciliano Ramos são caricaturas de um povo decadente: indivíduos em via de assimilação; brutalizados ou dignos de pena por sua “miserabilidade”. Como mencionado, no contexto de escrita desse romance, o povo Xukuru-Kariri encontravam-se em uma situação de dispersão e de silenciamento sociocultural, que lhes foi imposto pela sociedade envolvente. Destituídos de seu território, passaram a residir nas periferias de Palmeira dos Índios, como o citado Bairro Cafurna, em municípios circunvizinhos e em áreas do antigo aldeamento, vivendo em terras arrendadas ou ocupadas de forma “irregular” (CARRARA, 2016; DÓRIA, 2008; MARTINS, 1994).

Outro relato sobre os Xukuru-Kariri no período posterior à extinção do aldeamento foi escrito por Carlos Estevão de Oliveira<sup>35</sup> que visitou Palmeira dos Índios em 1936. Durante sua pesquisa, Oliveira encontrou “remanescentes indígenas” espalhados pela periferia da cidade, vivendo em “situação precaríssima” e em disputas com não índios que haviam lhes tirado até “as fontes em que se abasteciam d’água” (OLIVEIRA, 1938, p. 174).

---

<sup>35</sup> Carlos Estevão de Oliveira foi um advogado pernambucano, membro do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco/IAHGP, do Instituto Histórico do Pará e Ceará, da Academia Paraense de Letras/APL e do Instituto de Estudos Brasileiros/IEB. Foi escritor e poeta, além de se dedicar a estudos sobre o folclore brasileiro. Trabalhou como promotor público na cidade de Alenquer/PA, onde desenvolveu pesquisas sobre a cultura indígena a partir de estudos etnográficos. Suas pesquisas sobre os “remanescentes” indígenas no Nordeste foram fundamentais para a visibilidade desses povos, contribuindo para que novos estudos fossem realizados nesse período (CUNHA, 1989)

Os poucos “caboclos” que possuíam algum pedaço de terra praticavam a agricultura de subsistência e cultivavam plantas medicinais. Segundo o autor, os Xukuru-Kariri eram “muito inteligentes”, “trabalhadores” e “de todos os remanescentes indígenas que tenho visitado no Nordeste, são aqueles caboclos os que se apresentam em melhor estado de pureza física” (Id. Ibid.). Como resultado de viagens pelo Sertão, com o objetivo de contribuir para as escassas informações sobre os indígenas no Nordeste, Carlos Estevão escreveu textos e realizou palestras nas quais relatava a situação precária em que viviam os indígenas na Região e apelava para que os órgãos competentes dos estados os amparassem e protegessem (OLIVEIRA, 1938). Observados os costumes e o modo de vida dos “caboclos de Palmeira dos Índios”, Carlos Estevão realizou escavações numa gruta na Serra do Goiti e encontrou urnas funerárias contendo fragmentos de ossos humanos.

Diante dessa descoberta concluiu que “Os chucurus, pelo menos, conforme ficou demonstrado, tinham o hábito de fazer enterramento dentro de potes, como os tupis” (Idem. p. 175). Esses primeiros achados arqueológicos contribuíram para a afirmação da presença imemorial dos Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios, nesse momento de invisibilidade do grupo, além de incentivar a realização de outras pesquisas arqueológicas nas décadas de 1960 e 1970<sup>36</sup>.

Nas primeiras décadas do século XX, período no qual Carlos Estevão realizou suas primeiras viagens “pelo Sertão”, existia, na região Nordeste, apenas um posto de assistência do

---

<sup>36</sup> O contexto histórico e a importância das escavações e descobertas arqueológicas em Palmeira dos Índios serão discutidas no capítulo II.

Serviço de Proteção aos Índios/SPI<sup>37</sup> que fora instalado em 1928 junto aos índios Fulni-ô em Águas Belas/PE (ARRUTI, 1996). As características socioculturais observadas naquele povo, principalmente por falarem a língua de seus antepassados, contribuíram para que o SPI os reconhecesse como indígenas. Contudo, a assistência a um povo indígena no Nordeste, mesmo um caso singular como o dos Fulni-ô, representou um marco para os processos de etnogênese<sup>38</sup> (OLIVEIRA, 2004) dos povos indígenas na Região, desencadeando “uma série de reivindicações de comunidades de antigos aldeamentos indígenas” (ARRUTI, 1996, p. 50).

Na análise de Sidnei Peres (2004) os postos indígenas do SPI foram pensados como empresas de “moralização dos sertões” nas quais as relações entre índios e trabalhadores nacionais, bem como a interação com o espaço, seriam

---

<sup>37</sup> Criando no ano de 1910, o Serviço de Proteção aos Índios/SPI tinha o objetivo de facilitar o desenvolvimento econômico nas frentes de expansão nacional, garantindo a integridade dos povos indígenas, que se encontravam em uma suposta etapa de transição para pequenos agricultores; assistindo-os a partir da demarcação de pequenos territórios, que sediavam um Posto Indígena. Porém, conforme analisa Antonio Carlos de Souza Lima, a ação do SPI se assemelha mais a um “grande cerco de paz”, isto é, uma medida que buscava possibilitar a “convivência pacífica” entre índios e não indígenas a partir da utilização de um poder tutelar que “supõe estratégias conducentes da passagem entre hostilidade aberta à ‘convivência pacífica’. Sob a luz da paz armada” (LIMA, 1992, p. 105).

<sup>38</sup> Processo de afirmação étnica de povos indígenas que foram considerados extintos nas províncias de longa colonização. “A esse fenômeno de ‘emergência étnica’ que vem acontecendo nas áreas mais antigas da Colonização a exemplo do Nordeste, a reflexão antropológica atual chama de *etnogênese*: o processo de emergência histórica de um povo que se auto define em relação a uma herança sociocultural, a partir da reelaboração de símbolos e reinvenção de tradições culturais, muitas das quais apropriadas da colonização e relidas pelo horizonte indígena” (SILVA, 2003, p. 43).

conduzidas “racionalmente” por meio da atuação de agentes do Estado representados por funcionários do Órgão assistencialista. Desse modo, ao estabelecer um estreito vínculo entre o Estado e as terras indígenas, este “monopolizou a competência para intervir junto a totalidade do contingente populacional indígena existente no país, emergindo como seu tutor legal e encarregando-se de gerir a sua integração a sociedade nacional” (PERES, 2004, p. 89).

A pretensão principal de controlar a relação entre índios e “brancos”, evitando os confrontos e suas “consequências malélicas para os índios”, tendo como foco principal as chamadas frentes de expansão, a intervenção do órgão indigenista “visava a reparar processos extremados de pobreza, dependência e degradação social” (OLIVEIRA, 2000, p. 21). Objetivos que justificavam a fórmula da compra de terras para a instalação dos indígenas que eram “geridos” pelos funcionários do Posto Indígena em cada aldeia.

A partir do reconhecimento dos Fulni-ô, que foram colocados na situação de reserva<sup>39</sup>, outros grupos de “remanescentes indígenas” se mobilizaram em busca do reconhecimento oficial, isto é, do estatuto legal de índio. O que se destaca no caso da assistência do povo Fulni-ô é que não chamou apenas a atenção de pesquisadores, como Clóvis

---

<sup>39</sup> De acordo com Antonio Carlos de Souza Lima, a figura administrativa denominada de “reserva” representou áreas reconhecidas pela administração pública como espaços destinados ao “estabelecimento e à manutenção” de povos indígenas. Desse modo, baseada em uma política de estatização das riquezas das áreas destinadas ao assentamento dos indígenas, a finalidade das reservas “era disciplinar o controle e a utilização das terras, essencialmente pela tentativa de fiscalização da circulação dos povos pelos seus territórios tradicionais, ao mesmo tempo mediando sua mercantilização, aplicando-lhes sistemas de registro e cadastramento” (LIMA, 2012, p. 802).

Antunes, e aliados dos índios como o Padre Alfredo Dâmaso<sup>40</sup>, mas principalmente de outras comunidades de índios no Nordeste. Essa experiência possibilitou os contatos iniciais que teceram o que foi denominado rede das emergências étnicas (ARRUTI, 1996).

No contexto de mobilizações, o Chefe da Inspeção Regional nº 4 (IR-4)<sup>41</sup>, Raimundo Dantas Carneiro, definiu o ritual do Toré como referência e “sinal de indianidade”<sup>42</sup> entre os índios que buscavam reconhecimento (GRÜNEWALD, 2005). Uma vez determinado pelo Estado quais seriam as evidências e os “sinais diacríticos” que possibilitariam o reconhecimento de algum grupo como indígena, sinais como “os rituais, as danças, as pinturas, a língua, as roupas, a aldeia” (SILVA JÚNIOR, 2013, p. 59), práticas tradicionais foram ajustadas às exigências oficiais como meios que facilitassem o reconhecimento. Nesse contexto, “o Toré difundiu-se por todas as áreas e se tornou uma instituição unificadora e comum”, por “tratar-se de um ritual político,

---

<sup>40</sup> Então pároco nas cidades de Águas Belas/PE e Bom Conselho/PE.

O religioso se destacou pelo apoio aos “remanescentes” indígenas no Nordeste: “A atuação do Padre foi permeada por relações influentes nos âmbitos social, religioso, militar e político, favorecendo a escolha dos índios para intervir em seu favor. Com destaque no reconhecimento étnico oficial dos Fulni-ô, intermediado pelo religioso, que logo inspiraria as mobilizações de outros povos indígenas no Nordeste” (BEZERRA, 2017, p. 156).

<sup>41</sup> Inspeção Administrativa do SPI responsável pelas atividades do Órgão na Região Nordeste.

<sup>42</sup> Termo empregado para denominar uma etnicidade indígena construída a partir da demarcação de fronteiras étnicas. Utilizamos essa noção a partir dos estudos realizados por João Pacheco de Oliveira (1988), para o qual a etnicidade indígena é compartilhada pelos diversos povos indígenas no Brasil, formando um “*modo de ser* característico de grupos indígenas assistidos pelo órgão tutor” (OLIVEIRA, 1988, p. 14, grifos do autor).

protagonizado sempre que é necessário demarcar as fronteiras entre ‘índios’ e ‘brancos’” (OLIVEIRA, 2004, p. 60).

Os contatos entre diferentes grupos étnicos influenciaram as identidades e distinções étnicas, pois é a partir da interação que os grupos fortalecem suas identidades coletivas e demarcam as fronteiras étnicas (BARTH, 2000). O descarte à ideia de que identidade e cultura são fruto do isolamento, suplantada pela noção de contato interétnico como fator constitutivo da etnicidade, contribuiu para a análise desse momento de emergência étnica (ARRUTI, 1996) dos povos indígenas no Nordeste, cujas identidades foram construídas ao longo de um processo histórico de interações socioculturais que resultaram em transformações, porém que não anularam as identidade desses povos, como supunham os defensores da integração e desaparecimento dos indígenas.

Nesse sentido, o indígena Alfredo Celestino da Silva, sabendo da existência de um órgão oficial de assistência aos índios, em 1951, iniciou um processo de articulação com alguns indígenas dispersos no município de Palmeira dos Índios, com o objetivo de pleitear o reconhecimento frente ao Órgão indigenista (MARTINS, 1994; PEIXOTO, 2013; SILVA JÚNIOR, 2013). Naquele mesmo ano, conseguiu o apoio do Monsenhor Alfredo Dâmaso, Pároco em Bom Conselho, para reivindicar ao Serviço de Proteção aos Índios a instalação de um Posto indígena em Palmeira dos Índios.

Além do apoio da Igreja Católica Romana, representada pela figura do citado religioso, os indígenas liderados por Alfredo Celestino, conseguiram apoio político do Deputado Federal

alagoano Medeiros Neto<sup>43</sup>, e estabeleceram alianças com povos indígenas assistidos pelo SPI, como os Fulni-ô habitantes em Águas Belas e os Pankararu em Brejo dos Padres/PE.

Uma vez realizado o processo de articulação pelos Xukuru-Kariri e com apoio político e dos pares, Celestino enviou uma carta<sup>44</sup> a José Maria da Gama Malcher, então Inspetor Geral do SPI, na qual se declarava “Cacique da tribo Xukuru-Kariri”, composta por “cerca de 400 a 500 índios” que estavam “espalhados” em Palmeira dos Índios, “bolando de rio abaixo que só pedra de enxurrada”. O pedido foi aceito e um mês depois o SPI enviou o Inspetor Iridiano Amarinho, que, após analisar a condição de vida dos índios Xukuru-Kariri, instruiu o Cacique a

---

<sup>43</sup> Nascido na cidade de Traipu/AL, Luiz de Meneses Medeiros Neto foi um político, escritor e jornalista que exerceu vários cargos de destaque durante sua vida pública, atuando como Deputado Federal, pelo estado de Alagoas, por 5 mandatos; Diretor do Departamento de Educação, em Maceió, entre 1941 e 1945; Diretor do Departamento das Municipalidades e de Assistência ao Cooperativismo, em 1945. Durante sua atuação como parlamentar, participou de Comissões e “Missões Sociais” na região Centro Oeste do País, juntamente com “brasileiros e europeus, interessados em estudar a natureza e os costumes dos nossos silvícolas em seu estado social” (MORAES, 1960, p. 114). Não encontramos fontes a respeito da relação entre o Deputado e o Padre Alfredo Dâmaso; embora a posição política de Medeiros Neto e sua aproximação com a Igreja Católica Romana, uma vez que o Deputado frequentou o Seminário e ordenou-se em 1935, em Maceió, indique seu conhecimento sobre as atuações do Padre. A relação entre o Deputado e o município de Palmeira dos Índios ocorreu a nível de alianças e apoio político, tendo o parlamentar intermediado o repasse de recursos financeiros e projetos em benefício do município, os quais lhe renderem o título de cidadão honorário. Fonte: Atas de Reuniões da Câmara Municipal de Palmeira dos Índios, 1956 e 1968, Livros V e XVII. Documentos disponíveis no Acervo da Câmara Legislativa de Palmeira dos Índios.

<sup>44</sup> Entrevista de Alfredo Celestino ao antropólogo Clóvis Antunes sobre o conteúdo da carta que enviou ao SPI. Transcrita por Clóvis Antunes (1973, p. 76).

continuar a realização do trabalho de levantamento da quantidade e localização de indígenas no município (ANTUNES, 1973, p. 76).

Naquele mesmo ano, outro Inspetor do SPI, Deocleciano de Souza Nenê, realizou um censo no qual apontou a existência de 45 famílias indígenas na região, num total de 246 pessoas. Essa identificação das famílias Xukuru-Kariri foi de grande relevância para a articulação política dos indígenas, que até então estavam fragilizados pela dispersão e silêncio sobre a identidade étnica. Em maio de 1952 o SPI adquiriu a Fazenda Canto, propriedade com extensão de 372 hectares, porém, só foram repassados 276 ha aos indígenas (MARTINS, 1999). Nessa área, foi instalado o Posto Indígena de Palmeira dos Índios, que recebeu o nome de um Inspetor do SPI; Irineu dos Santos. Como cita a escritura<sup>45</sup>, a propriedade era “toda cercada de arame farpado; [...] tendo uma casa grande de administrador e sete (7) casas menores para moradores, de taipa e telhas, em mau estado de conservação; cercado de palma forrageira, lavouras, um riacho perene além de três (3) açudes”.

A despeito das questões políticas<sup>46</sup> que permearam a aquisição da propriedade, como o considerável lucro que o então Prefeito de Palmeira dos Índios, Manoel Sampaio Luz, obteve ao vender a Fazenda Canto a um preço acima do valor de mercado, os interesses particulares do Deputado Medeiros Neto e da Igreja

---

<sup>45</sup> Escritura de compra e venda da Fazenda Canto, 1952. Transcrita por Clóvis Antunes (1973, p. 78).

<sup>46</sup> Existiu um jogo de interesses, envolvendo políticos locais, na aquisição da Fazenda Canto, desde a escolha do local onde se instalaria o Posto Indígena até a contratação dos funcionários. O poder local procurou tirar vantagens da situação, os índios não foram consultados sobre o território que seria comprado e todos os cargos do Posto e da escola indígena foram ocupados por não índios, exceto o de aprendiz, que fora destinado ao Cacique Alfredo Celestino. Seu trabalho era fazer a limpeza da escola (SILVA JÚNIOR, 2013).

Católica Romana. A criação da Aldeia Fazenda Canto, como ficou conhecida, deve ser pensada como um passo importante para a reconquista do território pelo povo Xukuru-Kariri, depois de quase 100 anos de dispersão e silenciamento.

Significando não apenas a garantia da sobrevivência física dos índios, que passaram a dispor de terras para cultivar, mas principalmente o reconhecimento oficial dos indígenas e a criação de condições para o fortalecimento étnico diante da territorialidade<sup>47</sup> desenvolvida com o espaço habitado. Portanto, embora não representasse nem de longe as terras que lhes pertenceram por direito, a compra da propriedade foi decisiva e possibilitou a reorganização política, a partir da articulação de mobilizações e ações reivindicatórias e da afirmação étnica; a demarcação da fronteira identitária (BARTH, 2000), a partir da reformulação da autoimagem do grupo enquanto possuidor de direitos e expressões socioculturais.

No entanto, com o crescimento das famílias<sup>48</sup> habitando na Aldeia Fazenda Canto, o espaço ocupado tornou-se pequeno, pois as terras eram insuficientes para o sustento de todos, pois apresentava baixa produtividade, além de dispor de pouca água

---

<sup>47</sup> Utilizamos essa noção a partir dos estudos do Geógrafo Claude Raffestin, para o qual *territorialidade* é resultado da “multidimensionalidade do ‘vívido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral”. Desse modo, ela seria uma qualidade singular de determinada sociedade ou grupo étnico segundo a qual é possível desenvolver relações sociais e tomar consciência do espaço habitado, a partir de uma base subjetiva de imagens, representações e expressões socioculturais (RAFFESTIN, 1980, p. 160).

<sup>48</sup> “Com a criação da Aldeia Fazenda Canto, algumas famílias, a convite de Alfredo Celestino passaram a se estabelecer na propriedade, as primeiras foram: Ricardo, Mirinda, Onório, Celestino, Félix, Maranduba, Aleixo, Cosme, Desidério, Paulino, Ferreira, Leonardo, Gomes e família Rosa descendentes de negros e índios e a família Pedro Urbano, Herculano (Pankararu de Tacaratu-PE)” (MOREIRA; PEIXOTO; SILVA, 2008, p. 35).

(PEIXOTO, 2013). Diante dessa situação, os Xukuru-Kariri se organizaram para recuperar a posse de territórios usurpados por não indígenas; ações denominadas de retomadas, ou reconquistas territoriais, essas mobilizações pela reocupação territorial são constituídas “gradualmente, por meio da atuação coletiva dos indígenas com seus aspectos organizacionais, simbólicos e religiosos” (SILVA, 2019, p. 16).

### **1.3. “Pacatos, bizarros e a caminho da extinção”: os Xukuru-Kariri descritos por Ivan Barros e Luiz Torres**

No período que sucedeu à extinção dos aldeamentos na Província das Alagoas e na Região Nordeste (OLIVEIRA, 2004), ocorreu um silenciamento nos documentos oficiais sobre os povos indígenas que habitavam os antigos aldeamentos e que se achavam “confundidos com a massa da população”. Nas primeiras décadas do século XX, antes de estudiosos como Carlos Estevão de Oliveira (1938), realizarem pesquisas sobre os “remanescentes indígenas” no Nordeste, memorialistas e escritores regionais, movidos por uma concepção do índio enquanto antiga “raça formadora” escreveram sobre “os caboclos”, descendentes dos primeiros habitantes de áreas de colonização antiga, descrevendo suas danças e costumes exóticos que acreditavam estar em vias de extinção.

Essa análise das contribuições dos indígenas para o avanço colonial, principalmente a formação de povoações a partir das missões catequéticas (ALMEIDA, 2000), aparecem especificamente em estudos sobre a formação social de cidades do interior do Nordeste, realizados por cronistas e escritores

regionais que estudavam a história de cidades onde nasceram (SILVA, 2014). Palmeira dos Índios é um exemplo de cidade originária a partir de uma aldeia indígena formada por um religioso realizando a catequese indígenas.

Em fins da primeira metade do século XX, foram publicados os primeiros escritos sobre a história do município, citando a origem no Aldeamento da Palmeira e dessa forma referenciado os indígenas como primeiros habitantes das terras que atualmente abrigam a sede municipal. Esses estudos específicos sobre a história local e dos índios habitantes na região foram publicados por Luiz de Barros Torres e Ivan Bezerra de Barros<sup>49</sup>.

Dentre os escritos desses autores, destacamos, para os fins propostos em nosso estudo, as obras: *Palmeira dos Índios: terra e gente* (1969) de autoria de Ivan Barros; *Os índios Xukuru e Kariri em Palmeira dos Índios* (1972) e *A terra de Tilixi e Tixiliá: Palmeira dos Índios dos séculos XVIII e XIX* (1975) escritos por Luiz B. Torres. São textos que não apresentam análises aprofundadas, porém, trazem dados históricos e transcrições de documentos que contribuem para estudos sobre a história do município. Nesses escritos, os autores relataram a história da cidade, destacando a atuação de alguns sujeitos e abordando a temática indígena, principalmente Luiz Torres.

---

<sup>49</sup> Promotor de Justiça aposentado, membro da Academia Alagoana de Letras e escritor ativo com 29 livros publicados. Nascido em 1943, formado em Ciências Jurídicas e Sociais no Rio de Janeiro, foi Vereador do Município em 1967. Trabalhou como escritor e editor de jornais locais e participou de momentos importantes, a exemplo da fundação da Academia Palmeirense de Letras, Ciências e Artes/APALCA. Informações disponíveis no Site da APALCA. Disponível em: <http://apalca.com.br/hino-de-palmeira-dos-indios>. Acesso em: 11 dez. 2017.

No livro *Palmeira dos Índios terra e gente* (1969), Ivan Barros se deteve ao estudo da história do referido município, apresentando uma breve análise sobre a “formação e desenvolvimento”. Expôs uma cronologia detalhada, transcrevendo alguns documentos históricos, e apresentou 48 fotografias, todas com legenda, descrição e dados históricos, de “pessoas ilustres”, locais da cidade e de alguns “remanescentes indígenas”. Porém, a maior parte da obra foi dedicada à transcrição de matérias do Jornal *O Índio*,<sup>50</sup> textos sobre o modo de vida da oligarquia local, dados políticos, eventos culturais e acontecimento cotidianos do “*modus-vivendi*” da “gente palmeirense” entre os anos 1920 e 1930.

Ao escrever sobre a história local, os autores apresentaram suas visões sobre os índios; afirmando-os como primeiros habitantes das terras doadas por Dona Maria Pereira Gonçalves, descrevendo os esbulhos e conflitos com os colonos até a extinção do aldeamento em 1872. O exame da história local, levou Ivan Barros a mencionar a presença dos povos indígenas Xukuru e Kariri nas terras onde foi fundado o Aldeamento da Palmeira dos Índios e posteriormente prosperou a vila de mesmo

---

<sup>50</sup> Periódico publicado semanalmente em Palmeira dos Índios, circulou entre os anos de 1921 e 1925. Neste semanário, escritores locais publicavam matérias sobre a cotidiano cultural e sócio-político de Palmeira dos Índios e região. Suas colunas de destaques eram: “Fatos e fitas”, “Crônicas sociais”, “Garranchos”, “Cousas d’aqui” e “Traços a êsmo”, de responsabilidade do romancista Graciliano Ramos. Este jornal foi fundado pelo então Pároco da Igreja Nossa Senhora do Amparo, o Padre Francisco Xavier de Macedo, que o nomeou de “O índio”, em homenagem aos primeiros habitantes de Palmeira dos Índios e ao nome do município. Durante todo o período de circulação, o jornal teve como Diretor e Editor Chefe o Padre Francisco Macedo, contando com a colaboração de personalidades locais. Documentação disponível no Acervo do GPHIAL, op. cit. p. 19.

nome. Para o autor, a cidade se “originou da necessidade dos índios de fugirem das ‘entradas e bandeiras’” (BARROS, 1969, p. 20).

Partindo da concepção do indígena como ser do passado colonial que esteve presente no processo histórico de desenvolvimento da nação, os citados autores descreveram a imagem de um índio puro e gentil, que não resistiu ao processo de aldeamento e catequese imposto, observando passivamente, na maior parte do tempo, a ocupação das terras onde habitavam. A partir desses relatos iniciais, sobre a fixação de colonos na região, os indígenas foram deixados de lado nas narrativas, induzindo a ideia que foram “superados” pelo progresso iniciado com a chegada do branco, sendo convertidos ao catolicismo e submetidos ao julgo dos colonizadores.

Passando assim da condição de primeiros donos das terras para a de derrotados que se tornaram meros observadores das mudanças ocorridas no entorno. Desse modo, a consideração de um juízo de valor sobre as expressões socioculturais indígenas, favoreceu a criação da imagem representativa de um índio dócil e suscetível às transformações impostas pela ação catequética do Frei Domingos.

Luiz Torres (1973) descreveu um índio ingênuo e suscetível à catequese, uma “tribo” que “alvorçou-se” diante da chegada de um “cara pálido” que poderia ser aquele que a “antiga profecia” contava que tornaria os Xukuru-Kariri um “grande e poderoso povo”, e que “em poucos meses” construiu uma capela no alto da serra onde os índios habitavam. Ivan Barros (1969), por sua vez, narrou o encontro entre Frei Domingos e os “pacatos xucurús-cariris” como um singelo e amistoso momento em que o “ilustre visitante”, que não era “gente estranha”, mas um agente

do bem, “conquistou de imediato a amizade dos índios” e iniciou o trabalho de doutrinação cristã. Segundo o autor:

A obra catequética do Frade, foi empolgante. Dezenas de núcleos onde reuniam a indiada, pacificando-a, incorporando-a a um novo sistema de vida, surgiram por diligências do intrépido missionário. [...]. E felizes, os nativos passaram a dominar a caça, a pesca nos riachos. Rasgaram o ventre da terra e fecundaram-na com sementes de algodão, feijão e mandioca. Faziam a colheita de poucos vegetais. E muitas vezes tomavam o “grulijó” [...] e baforando “canabis-sative” em quakis, enebriados, dançavam o toré, invocando, em trajes bizarros, altas horas da noite, o Rikukilhiá (deus da floresta), num estranho culto (BARROS, 1969, p. 22).

Os autores partilharam da mesma concepção sobre as origens de Palmeira dos Índios, quando exaltaram a catequese e conceberam os indígenas como pacíficos e mansos. Como observado no trecho anterior, os índios descritos por Ivan Barros são seres primitivos e exóticos, porém ingênuos e facilmente susceptíveis ao plano catequético e “civilizatório” promovido pelo Frei Domingos de São José, fazendo da “santa obra” uma empreitada “empolgante”, a partir da qual foram conquistados e pacificados; percebemos que a ideia de inferioridade cultural dos indígenas, em relação aos portugueses, se mostra nessa passagem. É notável, ainda, a presença da influência do indianismo (OLIVEIRA, 2016) quando descreveu índios “felizes” no domínio da caça, da pesca e no aprendizado das práticas agrícolas.

O exotismo daqueles seres primitivos estava representado em costumes, como o Toré realizado com vestimentas em “trajes bizarros” e num “estranho culto” em que

se tomavam bebidas fermentadas, “baforavam canabis-sative” e cultuavam seus deuses. Ainda conforme Barros, após o religioso plantar a “semente evangélica” entre os índios, estes “deixaram as danças nativas sob o redumbar dos maracás e parandubas. E preferiram a missa. E não recearam mais o rikukilhá, porque passaram a acreditar no verdadeiro Deus” (BARROS, 1969, p. 16).

Ao descrever o processo de crescimento estrutural e econômico da Vila de Palmeira dos Índios, Ivan Barros, tal como a maioria dos não indígenas na região, coloca os indígenas em segundo plano, nos bastidores do “desenvolvimento”. Em meio à descrição das glórias alcançadas pela vila o citado autor, como quem lembra de um dado menor, indagou: “e os índios?”; como estavam os índios nesses momentos de glória? A resposta foi a mais infeliz possível: “Bem, os índios viviam afastados, numa promiscuidade desumana, num canto de terras, e assistiam o próprio ocaso da raça” (Idem, p. 25).

Os índios que, conforme o autor, “alegremente” aceitaram a catequese e a adesão à civilização, representadas inicialmente no aprendizado de práticas agrícolas, passaram a viver de forma “desumana” em uma pequena quantidade de terras pouco produtivas. Passivos, como nos primeiros contatos com o Frei Domingos, permaneciam nos bastidores, assistindo o “ocaso de sua raça”, que a cada dia se aproximava mais. No final desse processo, o autor acrescentou, ao se referir ao período posterior ao aldeamento na Fazenda Canto em 1952, que “a indiada não resistiu à evolução voraz da civilização branca” (Idem, p. 26).

Luiz Torres e Ivan Barros utilizaram a denominação “remanescente” como um meio de evidenciar a decadência do

povo Xukuru-Kariri. Enquanto Ivan Barros, afirmou que “desapareceram os vestígios de um passado rico de tradição” (BARROS, 1969, p. 26) diante da ação dos colonizadores, Luiz Torres, em artigo publicado em março de 1977 no *Jornal de Alagoas*, intitulado “Índios Xucuru Kariri, uma raça em extinção”, descreveu-os como um povo que não mais falava a língua original, não dispunha da posse de terras suficiente para a sua sobrevivência e possuía “pouca tradição”.

Ao apresentar um pouco da história indígena, pontuando algumas das espoliações impostas desde a chegada de colonos à região, além de descrever a situação “complicada” na qual se encontravam os Xukuru-Kariri, Torres descreveu-os como decadentes, que “conservam” um pouco do ritual religioso “tradicional”, mas que estavam numa situação denominada como “crepúsculo de uma raça”. Desse modo, finalizou o artigo com a seguinte constatação:

É esta a dolorosa realidade a que deverão chegar os xucuru-kariri e outras muitas tribos por este Brasil afora. Aculturados sem apelação, vão assimilando costumes incompatíveis com a índole indígena. A luta pela vida, a submissão às exigências da sociedade dominante e as investidas de várias seitas religiosas terminarão por despersonalizá-los totalmente. Daqui a 50 ou menos anos, os filhos e netos dos atuais remanescentes serão triturados pela sociedade de consumo formando uma só massa. As vantagens do mundo moderno terminarão por fazê-los esquecer as tradições de sua raça. É uma pena. Uma dolorosa pena. Dos legítimos brasileiros restará apenas uma vaga lembrança e umas poucas linhas nos livros de história” (TORRES, 1977, p. 2).

Apesar de adotar uma posição em “defesa dos índios”, denunciando as difíceis condições de vida e expondo a

necessidade de demarcar mais terras para os índios tendo em vista o crescimento populacional, Luiz Torres não conseguiu se desprender da visão do indígena como um ser frágil e impossibilitado de se autogovernar e de sobreviver no ambiente social no qual estava inserido. Sua visão pessimista colocou o índio numa posição de inferioridade e submissão, resultando numa descrição dos Xukuru-Kariri como um povo derrotado pelo processo de colonização. Os lamentos do escritor ajudaram a compor o discurso de negação da resistência e do protagonismo indígena, pondo em questão suas identidades e o direito à posse de terras.

A concepção do indígena como incapaz, comum à época em que Torres escreveu o citado artigo, era inclusive partilhada pelo Órgão indigenista oficial de proteção dos povos indígenas. A outra face da “proteção” garantida com o regime tutelar do SPI era a manutenção dos indígenas como cidadãos de segunda categoria, tidos como incapazes de se auto representarem juridicamente; estado no qual “não tinham direito a documentos, como carteira de identidade, não podiam votar, ou mesmo deslocar-se livremente pelo território nacional” (OLIVEIRA, 2015, p. 24).

Torres acreditava na ideia de que os povos indígenas caminhavam para uma inevitável assimilação sociocultural, quando esboçou a imagem do povo Xukuru-Kariri como uma “raça em extinção”, isto é, um grupo que perdeu a “pureza cultural” e a glória dos tempos idos, mas à época em que escreveu se encontravam em um estado de decadência no qual os “costumes tradicionais” estavam sendo substituídos por práticas dos não indígenas. O autor enfatizou a assimilação e a

descreveu como triunfal, negando a resistência, as mobilizações e as dinâmicas internas do povo Xukuru-Kariri.

Ao elaborar os argumentos na perspectiva de comparações dos Xukuru-Kariri que lhes eram contemporâneos, com relatos de um índio dotado das características idealizadas sobre os indígenas anteriores aos contatos com os colonizadores, Torres escreveu a partir do ponto de vista de que estes estavam “caminhando sempre sobre a linha reta que leva da fase áurea, anterior ao contato, para a de decadência, durante o contato e, finalmente para o indefectível desfecho que é a extinção” (ARRUTI, 1995, p. 59).

As posições adotadas por Ivan Barros e Luiz Torres, de um modo mais forte, são as mesmas professadas pelo indigenismo brasileiro do período republicano, personificado no SPI. Naquele momento, o objetivo era “despertar na opinião pública a simpatia por eles, favorecendo um sentimento de culpa em relação às perdas que tiveram (antigos territórios, línguas e culturas), e estimulando uma responsabilidade pública sobre o seu destino” (OLIVEIRA, 2016, p. 28). Destarte, o objetivo de cativar a opinião pública, denunciar as dificuldades e injustiças impostas aos indígenas, foi uma prática alicerçada na descrição dos índios como incapazes, caracterizados pela decadência cultural e situação de miséria, contribuindo também para o fortalecimento do discurso paternalista e da justificação da tutela.

As críticas de Ivan Barros (1969) sobre a ausência de menções históricas sobre os indígenas em Palmeira dos Índios, bem como os questionamentos de Luiz Torres (1973; 1975) sobre a existência de apenas uma rua com denominação em homenagem aos índios, em uma cidade originária de um aldeamento, refletiam a necessidade que defenderam de se

referenciar mais os Xukuru-Kariri no processo de formação do município. A tarefa de preencher essa lacuna na história municipal foi assumida por Luiz Torres, que tratou de citar os indígenas em seus escritos como os primeiros donos das terras, referenciando-os como injustiçados e vítimas de um processo de espoliação imposto pelos não indígenas.

Na tentativa de rememorar (GAGNEBIN, 2014) o povo indígena esquecido, Torres os referenciou no hino e na bandeira do município. Realizou escavações arqueológicas em busca de seus artefatos, recolheu e juntou por anos outras peças históricas e mobilizou pessoas para a criação de um museu local. Entretanto, o índio que Torres procurou imortalizar em suas narrativas e nos símbolos oficiais do município era um ser distante, romantizado, visto como um elo perdido do passado municipal. A ideia de reconhecimento da existência indígena, defendida por Torres, resultou no prevaecimento do índio mitológico da “fase áurea” dos Xukuru-Kariri e da fundação da cidade.

O processo de construção histórica e mnêmica da identidade local pode ser relacionado com as narrativas dos estados-nações modernos que se fundamentam numa identidade nacional forjada a partir de narrativas e tradições organizadas ou inventadas por determinado grupo ou parcela da sociedade para justificar a dominação política e fundamentar a existência e unidade das respectivas comunidades. Como afirmaram estudiosos dessa temática (ANDERSON, 2008; HOBBSAWM, 1997), são narrativas “justificadoras” das nações alicerçadas na construção de uma História Oficial, que elabora “uma série de histórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou representam as

experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação” (HALL, 2015, p. 31).

Ao analisarmos, de forma cuidadosa, os relatos sobre a história de Palmeira dos Índios, percebemos que a construção de uma narrativa oficial que dá sentido à localidade foi também realizada no município. O apego às origens, a invenção de tradições que possibilitam a identificação mútua entre os palmeirenses e a ênfase no mito de fundação, são as características que sustentam a produção de uma Palmeira dos Índios “imaginária”, isto é, fundamentada nos escritos de Luiz Barros Torres.

Luiz Torres, em 1973, teceu uma narrativa que uniu ficção e contextos históricos, com base em situações documentadas, para escrever a história de fundação da cidade a partir de uma lenda<sup>51</sup> que se tornou referência no município; foi ensinada em escolas da rede pública municipal (PEIXOTO, 2013), influenciou a construção dos símbolos oficiais do município, além de estátuas expostas em locais públicos e a nomeação de estabelecimentos comerciais e logradouros na cidade.

Na narrativa lendária, os Xukuru-Kariri habitavam as matas de Palmeira dos Índios e tinham como chefe o Cacique Etafé, que aguardava a puberdade da formosa índia Txiliá, filha de Taci, para poder casar-se com ela. Porém, a jovem índia estava apaixonada por seu primo Tilixi; a proximidade entre os

---

<sup>51</sup> A narrativa fundacional escrita por Luiz Torres foi intitulada como *Lenda de fundação da Cidade de Palmeira dos Índios*, a nomenclatura “lenda” foi escolhida pelo autor e assim referenciada em seus escritos posteriores. Utilizamos como material de análise dessa narrativa, a versão datilografada por Torres em 1971 e a versão em quadrinhos (1971) também de sua autoria. Disponíveis no Acervo do GPFIAL, op. cit. p. 19.

dois primos fazia com que o Cacique, com ciúmes, os vigiasse constantemente. Certo dia, durante uma festa “tribal”, Tilixi, ao receber de sua prima um pouco de bebida fermentada, beijou Txiliá; vendo a cena, o Cacique enfurecido condenou Tilixi a morrer por inanição, preso ao solo, longe do acampamento e exposto ao sol.

Ao ouvir os gritos de socorro proferidos por seu amado, Txiliá pediu ao Frei Domingos de São José que lhe desse a cruz que carregava no pescoço, para “plantá-la ao lado do moribundo, para que dela nascesse uma palmeira, debaixo da qual ele pudesse sofrer menos” (TORRES, 1973, p. 54). Não conseguindo convencer a índia a desistir, o padre entregou-lhe a pequena cruz.

Contrariando a proibição do Cacique, Txiliá foi ao encontro de seu amado e nesse momento, foi atingida por uma flecha, atirada pelo ciumento Cacique. Ainda segundo a narrativa, no local em que o casal morreu nasceu uma “frondosa palmeira”. Para o Frei Domingos obra de um milagre; o símbolo do mais puro gesto de amor e de fé. A “confiança no onipotente poder de Deus”, demonstrada por Txiliá, fez com que o padre reunisse as forças necessárias para a edificação do município.

O milagre produziu no frade um êxtase místico, durante o qual teve uma visão profética do que seriam o povo e a cidade nascidos do heroísmo do amor. Só poderiam gozar de grandeza tal povo e tal lugar batizados pelo gesto maior que homens podem praticar: a vida em troca do elo perfeito que une a humanidade – o amor (TORRES, 1973, p. 56).

Torres reproduziu a “lenda” em várias produções, desse modo, a narrativa passou a ser contada e recontada, até os dias atuais, principalmente nas comemorações do aniversário da cidade. Ao utilizar informações históricas na sua narrativa

ficcional, como a presença de Frei Domingos de São José, o escritor fez com que seu relato fosse citado e aceito localmente como o mito fundacional da cidade.

Considerando que “toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal” (HOBSBAWN, 1997, p. 21), perceberemos que os mártires da lenda de Torres fomentaram a fundação da cidade, inspirando o nome e representando a amistosa relação entre o povo Xukuru-Kariri e o Frei Domingos. É provável que Torres ao escrever tal narrativa tenha se inspirado na literatura indianista do século XIX, marcada principalmente pela criação de personagens indígenas idealizados (OLIVEIRA, 2016), sempre leais aos colonizadores e dotados de boa índole, porém distantes dos indígenas “reais” (históricos), personagens que geralmente tinham um fim heroico e trágico.

Os escritos de Torres aproximam-se da perspectiva indianista de José de Alencar (1829 - 1877), cuja pretensão era fazer com que os leitores se orgulhassem de serem descendentes de indígenas, nobres guerreiros aliados dos “formadores” do Brasil. E a partir do final trágico das personagens, como no livro *Iracema*<sup>52</sup>, “o indígena transfigurou-se na terra natal, sobrevivendo na memória e na afetividade dos

---

<sup>52</sup> A análise sobre a *Iracema*, evidencia que o romance foi elaborado para que o Ceará pudesse existir no mapa do Império. Nesse romance, a morte trágica do indígena, seguida pelo esquecimento, foi substituída pela transformação do personagem nativo na terra e nos frutos da miscigenação. Dessa forma: “Iracema foi consumida pela gestação de seu filho, ela é uma ponte para ele. E nele, no primeiro cearense, que ela virá a sobreviver, como em uma metamorfose. Iracema não é celebração nostálgica de um passado indígena, visto como extinto e pretérito, como no indigenismo de Gonçalves Dias, mas a afirmação do mestiço, resultado da conjugação entre colonizador e colonizado” (OLIVEIRA, 2016, p. 103).

seus descendentes, [...], herdeiros daqueles personagens, tal como o próprio autor e seus presumíveis leitores” (OLIVEIRA, 2016, p. 104).

Ao lembrar do fim trágico do apaixonado casal de índios da lenda de Torres, descrito como o momento primeiro da formação de Palmeira dos Índios, anunciando as glórias futuras, percebemos a proximidade entre as visões dos autores. Após a criação do Aldeamento de Palmeira dos Índios, fruto do sacrifício dos indígenas e com a chegada dos colonos, os índios passaram para um segundo plano e após um período de esquecimento se transformaram em seres do passado, sendo lembrados apenas a partir dos escritos e representações criadas por Torres.

### **Imagem 01 – Bandeira de Palmeira dos Índios**



Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios.

A Bandeira de Palmeira dos Índios (Imagem 01) foi oficialmente<sup>53</sup> adotada em 1968; criada por Torres e pelo advogado José Delfim da Mota Branco. O símbolo apresenta aspectos que fazem alusão à paisagem e história locais, dentre os quais merecem destaque: a cruz, representante do catolicismo e da fé que proporcionou o surgimento da cidade, a partir da ação de Frei Domingos; o casal de índios, protagonistas da narrativa fundacional, e a palmeira, referência à árvore que teria nascido dos corpos de Tilixi e Txiliá. Quanto à composição de cores; o verde simboliza as matas que cobriam as serras ao redor da cidade, o amarelo representa as riquezas resultantes do progresso que lhe rendeu o título de “princesa do Sertão”, o branco se aliaria às demais cores para simbolizar “sua completa submissão à pátria”<sup>54</sup>.

A elaboração da Bandeira foi influenciada por Torres e sua visão sobre os indígenas, pois ao desenhar o casal heroico Tilixi e Txiliá o autor contribuiu com o fortalecimento da visão romantizada sobre os índios pela população local, perpetuando a imagem do indígena como um ser de um passado distante. Essa narrativa inspirou a composição do hino<sup>55</sup> oficial do município. Portanto, os símbolos máximos de Palmeira dos Índios foram inspirados numa ficção de Torres; são os primeiros respaldos de

---

<sup>53</sup> Em dezembro de 1968, entrou em vigor a Lei Municipal nº 691 que instituiu o hino oficial e os símbolos do Município de Palmeira dos Índios. Disponível no Acervo do GPHIAL, op. cit. p. 19.

<sup>54</sup> BRANCO, José Delfim da Motta; TORRES, Luiz de Barros. Projeto da bandeira do município de Palmeira dos Índios. 1966, p. 57. Disponível no Acervo do GPHIAL, op. cit. p. 19.

<sup>55</sup> O Hino de Palmeira dos Índios, escrito por Luiz B. Torres e José Gonçalves, canta a cidade como “nascida de uma cruz” e de uma “origem secular nos heroicos Xucurús de bravura e fé sem par”; referências à lenda criada por Torres. Disponível no Acervo do GPHIAL, op. cit. p. 19.

um discurso que durante muito tempo não foi de nenhuma forma questionado (PEIXOTO, 2013).

As representações dos indígenas como símbolos românticos e mitológicos da “identidade palmeirense” foram estabelecidas em diversos ambientes, influenciando a forma como os indígenas são percebidos e imaginados localmente. Tendo em vista que as representações (CHARTIER, 1990) influenciam as interações sociais, direcionando comportamentos e apreensões da situação sociocultural.

### **Imagem 02 – Estátua de Txiliá**



Fonte: acervo do GPHIAL, op. cit. p. 19. Autor: Adauto Rocha, 2019.

A fotografia acima apresenta a estátua da lendária Txiliá, exposta no centro da cidade de Palmeira dos Índios, na Praça Moreno Brandão, conhecida popularmente como “Praça do

açude”. Esculpida em 1988 por Alexandre Tito<sup>56</sup>, sob encomenda do então Prefeito Helenildo Ribeiro, a estátua foi elaborada de acordo com a idealização a partir da leitura do mito de fundação da cidade. A índia representada na escultura não corresponde aos indígenas locais, pois sua aparência está associada às descrições românticas dos indígenas na literatura do século XIX, na qual a idealização predominava e estes eram concebidos como se “estivessem eternamente no momento dos primeiros contatos” (OLIVEIRA, 2016, p. 28).

A mitificação, a partir da perpetuação da figura de um índio lendário, diante dos conflitos fundiários com os fazendeiros contrários à demarcação das terras indígenas, contribui para negação dos atuais Xukuru-Kariri. As disputas fundiárias em Palmeira dos Índios, existentes desde o século XIX, intensificaram-se em dezembro de 2010 quando foi publicada pela Justiça Federal uma portaria<sup>57</sup> exigindo a demarcação imediata do território indígena. Essa decisão foi amplamente

---

<sup>56</sup> Natural do município de Ouro Branco/AL, o escultor, artista plástico e poeta popular Alexandre Tito se destacou nas décadas de 1970 e 1980 devido à criação de esculturas para logradouros públicos de alguns municípios alagoanos – a exemplo da escultura de uma folha de fumo exposta em um dos trevos da cidade de Arapiraca/AL e da estátua do “Cristo do Goiti” em Palmeira dos Índios. Obras que lhe rederam o título de “O Alejadinho de Alagoas”. Disponível em: <https://arapiracalegal.wordpress.com/artistas-arapiraquenses/alexandre-tito> Acesso em: 14 jun. 2018.

<sup>57</sup> Em 15 de dezembro de 2010 foi publicada a Portaria nº 4.033, a partir de liminar concedida a pedido do Ministério Público Federal, em Ação Civil Pública, determinando à União Federal e à FUNAI a “demarcação física” do território Xukuru-Kariri, reconhecido em estudo antropológico como sendo composto por 6.927 hectares. Processo nº 0000475-13.2012.4.05.8001. Disponível em: [www.jfal.gov.br/intranet/noticias/arquivos/357.pdf](http://www.jfal.gov.br/intranet/noticias/arquivos/357.pdf) Acesso em: 27 jun. 2017.

questionada por posseiros de terras inseridas na área a ser demarcada, bom como por opositores aos indígenas.

Na semana seguinte à decisão judicial, o jornal *Tribuna do Sertão*, fundado pelo escritor Ivan Barros, dedicou a maior parte da edição à notícia da possível demarcação do território indígena<sup>58</sup>. A matéria<sup>59</sup> de destaque, intitulada “Criação de reserva refloresce cultura da etnia Xucurú-Kariri”, descreveu a decisão judicial como “o acontecimento histórico mais importante do município desde 1889, ano em que a vila se tornou cidade”. Considerando a demarcação como uma forma de “restauração da cultura indígena” local, destacou.

A criação da reserva ocorre num momento de pleno reflorescimento dessa etnia que, seduzida pelas atrações da cidade, dispersou-se e aculturou-se a ponto de quase anular-se. Seus remanescentes resistiram em exíguas faixas de terra e suas tradições mais cara estão esquecidas. Aos poucos, entretanto, uma reação secularmente resistente, concentrou-se na luta pela terra e, para manter acesa a chama, rituais e costumes foram sendo motivados (TRIBUNA DO SERTÃO, 2010, p. 3).

A visão dos índios como descendentes em vias de aculturação, aos moldes dos discursos de Torres e Barros, se fez presente em todo o texto. Mesmo reconhecendo que Palmeira dos Índios originou-se de um aldeamento e cresceu ocupando terras indígenas, o processo de desterritorialização e “dispersão”

---

<sup>58</sup> Mesmo com a publicação da citada Portaria para a demarcação pelo Ministério Público Federal, não ocorreu qualquer avanço posterior à essa decisão inicial.

<sup>59</sup> “Criação da reserva refloresce cultura da etnia Xucurú-Kariri”. **Jornal Tribuna do Sertão**. Palmeira dos Índios, 22/12/2010, p. 3. Disponível no Acervo do GPHIAL, op. cit. p. 19.

dos Xukuru-Kariri foi descrito como o resultado do poder das “atrações” e “benefícios” que a cidade proporciona aos índios. Desse modo, relativizando o processo histórico de invasão e apropriação das terras indígenas; amenizando-o de um lado pela responsabilidade conferida ao índio, que supostamente se deixou “seduzir” pela cidade, e, de outro, por terem estes “sustentado” nesse período de dispersão, “os traços mínimos de sua identidade”.

Em meio aos debates provocados pela decisão judicial, as contestações por parte dos opositores à demarcação se intensificaram. Geralmente fundamentadas no questionamento da posse “imemorial” dos indígenas no discurso em “defesa da economia local”, que supostamente seria afetada pela demarcação do território indígena. A mesma matéria citou ainda uma declaração do advogado Everaldo Damião, defensor dos latifundiários afetados pela decisão, na qual afirmou:

Se realmente a demarcação da FUNAI for assinada pelo governo, cerca de 2.300 habitantes deverão perambular pela cidade. Os índios, em número inferior a mil pessoas, deverão ocupar 465 propriedades, sendo 375 de pequenos minifúndios, com menos de 50 tarefas por família. Uma violência contra a civilidade, a legalidade e ao princípio constitucional do direito de propriedade. Melhor seria chamar isso de “confisco de terras”, próprio dos regimes totalitários e comunistas, infelizmente instituído de forma “legal” para garantir terras aos índios, que nunca tiveram terras nesta região (TRIBUNA DO SERTÃO, 2010, p. 3).

A descrição da posse dos indígenas sobre as terras da área em litígio como um atentado ao direito constitucional de propriedade demonstra a outra face da argumentação dos posseiros e aliados, que apelam para discursos exagerados e

tendenciosos, chegando a afirmar que a demarcação iria desabrigar 2.300 não indígenas. Sobre a possibilidade da demarcação, Ivan Barros<sup>60</sup> questionou a “constitucionalidade” da decisão judicial baseada no que o texto do decreto considerou como “tradicionalidade da posse indígenas”. O autor afirmou que os proprietários das áreas em litígio possuem documentos datados de mais de 100 anos, além de terem realizado a construção de “benfeitorias que lhes garantem o instituto de propriedade” (BARROS,2010, p. 4).

Para o advogado, os Xukuru-Kariri não teriam direito ao território em questão, pois a “tradicionalidade da posse indígena exige continuidade viva, e não apenas histórica. Se assim fosse, histórica, todo Brasil amanhã seria ocupado” (TRIBUNA DO SERTÃO, 2010, p. 3). Em sua análise, a demarcação com base nesse critério seria um “confisco da propriedade privada”, principalmente tendo em vista a situação dos indígenas em Palmeira dos Índios; “todos aculturados e integrados”, não ocupando a mais de cem anos as terras que reivindicavam sob o argumento de posse tradicional.

Diante de argumentos como este, a imagem construída na história local, nos símbolos oficiais e nas memórias dos palmeirenses, aliada ao cotidiano de disputas fundiárias contribui para que as mobilizações do Xukuru-Kariri sejam questionadas, bem como a própria etnicidade dos indígenas. Barros concluiu o texto afirmando que os “nossos antepassados xucurús” necessitam “é mesmo de educação, assistência médica, trabalho,

---

<sup>60</sup> BARROS, Ivan. O direito dos índios e a questão da demarcação. **Jonal Tribuna do Sertão**. Palmeira dos Índios, 22/12/2010, p. 4. Disponível no Acervo do GPHIAL, op. cit. p. 19.

informação e apoio para se integrarem melhor” (TRIBUNA DO SERTÃO, 2010, p. 3).

Para os opositores dos indígenas, como os citados acima, os Xukuru-Kariri não precisam de terras demarcadas, mas sim de melhores condições para concluir a integração à sociedade envolvente, pois não os consideram como indígenas, tal como os descritos na história local, mas como descendentes que se negam a aceitar a situação de “decadência cultural” e que se apegam às origens com o objetivo de “conseguir terras”.

As tentativas de Luiz Torres para que os indígenas em Palmeira dos Índios fossem reconhecidos e citados pela história local, resultaram na fixação da imagem de índio idealizado, com características e costumes exóticos, como os descritos pela literatura romântica dos Oitocentos. Enquanto os Xukuru-Kariri que resistiram ao projeto de dominação e reelaboraram expressões socioculturais e identitárias diante das espoliações e perseguições, foram deixados de lado, pouco considerados e referenciados como “remanescentes”, restos de índios em vias de extinção.

De modo geral, a repercussão desse ponto de vista projetou imagens de um indígena idealizado, lendário e supostamente puro; com certas características físicas e culturais não mais encontradas nos indígenas que atualmente habitam a região, tendo em vista o processo histórico de contatos e imposições socioculturais que vivenciaram. Como as tradições são impostas por meio da repetição e da perpetuação de determinado discurso por parte da camada socialmente superior, em uma sociedade organizada e hierárquica (HALL, 2015); essa representação deturpada é muitas vezes tomada como verdade, criando assim um modelo de índio deslocado do contexto sócio

histórico, substituindo a situação cotidiana pela imaginação, o que corresponde a tonar “os signos visíveis como provas de uma realidade que não o é” (CHARTIER, 1990, p. 22).

Ao considerarmos que “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor a sua concepção de mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio” (CHARTIER, 1990, p. 17), as representações sociais possuem posição política; a necessidade de relacionar o indígena a um padrão que remete a um passado distante é resultado, num contexto de conflitos fundiários, nas tentativas de negar a sua existência. Nessa relação de símbolos oficiais como referência, muitas vezes, o que prevalece sobre o povo Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios não é a opinião ou a memória construída historicamente a partir do contato social entre os indígenas e a população não indígena, mas, uma concepção forjada por um grupo isolado, representado por intelectuais que a moldaram segundo a perspectiva e interesses de seus grupos sociopolíticos.

## CAPÍTULO II

### POVO FORMADOR OU ARTEFATO MUSEOLÓGICO? A IDENTIDADE REGIONAL E O PATRIMÔNIO COMO AGENTES DO ESQUECIMENTO

---

Além de símbolos e narrativas míticas que constroem a relação entre os membros de uma comunidade imaginada a partir de histórias e experiências conhecidas e ligadas a uma origem supostamente comum (HALL, 2015), as identidades nacionais e locais são fundamentadas em instituições culturais e monumentalidades que expressam e celebram os discursos identitários. Nesses lugares de memória (NORA, 1997), a ritualização das referências ao passado acontece por meio de iniciativas de controle social e de erradicação das diferenças e autonomias de grupos minoritários.

Em Palmeira dos Índios, as relações entre os expoentes simbólicos da identidade local e os lugares de memória e monumentos públicos de celebração da identidade foram estabelecidas com a criação do Museu Xucurus de História, Artes e Costumes. Neste espaço, idealizado por Luiz de Barros Torres, a associação entre a presença do povo Xukuru-Kariri e o nascimento do município de Palmeira dos Índios foi fortalecida e passou a ser reproduzida a partir da patrimonialização de uma variedade de objetos de “valor histórico”. Neste capítulo, objetivamos discutir os significados que esse lugar de memória

(NORA, 1997) ocupa em um município cuja história foi moldada por uma relação conflituosa entre indígenas e não indígenas.

Para realizar a análise foi necessário compreender as instituições responsáveis pela preservação do patrimônio histórico e cultural como ambientes construídos e organizados a partir de visões de mundo e posições políticas dos indivíduos e grupos relacionados. Uma percepção que implicou em reconhecer a existência de estreitas relações entre o poder e a memória (CHAGAS, 2009), ou seja, perceber as lembranças e os esquecimentos não enquanto dois opostos em disputas, mas como funções complementares utilizadas por diferentes atores sociais na criação de variadas narrativas históricas.

Iniciamos nossa discussão com uma breve análise sobre a atribuição de valor arqueológico e posterior patrimonialização das urnas funerárias indígenas (Igaçabas) que foram desenterradas em Palmeira dos Índios por diferentes estudiosos ao longo do século XX. Procuramos entender as relações estabelecidas entre as primeiras urnas desenterradas, na década de 1930, e a presença histórica do povo Xukuru-Kariri na região; uma associação significativa naquele contexto de emergência étnica (OLIVEIRA, 2004) e reorganização sociocultural dos indígenas. Ainda, analisamos as influências dos discursos e lugares de celebração da identidade do município sobre a concepção dos indígenas enquanto grupo que se mobiliza para garantir a efetivação de direitos.

Utilizamos como foco de análise algumas discussões resultantes da publicação de uma portaria<sup>61</sup> exigindo a

---

<sup>61</sup> Em 15 de dezembro de 2010 foi publicada a Portaria nº 4.033, a partir de liminar concedida a pedido do Ministério Público Federal, em Ação Civil Pública, determinando à União Federal e à FUNAI a “demarcação física” do

demarcação imediata do território indígena pelo Ministério Público Federal, do processo de demarcação do território do povo Xukuru-Kariri de Palmeira dos Índios. Um debate que retomou antigos preconceitos e discursos estereotipados sobre os indígenas, pois para os grupos dominantes no município os Xukuru-Kariri devem ser reconhecidos apenas como personagens “folclóricos”, nunca como sujeitos históricos.

## **2.1. Escavações em Palmeira dos Índios: a visão arqueológica sobre o índio**

Durante uma viagem para estudar os “remanescentes” indígenas no Nordeste, Oliveira (1938), quando atuava como Diretor do Museu paraense Emílio Goeldi, visitou o município de Palmeira dos Índios, em abril de 1936, e desenvolveu uma breve pesquisa etnológica sobre os “remanescentes” Xukuru-Kariri. Durante essa pesquisa, Carlos Estevão encontrou artefatos arqueológicos relacionados à presença indígena na região.

Conforme seu relatório de viagem<sup>62</sup>, a ideia de escavar um antigo cemitério indígena surgiu a partir do conhecimento compartilhado pelo “velho chucurus José Francelino de Melo”, pois este havia lhe contado que “antigamente ‘quando os

---

território Xukuru-Kariri, reconhecido em estudo antropológico como sendo composto por 6.927 hectares. Processo n° 0000475-13.2012.4.05.8001. Disponível em: [www.jfal.gov.br/intranet/noticias/arquivos/357.pdf](http://www.jfal.gov.br/intranet/noticias/arquivos/357.pdf). Acesso em: 27 jun. 2017.

<sup>62</sup>Os resultados da pesquisa foram apresentados em uma palestra no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano e posteriormente publicados na revista da instituição como título *O Ossuário da “Gruta-do-Padre”, em Itaparica e algumas notícias sobre remanescentes indígenas do Nordeste*. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:estevao-1942-ossuario>. Acesso em: 23 fev. 2016.

chucurus eram bravios e moravam no mato', botavam seus mortos dentro de grandes potes e enterravam estes nas grutas das serras" (OLIVEIRA, 1938, p. 175). A partir desse relato, o pesquisador realizou, com a ajuda de quatro indígenas, não identificados em seu texto, uma breve e superficial escavação<sup>63</sup> em um antigo cemitério indígena localizado em uma gruta da Serra do Goití. Assim narrou o ocorrido:

No dia marcado, pela manhã, partimos para a Serra do Goiti, distante da cidade uns três quilômetros. É naquela serra que se encontrava a gruta. Chegando nesta, depois de ligeiro exame, determinei que um dos quatro chucurus que me acompanhava, cavasse o solo da gruta em um ponto que me pareceu não estar muito sólido. Como houvéssomos levado somente uma foice, o trabalho foi feito com certa morosidade. Mas o fato é que, com pequena profundidade, descobrimos a parte superior de um pote. Continuando a escavação, retirâmo-lo do local em que estava enterrado, embora, partido. Dentro do pote, encontravam-se fragmentos de ossos humanos (OLIVEIRA, 1938, p. 175).

No período em que a escavação foi realizada, o povo Xukuru-Kariri se encontrava destituído das terras de seu antigo aldeamento, extinto em 1872; residindo em áreas de ocupações "irregulares" e, principalmente, nas periferias de Palmeira dos Índios e de algumas cidades circunvizinhas (DÓRIA, 2008;

---

<sup>63</sup> Durante o século XX foram realizadas várias escavações em Palmeira dos Índios, no entanto, essas pesquisas não seguiram os rigores profissionais da Arqueologia. Segundo a antropóloga Siglia Zambrotti Dória, o município possui um dos "maiores acervos arqueológicos do Nordeste". No entanto, as escavações amadoras possivelmente adulteraram "os sítios de modo irreversível" (DÓRIA, 2008, p. 16). É possível que esta adulteração seja o motivo da inexistência de pesquisas arqueológicas sistemáticas na região até os dias atuais.

MARTINS, 1994; OLIVEIRA, 1938). Como vimos, o contato com Carlos Estevão e com outros aliados dos “remanescentes” indígenas no Nordeste, como o padre Alfredo Dâmaso, foi um dos aspectos fundamentais para as mobilizações dos Xukuru-Kariri em busca do reconhecimento oficial da identidade indígena.

Em relação ao contexto de reorganização cultural, iniciado nas primeiras décadas do século XX, no qual era preciso delimitar as fronteiras étnicas (BARTH, 2000) diferenciadoras dos povos indígenas e descortinar práticas socioculturais que fossem vistas como “sinais diacríticos” de um modelo de “indianidade” exigida pelo órgão oficial de assistência (SPI), cabem os questionamentos; que posição as urnas funerárias, desenterradas por diferentes pesquisadores até o fim do referido século, ocuparam nesse cenário? Quais significados e simbologias lhes foram atribuídos pelos diferentes sujeitos relacionados a esses objetos?

Tais questões enunciam uma discussão fundamental para a compreensão sobre o “lugar” dos indígenas na história de Palmeira dos Índios, principalmente considerando a consolidação desses artefatos como objetos dotados de valor histórico e cultural relacionados diretamente ao povo Xukuru-Kariri. O relato de memória, feito por um “velho chucurus”, sobre a antiga tradição indígena de enterrar os mortos em urnas funerárias, demonstrou para Carlos Estevão que mesmo aqueles “remanescentes” não externando as características físicas ou os costumes que seus antepassados supostamente possuíam, a ligação com as tradições ancestrais permanecia por meio das memórias do grupo.

É possível afirmar que a escavação pioneira de Carlos Estevão forneceu à “memória palmeirense”, por meio da

visibilidade que estes artefatos deram, à época, ao povo Xukuru-Kariri (PEIXOTO, 2013), uma prova material da ancestralidade da presença indígena na região ao apresentar um artefato arqueológico de idade desconhecida; ainda, o pesquisador defendeu, em seus escritos, uma narrativa de ligação direta entre o achado e o povo Xukuru-Kariri, traçando assim, uma continuidade histórica entre eles.

Na década de 1960, o então professor de Antropologia da Universidade Federal de Alagoas/UFAL, Clóvis Antunes, realizou novas pesquisas arqueológicas no município de Palmeira dos Índios, especificamente nos anos de 1962, 1963 e 1969. Nesse período, o povo Xukuru-Kariri encontrava-se em uma situação de organização social e política diferente da vivenciada durante a realização da primeira escavação arqueológica, pois haviam conquistado o reconhecimento frente ao SPI, a criação da Aldeia Fazenda Canto e a instalação do posto indígena Irineu dos Santos.

O trabalho de pesquisa realizado pelo antropólogo resultou na publicação do livro *Wakona-Kariri-Xukuru: aspectos sócio-antropológicos dos remanescentes indígenas de Alagoas* (1973), uma obra que muito se assemelhou ao trabalho realizado por Carlos Estevão, principalmente na descrição de características físicas, comportamentos e costumes. Na análise do autor, esses “caboclos”, assim como os demais “remanescentes indígenas nordestinos”, não possuíam as características físicas e os costumes dos antepassados; eram indígenas apenas “por se considerarem e serem tidos como tal” (ANTUNES, 1973, p. 24). Ao procurar sinais diacríticos da identidade, o autor concluiu que:

Os caboclos palmeirenses indígenas são um grupo integrado, inteiramente dependentes da sociedade nacional e em estado de profunda descaracterização linguística e cultural. Mestiçados, oriundos dos Kariris-Xukurus, de origem desconhecida, não se os distingue da população rural; percorreram todo o caminho da aculturação. Os remanescentes indígenas, caboclos palmeirenses, tipos acaboclados, curibocas, são robustos, sizudos, contudo, alegres nas relações humanas sem muita espontaneidade. São tipos de cor bronzeada, às vezes de cor negróide, cabelos geralmente pretos e lisos, olhos castanhos ligeiramente mongóis e cabeça levemente triangular (ANTUNES, 1973, p. 24).

Na busca pela identificação de características gerais que definissem a indianidade daquele grupo, o pesquisador se debruçou sobre as mais variadas fontes, desde documentos primários à relatos orais dos indígenas<sup>64</sup>. Realizou escavações arqueológicas em antigos cemitérios indígenas, encontrando urnas funerárias contendo ossos e variados artefatos antigos. O mais expressivo trabalho de escavação realizado pelo pesquisador ocorreu em julho de 1969 na Serra da Cafurna<sup>65</sup>.

---

<sup>64</sup> Durante sua pesquisa sobre a história e cultura dos indígenas de Palmeira dos Índios, Clóvis Antunes dedicou-se ao estudo dos mais variados temas referentes ao povo Xukuru-Kariri, desde seu histórico na região, às formas de vida e sociabilidade, acesso à saúde e a educação, a religiosidade, os costumes, as tradições orais, como as lendas, as características físicas e linguísticas (ANTUNES, 1973).

<sup>65</sup> Em suas anotações sobre essa escavação, Antunes afirmou que foi auxiliado pelos indígenas; Alfredo Celestino, Miguel Celestino, Benedito e Manoel Celestino, filhos de Miguel Celestino, Manoel Celestino e pelo fotógrafo palmeirense Antônio Neves. Durante essa "expedição" foram encontradas seis urnas funerárias de tamanhos variados e sem tampas, todas contendo diversos tipos de ossos e pequenos objetos de adorno corporal. Após realizar um estudo inicial e a classificação dos ossos, as igaçabas foram doadas à

Nesta etapa da pesquisa, empreendida pela necessidade de encontrar “maiores e melhores subsídios para estudos sócio-antropológicos dos Kariris palmeirenses”, foram desenterradas seis igaçabas contendo ossos humanos e “continhas de colar bem simétricas e pequeninhas” (ANTUNES, 1973, p. 117).

Utilizando-se do conhecimento que possuía sobre pesquisas arqueológicas, o estudioso classificou e descreveu em detalhes os ossos e objetos encontrados nas urnas, além de definir dois tipos de igaçabas; as de formato “ovóide” e as de formato “cônico”, ambos, porém, se enquadravam em sua definição das peças como sendo “potes ou urnas funerárias de barro cozido, lisas, sem pintura ou algum relevo que mereça destaque, de variados tamanhos com os pertences dos mortos [...] onde os índios Kariris palmeirenses colocavam seus mortos” (ANTUNES, 1973, p. 117).

Após o estudo dos artefatos encontrados durante as escavações, Clóvis Antunes recusou a validade da hipótese segundo a qual os Xukuru-Kariri faziam sepultamentos diretamente nas igaçabas, pois as urnas descobertas “não possuíam tamanho suficiente” para comportar uma pessoa adulta, mesmo se tivesse os membros dobrados e em uma delas “foram encontrados, ossos de duas ou mais pessoas, ossos de crianças, colares e ossos de animais” (Idem. p. 119). Diante desses dados o autor concluiu que as urnas eram utilizadas apenas para sepultamento secundário<sup>66</sup>.

---

Prefeitura de Palmeira dos Índios, para que fossem incorporadas ao acervo do Museu Xucurus de História, Artes e Costumes (ANTUNES, 1973).

<sup>66</sup> Para o antropólogo, os indígenas enterravam seus mortos em “algum cemitério local, [...] e depois de algum tempo, transportavam os ossos com grande veneração, depositando-os em urnas funerárias de barro, conhecidas como igaçabas”. Desse modo, concluiu o pesquisador, “enterravam os seus

As içaçabas e ossos descobertos juntaram-se ao conjunto de informações e evidências que o autor recolheu durante a pesquisa sobre a história e cultura dos “remanescentes” indígenas palmeirenses. Em continuidade aos estudos de Carlos Estevão, os escritos de Clóvis Antunes contribuíram para a consolidação do reconhecimento da presença imemorial do povo Xukuru-Kariri nas terras de Palmeira dos Índios: a partir da associação entre as memórias daquele povo e as evidências arqueológicas encontradas, estabelecendo a continuidade histórica entre os artefatos e a tradição histórica de um passado não muito distante.

Igualmente, Luiz Torres procurou agregar o máximo de conhecimentos e dados empíricos sobre o histórico dos Xukuru-Kariri na região, com o objetivo de incorporar a presença dos indígenas à história do município e fazer com que estes fossem vistos como primeiros habitantes e contribuintes para a fundação da cidade. Em vista disso, realizou pesquisas arqueológicas em diferentes lugares na área do município, na procura por artefatos históricos que fundamentassem suas narrativas sobre a suposta primitividade do índio na região.

Em 1973, quatro anos após as pesquisas de Antunes, o autor havia realizado escavações em seis cemitérios indígenas e encontrando vinte içaçabas<sup>67</sup> (TORRES, 1973). Diferente de

---

antepassados com objetos de estimação para o falecido, como sejam (sic) colares de ossos, animais de caça, etc” (ANTUNES, 1973, p. 119).

<sup>67</sup> Algumas urnas estão expostas no Museu Xucurus de História, Artes e Costumes, localizado no centro de Palmeira dos Índios. Não encontramos registros sobre o destino das demais içaçabas nos escritos do autor ou na documentação consultada. Em visitas às aldeias Xukuru-Kariri, os entrevistados afirmaram que parte das içaçabas desenterradas no município foi enviada para o Rio de Janeiro, para serem “estudadas no Museu do Índio”. Porém, destacaram que a maior parte delas, que estava abrigada no Museu

Clóvis Antunes, defendeu a hipótese dos sepultamentos primários<sup>68</sup> em urnas funerárias, “minutos após o óbito, a fim de tornar possível a colocação do corpo na igaçaba” (TORRES, 1973, p. 148).

Torres foi o primeiro a definir uma possível datação para as igaçabas, de acordo com sua análise, essas peças teriam “um mínimo de 180 anos”<sup>69</sup>. O autor chegou a esse número após deduzir que os indígenas teriam abandonado essa prática em consequência do trabalho catequético realizado pelo Frei Domingos de São José – “concretizado” quando “Palmeira dos Índios se tornou paróquia em 1798”, data a partir da qual “a indiada evitou enterrar os seus mortos dentro do ritual e credences herdadas dos antepassados” (Idem. p. 147).

Seu desejo de traçar uma origem comum para o município, fundamentada em uma coletividade histórica e identitária que destacava aspectos singulares sobre aquela localidade, como a presença indígena e as origens da cidade em um aldeamento, apoiando-se na mistura de aspectos fictícios e dados empíricos, com os quais o autor se deparou durante a pesquisa. Desse modo, em seu *mito da origem da cidade*

---

Xucurus foram “quebradas” ou descartadas diante dos conflitos territoriais ocorridos no município, principalmente nas retomadas em 1994 e no andamento do processo de demarcação, em 2010. Informações coletadas durante pesquisa de campo com os indígenas Xukuru-Kariri.

<sup>68</sup> Diante dos achados, Luiz Torres concluiu que os indígenas colocavam seus mortos de “cócoras” nas igaçabas, junto a pertences como machados de pedra e adornos corporais e preenchiem o restante do espaço das urnas com areia (TORRES, 1973).

<sup>69</sup> Segundo Peixoto: “A não submissão das peças a um sistema de datação deve-se a falta de apoio do poder público e das instituições presentes na cidade e ao fato do relatório de Carlos Estevão e do posterior envolvimento de Clóvis Antunes nas escavações serem considerados suficientes para as autoridades municipais da época” (PEIXOTO, 2013, p. 71).

(TORRES, 1973) procurou estabelecer em narrativas fictícias elementos históricos, evidentes nessa conjuntura, a exemplo das urnas funerárias. Como observado no seguinte trecho:

Morreram Tilixi e Txiliá, mas o amor foi mais forte e poderoso que as leis (sic) porém, juntou na morte aquilo que a vida recusou dar. No outro dia, **Frei domingos** encontrou uma palmeira frondosa ao lado dos dois amantes, **cujos corpos marcados pelo castigo não poderiam repousar nas igaçabas funerárias** (sic) mas serem devorados pelas aves de rapina, para que a terra não acolhesse em seu ventre as carnes dos que infligiram a lei (TORRES, 1971, p. 5, grifo nosso).

A narrativa textual e simbólica tecida por Luiz Torres sobre a história de Palmeira dos Índios está permeada pela associação do indígena a um remoto contexto de fundação da Vila da Palmeira. Uma prática marcada pela inserção de dados históricos, como as igaçabas e a presença do Frei Domingos de São José, e de informações fantasiosas, como as personagens da narrativa e outras representações folclóricas.

Os próprios termos e definições utilizadas pelo autor para se referir ao povo Xukuru-Kariri evidenciaram essas imagens sobre os indígenas. Em meio a um discurso para o reconhecimento daquele povo, Luiz Torres se referiu muitas vezes aos indígenas como uma “indiada” que abandonou antigas “crendices” e adotou as “crenças” apresentadas por Frei Domingos (TORRES, 1973). Outra demonstração da ambiguidade do autor foi a retirada, em 1971, dos marcos definidores dos limites do “antigo aldeamento”<sup>70</sup> dos índios

---

<sup>70</sup> Área de uma légua de terras identificadas a partir de decisão judicial favorável aos Xukuru-Kariri da Vila de Palmeira dos Índios que reivindicaram

Xukuru-Kariri – uma ação que contribuiu para o prolongamento do processo demarcatório do território indígena no município (PEIXOTO, 2013).

Na busca por vestígios do passado da cidade e dos indígenas, Luiz Torres reuniu uma considerável quantidade de documentos e artefatos vinculados a essa história, aos quais atribuiu significados históricos e culturais a partir de entendimentos e pressupostos próprios, a exemplo da inserção das igaçabas em sua narrativa fictícia sobre a gênese da cidade. Os marcos, assim como as urnas funerárias, foram utilizados como “elos concretos” entre os indígenas e a história local. Encontrados por pesquisadores em parceria com os indígenas, esses achados arqueológicos foram apropriados e ressignificados por ambos.

Os pesquisadores utilizaram-nos como prova empírica da ocupação histórica do povo Xukuru-Kariri na região, que foi primeiramente constatada em documentos e em conversas com os próprios indígenas. Estes, em um contexto de afirmação identitária e de emergência étnica, atribuíram valor histórico e sociocultural às igaçabas e ossos de antepassados, conquistando visibilidade em um contexto de reafirmação étnica e reivindicação de direitos. Desse modo, a construção do passado e da identidade do povo Xukuru-Kariri está diretamente relacionada aos monumentos e artefatos históricos associados à “identidade histórica” do município.

---

seu território por meio de uma petição feita em 1822. No entanto, como apontado, a área identificada não foi entregue aos indígenas devido à inexistência de medidas para a retirada de ocupantes não indígenas da área e, posteriormente, à extinção oficial dos aldeamentos indígenas na Província de Alagoas em 1872 (ANTUNES, 1984; MARTINS, 1994; PEIXOTO, 2013).

Além da territorialidade (RAFFESTIN, 1998) afirmada pelo grupo em relação às áreas que habitam, o sentido simbólico da terra para os Xukuru-Kariri ocorreu também a partir da presença evidenciada por vestígios no território indígena. Desse modo, o território habitado “se reveste de significado simbólico que os liga a um passado indígena que se perde no tempo e do qual se sentem partícipes e legítimos herdeiros” (DÓRIA, 2008, p. 17).

A relação com o espaço habitado configurou-se em um aspecto essencial para a afirmação da identidade do povo Xukuru-Kariri em seu processo de emergência étnica (OLIVEIRA, 2004) pautado por reivindicações fundiárias por meio de alianças com pesquisadores, religiosos, figuras públicas e com o próprio Órgão de assistência aos indígenas. Foi a partir das relações simbólicas com o território habitado por antepassados que o grupo reformulou a identidade indígena e pôde externar aspectos diferenciadores exigidos para o reconhecimento oficial.

Nesse contexto de formulação de narrativas e ícones sobre a história e identidade local, Luiz Torres dedicou-se a criação de um “museu histórico”. Uma instituição que pudesse apresentar a “rica” história de Palmeira dos Índios às futuras gerações, rasgando a cortina que parecia separar o “presente do passado palmeirense” (TORRES, 1957, p. 2). Uma vez incorporados ao acervo desse Museu, os artefatos arqueológicos encontrados no território do povo Xukuru-Kariri, foram ressignificados como componentes de uma história coletiva da sociedade palmeirense na qual os indígenas foram reduzidos a ancestrais ocupantes da região e símbolos exóticos do município.

A patrimonialização dos objetos alterou o sentido arqueológico representativo da histórica presença dos indígenas

na região, atribuindo-lhes novas significações, criadas em um contexto social de apropriações de imagens e reproduções do indígena como aspecto simbólico da singularidade histórica de Palmeira dos Índios. Desse modo, os objetos convertidos em patrimônio material, assim como os símbolos oficiais do município, são entendidos como fenômenos estéticos direcionados à propagação de mensagens políticas (OLIVEIRA, 2016) e homenagens prestadas à História Oficial e aos aspectos que compõem o discurso identitário da localidade.

Diante dessas constatações, se faz necessário o estudo do Museu Xucurus de História, Artes e Costumes, enquanto instituição “guardiã” da história local. Se atendo aos objetivos e intencionalidades que permearam sua fundação, bem como aos discursos e narrativas que esse lugar de memória (NORA, 1997) reproduz, a partir das coleções históricas que abriga.

## **2.2. Da Mata à vitrine: o Museu Xucurus de História, Artes e Costumes**

A identidade das nações modernas foi construída a partir de dados históricos, narrativas míticas, símbolos e tradições inventadas com a finalidade de deixar transparecer uma unidade histórica e sociocultural que seja reconhecida e partilhada coletivamente (ANDERSON, 2008; HALL, 2015; HOBBSAWM, 1997). Nesse sentido, o esquecimento se configura em um aspecto essencial na construção da narrativa histórica de uma localidade, pois a celebração de determinados acontecimentos e personagens exige o esquecimento de outros.

Os símbolos e mitos que compõem a ideia de nação são materializados em bens culturais e lugares de memória (NORA,

1997) onde os discursos e simbologias são constantemente rememorados e utilizados como formas de controle social. Portanto, os museus históricos, quando não operam com criticidade em sua organização e no estabelecimento de vínculos entre o presente e o passado, tornam-se instrumentos de propagação de discursos homogeneizantes; locais onde a participação de grupos minoritários é silenciada ou representada por meio de estereótipos (CHAGAS, 2009).

No Brasil, até os anos finais do século XX, a narrativa histórica oficial retratou negros e indígenas como personagens subalternos. Mesmo com a influência do mito das “três raças formadoras”, estes povos foram representados como componentes secundários da história nacional e “lembrados” de formas desconexas com sua situação sócio-histórica. Essas representações são construídas por meio do esquecimento, ou seja, a partir de narrativas, símbolos, mitos e imagens que diminuem esses personagens, reduzem sua importância e os descrevem “como lúdicos, curiosos, espontâneos” (OLIVEIRA, 2016, p. 77).

Foi nesse sentido de efeitos múltiplos do esquecimento, nas mais variadas narrativas, que buscamos analisar o lugar do Museu Xucurus de História, Artes e Costumes na construção da identidade palmeirense. Nosso interesse foi perceber os tipos de discursos e narrativas emanados desse espaço, quais representações o constroem e o que o visitante encontra ao visitá-lo. Para tanto, foi necessário inicialmente considerar o processo de criação dessa instituição museal.

O desejo de referenciar a história palmeirense em um local de memórias foi expresso por Luiz Torres já em seus primeiros escritos. Para alcançar esse objetivo, o autor sustentou

os apelos, com base na defesa da história de Palmeira dos Índios, afirmando que essa estava “se perdendo” pela falta de estudos e referências materiais ao passado. Em um artigo publicado no jornal *Correio do Sertão*, argumentou: “somos, de fato, mendigos de história, escrita ou contada em monumentos ou objetos. Afora alguma coisa escrita, inclusive pelo autor desta coluna, parece que puseram uma cortina a separar o presente do passado” (TORRES, 1957, p. 2).

Diante dessa “angustiante” situação, o escritor assumiu a responsabilidade de reunir objetos históricos, conseguir colaboradores e fundar um museu que contasse a história de Palmeira dos Índios “aos estudiosos, aos curiosos, aos jovens a todos enfim” (Id. Ibid.). Em 1965, o Bispo católico romano na cidade, Dom Otávio Barbosa de Aguiar e o Tenente Alberto Oliveira, da Marinha do Brasil, uniram-se à causa defendida pelo escritor; a partir dessa adesão foi iniciado um processo de conscientização dos moradores do município, para que fizessem doações de objetos de valor histórico.

Segundo Luiz Torres, “o êxito foi total. Basta dizer que em dois meses e meio foram coletadas mais de duas mil peças, num eloquente e elogiável gesto de participação” (TORRES, 1977, p. 9). Diante da variedade de objetos, obtidos com as doações e encontrados pelo escritor durante pesquisas, ficou decidido que o futuro museu seria constituído a partir de uma organização englobando todos os tipos de artefatos disponíveis. De acordo com o *Estatuto da Sociedade Museu Xucurus*<sup>71</sup>, a principal finalidade da instituição seria “Incentivar, divulgar e amparar, por todos os meios ao seu alcance, as artes de um modo geral, a

---

<sup>71</sup> Texto de autoria de Luiz Barros Torres (1973). Disponível no Acervo, do GPHIAL, op. cit. p. 19.

história e a geografia, visando o desenvolvimento e o aprimoramento cultural do povo palmeirense” (TORRES, 1973, p. 1-2).

O local escolhido para a exposição das peças foi a Igreja do Rosário (imagem 04), um pequeno prédio construído no final do século XIX por negros escravizados e libertos, devotos de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos<sup>72</sup>. Escolhido o local, os artefatos foram organizados para a exposição, sendo classificados a partir dos seguintes critérios: objetos do catolicismo; artefatos relacionados aos costumes e à cultura da sociedade palmeirense; materiais curiosos de origens variadas e representações sobre indígenas e negros na região. A inauguração<sup>73</sup> aconteceu em dezembro de 1971, com festa e homenagens aos idealizadores. O evento reuniu um considerável número de pessoas; como observado na fotografia a seguir.

---

<sup>72</sup> Essas informações encontram-se em um folder elaborado pelos organizadores do Museu e distribuído durante a inauguração, em 1971. Disponível no Acervo do GPHIAL, op. cit. p. 19.

<sup>73</sup> De acordo com os funcionários responsáveis por receber e acompanhar os visitantes do Museu Xucurus, alguns anos após o início do funcionamento da instituição a sociedade fundada por Luiz Torres faliu e o Museu passou a funcionar “em convênio com a Prefeitura municipal”. Desse modo, o município ficou responsável pela cessão de funcionários para receber os visitantes, a realização da limpeza, segurança e manutenção do prédio. Atualmente, a direção do Museu é ocupada pela atual Secretária de Cultura de Palmeira dos Índios. Uma servidora ocupa o cargo de “gerente de museus e bibliotecas do município”. De acordo com um dos “guias” do Museu Xucuru, que não permitiu a divulgação de seu nome, o maior problema da instituição é a falta de recursos e de acesso à “gerente”. Declarou que “para eles [a Prefeitura Municipal e a gerente do Museu] cultura não importa!”. Informações orais coletadas com funcionários do Museu Xucurus durante visita realizada em 08/06/2018.

### **Imagem 03 – Cerimônia de inauguração do Museu Xucurus de História, Artes e Costumes**



Fonte: acervo do GPHIAL, op. cit. p. 19.

Esta foto<sup>74</sup> esboça as proporções do evento de inauguração do Museu, que contou com participantes ocupando a calçada frontal e os acessos laterais do prédio. Além de apresentar a fachada da construção que abriga o acervo; uma igreja modesta, com três portas e cinco janelas frontais, ao estilo da época. Ainda, podemos perceber a presença de uma pequena locomotiva na frente da construção, esta peça foi doada ao Museu Xucurus pela Usina Capricho, a mais antiga no estado de Alagoas (PEIXOTO, 2013) e permanece em exposição no local até os dias atuais.

---

<sup>74</sup> Faz parte do acervo reunido por Luiz Torres, foi anexada a uma pasta contendo arquivos sobre o Museu Xucurus, porém a autoria não é informada. Disponível no Acervo do GPHIAL, op. cit. p. 19.

A festividade “foi um sucesso”, contou com a presença de comerciantes, religiosos e políticos<sup>75</sup>; os idealizadores do Museu foram saudados e elogiados pelo “povo palmeirense” pela iniciativa de preservar a história local. Porém, os indígenas, primeiros donos das terras, homenageados no nome do Museu e “representados” em seu acervo estiveram ausentes<sup>76</sup>. A distância estabelecida entre essa instituição e o povo Xukuru-Kariri pode ser entendida como um produto da natureza contraditória da “visibilidade” pensada para os indígenas no município por intermédio dos escritos e ações de Luiz Torres. Como consequência, o Museu Xucurus se transformou em um instrumento para o fortalecimento de estereótipos<sup>77</sup> alimentados por disputas locais, um lugar onde a memória e o poder se entrelaçaram e se “materializaram” nos acervos expostos.

De tal modo, o uso de “objetos de memórias” relacionados aos indígenas no espaço reproduz a imagem de decadência cultural do povo Xukuru-Kariri a partir do apego às

---

<sup>75</sup> Dentre as figuras de destaque da cerimônia; o então Prefeito de Palmeira do Índios, Minervo Fernandes Pimentel e o Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas/IHGAL, os dois foram os responsáveis por cortar a fita de inauguração do Museu. Informações escritas por Luiz Torres e anexadas como legenda da fotografia. Documentação disponível no Acervo do GPHIAL, op. cit. p. 19.

<sup>76</sup> Não são citados nas atas de inauguração ou nos escritos de Luiz Torres sobre o evento, tampouco aparecem nas fotografias e escritos do autor. Documentos disponíveis no Acervo do GPHIAL, op. cit. p. 19.

<sup>77</sup> Compreendemos essa noção a partir dos pressupostos apresentados por Peter Burke, para o qual a “imagem mental” do exótico é concebida por meio do desenvolvimento de analogias com o conhecido. Desse modo, os estereótipos resultantes dessas tentativas de “domesticar” o desconhecido, tornando-o inteligível, não são totalmente desconectados da realidade, mas “exageram” algumas características e instituem traços culturais “toscos” ou “violentos” (BURKE, 2017, p. 186).

representações de um índio estereotipado. As peças que compõem a coleção sobre os indígenas, a exemplo das igaçabas e dos marcos de delimitação territorial, evidenciam o predomínio da associação destes a um passado distante do qual só existem vestígios arqueológicos. As contradições da rememoração promovida por esse Museu demonstram a ambiguidade de instituições museais assentadas em relações de poder; lugares onde a valorização das memórias está fundamentada em uma ótica tendenciosa e contraditória que celebra a história de uma região, mas ao mesmo tempo “impõe a emergência do esquecimento” (BRUNO, 2009, p. 16).

Estes museus históricos foram definidos por Mário Chagas (2009) como museus celebrativos da memória do poder, espaços característicos pela rememoração do passado da forma como é lembrado e narrado pelos indivíduos e grupos que os organizam. São instituições dedicadas à manutenção da ordem social e o exercício do poder de alguns grupos por meio de memórias simplistas ou reducionistas da situação sociocultural e das ressignificações de objetos e narrativas de modo a satisfazer necessidades próprias. Nesses espaços, o esquecimento apresenta-se de formas múltiplas e silenciosas, operando disfarçadamente de lembranças e seus efeitos “são como esvoaçantes borboletas, que sussurram coisas que nos divertem e encantam” (OLIVEIRA, 2016, p. 77).

A negação da complexidade da situação sócio-histórica de uma coletividade, principal aspecto dessa concepção museal, é resultante das relações entre as classes privilegiadas e a institucionalização da memória em espaços como os museus de história local (CHAGAS, 2009). Outra característica das relações entre classes privilegiadas e memórias institucionalizadas é a

localização física dessas instituições, em construções que tiveram inicialmente uma “serventia diretamente ligada a estâncias que se identificam e se nomeiam como sedes de poder ou residência de indivíduos ‘poderosos” (Idem, p. 64).

Embora o prédio do Museu Xucurus não se enquadre nessa classificação, seu espaço foi ressignificado de modo a simbolizar o poder dominante. Como mencionado, a Igreja do Rosário, construída com recursos e esforços de negros, escravizados e libertos, tornou-se um “símbolo de resistência e de protagonismo desse povo”<sup>78</sup>. Com a criação do Museu, o protagonismo foi silenciado e substituído pela representação dos negros unicamente em referência às opressões do regime escravista, ilustradas por instrumentos de subjugação e de tortura<sup>79</sup>. O espaço foi ressignificado e incorporado ao patrimônio do Museu como uma das muitas peças representativas do catolicismo, tornou-se um símbolo do passado palmeirense e da história dessa religião no município.

---

<sup>78</sup> Informação oral proferida por um dos funcionários responsáveis pela recepção dos visitantes no Museu Xucurus de História, Artes e Costumes. Visita realizada em 07/06/2018.

<sup>79</sup> O povo negro em Palmeira dos Índios é representado no Museu por três manequins de cor preta vestidos com farrapos e amarrados com correntes e grilhões nos tornozelos e pulsos, um “tronco” (cepo) e alguns potes e telhas confeccionados por escravos. Um dos manequins é exposto acorrentado a um “pelourinho”, com uma mordaca de ferro, uma “gargalheira” e traz no peito uma placa com a seguinte inscrição: “03 escravos: fundadores da Igreja Museu Nossa Senhora do Rosário no ano de 1805”. Segundo um dos funcionários responsáveis pela administração do Museu, esta instituição pratica um “racismo velado” e coloca em prática um discurso que “exalta o branco e deixa negros e indígenas em uma posição subalterna”. Informações orais coletadas com funcionário do Museu Xucurus de História, Artes e Costumes durante visita realizada em 08/06/2018.

Quanto à organização das peças, é necessário destacar que o Museu passou por algumas mudanças na distribuição do seu acervo. A primeira organização foi realizada pelos idealizadores da instituição, juntamente com amigos e membros de famílias influentes que haviam contribuído com para a criação do Museu<sup>80</sup>. Nas duas salas do prédio foram ocupadas por materiais de diversas origens, o que se explica pela falta de espaço para distribuir tantos artefatos<sup>81</sup>. Observamos que quando o Museu foi inaugurado as peças representantes dos indígenas e dos negros foram colocadas em exposição na primeira sala.

Em 1979 foi realizada uma reforma no prédio e a prefeitura construiu uma sala anexa ao primeiro andar da igreja, nos fundos da segunda sala. Desse modo, as peças foram reorganizadas e o acervo indígena deslocado para a última sala do Museu, denominada de “ala da história dos índios Xucuru-Kariri em Palmeira dos Índios”<sup>82</sup>, embora também abrigasse peças que não eram de origem indígena. Após a reforma, o prédio do Museu passou a ser composto por três salas, sendo uma na entrada principal e duas no primeiro andar, acessadas por uma

---

<sup>80</sup>Informações proferidas pela professora Ana Cristina de Lima Moreira, aposentada da rede privada de educação, na qual lecionou durante 36 anos. Atualmente atua como professora do curso de Geografia na Universidade Estadual de Alagoas/UNEAL, Campus Palmeira dos Índios. Fonte: MOREIRA, Ana Cristina de Lima. Entrevista em Palmeira dos Índios, 21/11/2018.

<sup>81</sup>Segundo Luiz Torres, durante a campanha para a criação do Museu Xucurus foram reunidas “mais de duas mil peças”. Fonte: TORRES, Luiz de Barros. Museu Xucurus – Página Eloquente da História. **Jornal de Alagoas**. Alagoas, 10/09/1977, p. 9. Acervo do GPHIAL, op. cit. p. 19.

<sup>82</sup> Fonte: TORRES, Luiz Byron. Cronologia do escritor Luiz B. Torres. Palmeira dos Índios, 1999, p. 7. No prelo. Disponível no Acervo do GPHIAL, op. cit. p. 19.

escada localizada no início de um corredor situado nos fundos do altar-mor.

A terceira organização foi realizada em 2013, pela professora Kátia Almeida Cadengue<sup>83</sup>, a qual possui uma estreita relação com esta instituição. A reorganização foi resultante de uma iniciativa pessoal, diante de uma situação de desentendimento que estava ocorrendo, naquela conjuntura, entre a membros da Igreja Católica Romana em Palmeira dos Índios e a prefeitura municipal, em relação à organização dos acervos e a manutenção da igreja que abrigava o Museu.

O que eu ouvia nos comentários, os professores comentando, alunos... algumas pessoas da prefeitura, era que a Igreja queria tomar a igreja [o prédio] de volta, porque alegava que não estava bem cuidada, a prefeitura não se manifestava e ficou aquele mal-estar e eu fiquei preocupada. Porque se a Igreja tomasse será que ela ia manter tudo aqui? Ou só a parte sacra? E aí alegavam que aqui era uma igreja e que não estava, ninguém estava vendo o altar, ninguém estava vendo essa identidade de igreja, [...]. Então eu fiquei preocupada que eles tomassem o Museu e fizessem uma igreja, deixassem a arte sacra... e o resto das peças, qual é o destino? (CADENGUE, 2018, informação verbal).

Cadengue entrou em contato com a Prefeitura e conseguiu permissão para “arrumar e tirar um pouco da sujeira”,

---

<sup>83</sup> A professora não se recordou do ano em que realizou a reorganização das peças, apenas afirmou que aconteceu entre os anos de 2009 e 2016. Não encontramos registros oficiais sobre esta atividade, porém, funcionários do Museu afirmaram que essa reorganização aconteceu em 2013. Fonte: Informações orais coletadas com funcionário do Museu Xucurus durante visita realizada em 08/06/2018; CADENGUE, Kátia Almeida. Entrevista em Palmeira dos Índios. 04/12/2018.

na tentativa de impedir a possível desarticulação do acervo reunido por Luiz Torres. Além da retirada de peças que estavam expostas na frente do altar, uma de suas preocupações foi a transferência dos manequins representantes dos negros na história palmeirense para a segunda sala do prédio<sup>84</sup>. Por falta de espaço para a distribuição das peças conforme a temática dos acervos, a organizadora se concentrou em retirar da sala principal os objetos que não faziam parte da coleção de artes sacras, deslocando-os para o primeiro andar, segunda e terceira salas.

Atualmente<sup>85</sup>, todos os espaços estão ocupados por artefatos em exposição; estejam eles em vitrines, pendurados nas paredes ou simplesmente dispostos no chão. Ao analisar a distribuição das peças, a partir do pressuposto original desse Museu, isto é, contar a história de Palmeira dos Índios, percebemos que a narrativa tecida pela atual organização expressa algumas nuances das peculiaridades presentes na história desse município.

Na entrada do prédio existe uma pequena mesa ocupada por um livro de registros para visitantes e uma caixa para o depósito de envelopes com críticas e sugestões. Ao lado da mesinha encontra-se um antigo baú de madeira trancado com um cadeado grande, possuindo apenas uma fresta na tampa, por

---

<sup>84</sup> Além do descaso com os artefatos dos indígenas que dão nome ao Museu, umas das principais críticas a essa instituição se refere às peças “representativas” do povo negro em Palmeira dos Índios, responsáveis pela construção da igreja que abriga o Museu, porém, lembrados apenas em associação à escravidão negra no Brasil.

<sup>85</sup> Não encontramos registros de uma quarta reorganização, embora funcionários do Museu Xucurus tenham afirmado que o acervo é constantemente modificado por funcionários da prefeitura. Informações orais coletadas com funcionário do Museu Xucurus durante visita realizada em 08/06/2018.

onde o visitante deposita a taxa de entrada (R\$ 2,00). O espaço da primeira sala é dedicado à exposição da arte sacra, sendo preenchido com vitrines contendo manequins cobertos com vestes litúrgicas de Bispos e sacerdotes que atuaram no município, oratórios doados por famílias palmeirenses e vitrines contendo esculturas de santos católicos.

A parte superior da parede esquerda dessa sala é preenchida com quadros dos principais líderes religiosos na cidade, em uma sequência linear iniciada com uma pintura do Frei Domingos de São José. Nessa primeira parte do Museu existem aspectos que revelam os tipos de narrativas tecidas e disseminadas por esta instituição de memória. A parte superior da parede oposta à “galeria dos párcos” é ocupada por uma exposição de quadros e fotografias dos prefeitos em Palmeira dos Índios, em uma sequência cronológica; abaixo da “galeria dos prefeitos”, encontram-se algumas vitrines contendo objetos de influentes famílias palmeirenses, tais como peças em porcelana e talheres de prata.

A estreita relação entre o aspecto religioso e os artefatos das classes dominantes sugere a utilização dessas relações de poder, entendidas aqui como aspectos inerentes à atuação da Igreja Católica Romana e das oligarquias locais na fundação de Palmeira dos Índios, para perpetuar nesse espaço de memórias a posição frente à narrativa histórica da localidade<sup>86</sup>. Ao fim da

---

<sup>86</sup> Como podemos perceber a partir do relato de memória feito pela professora Kátia Cadengue, o descontentamento da Igreja Católica Romana em relação à organização do Museu Xucurus era apenas em relação às peças que estava “bloqueando a visão do altar” e aos objetos da coleção sobre os negros em Palmeira dos Índios, principalmente os manequins, pois estes “causavam impacto” nos visitantes. Fonte: CADENGUE, Kátia Almeida. Entrevista em Palmeira dos Índios. 04/12/2018.

primeira sala, do lado direito do altar, existe uma entrada que leva a um estreito corredor ocupado por seis antigos baús<sup>87</sup>, alguns quadros pendurados nas paredes e uma réplica do prelo do primeiro jornal palmeirense, *O Interesse Público*.

Após os artefatos descritos, existe uma escada para acesso ao primeiro andar, composto por duas salas divididas entre si por uma parede. A entrada da primeira é preenchida com o “acervo dos negros”, ao lado dos manequins existem duas vitrines para a exposição de armas de fogo, a primeira com vários modelos de armas e alguns objetos de soldados brasileiros que participaram da Segunda Guerra Mundial; a segunda vitrine é ocupada por armas pertencentes a “famílias ilustres de Palmeira”.

O fundo da sala é preenchido com fotografias, relógios e móveis antigos. Existe ainda, nessa parte, uma vitrine com artesanatos indígenas, algumas peças de barro, dois itens descobertos em escavações arqueológicas feitas por Luiz Torres e uma suposta panela de oferendas<sup>88</sup> que fora encontrada dentro de uma igaçaba descoberta durante uma obra pública. Ao refletir

---

<sup>87</sup> Conforme informaram os funcionários do Museu, esses baús estão “cheios de documentos, fotografias e jornais antigos”. Esses registros históricos não estão disponíveis para pesquisa, pois não é permitido abrir os baús. Ao falar sobre tal assunto, um dos servidores criticou essa falta de acessibilidade aos pesquisadores, argumentando que a decisão de manter os documentos trancados, uma suposta ordem da “gerente do Museu”, viola os fundamentos previstos no Estatuto da Sociedade Museu Xucurus (TORRES, 1973). Informações orais coletadas durante visita ao Museu Xucurus de História Artes e Costumes em 07/06/2018.

<sup>88</sup> Essa peça é identificada por um pequeno texto, de autoria atribuída a Luiz Torres, disposto na sua frente. Os escritos indicam que a “panela de oferendas” foi encontrada em março de 1978 por trabalhadores da prefeitura que estavam preparando o terreno de uma rua. Informações coletadas durante pesquisa realizada no Museu Xucurus de História, Artes e Costumes em 07/06/2018.

sobre o Museu Xucurus e a sua atual organização, Cadengue<sup>89</sup> destacou a peculiaridade dessa instituição, pois se trata de um “uma igreja construída por ex-escravos, que tem a Padroeira dos ex-escravos, que muda para um povo indígena [denominação] e que mostra uma cultura branca”.

O espaço da segunda sala dos fundos da antiga igreja é ocupado por objetos relacionados ao cangaço, às tecnologias do início do século XX, troféus, quadros e artigos de curiosidade; peças dispostas no lado direito da porta de acesso. O lado esquerdo é ocupado por objetos sobre o povo Xukuru-Kariri, uma vitrine com variados objetos antigos, como chaveiros, tesouras, moedas, e isqueiros, outra com material lítico e fósseis encontrados na região. A disposição das peças, conforme mencionado, tece uma narrativa sobre a história do município destacando certos personagens, considerados mais importantes e silenciando outros.

A exibição dos artefatos relacionados ao catolicismo em Palmeira dos Índios, unicamente na primeira sala, evidencia a influência da Igreja Católica Romana no Museu, bem como a importância atribuída ao aspecto religioso na história local, uma referência à “luz” trazida pelo Frei Domingo de São José ao converter os índios e atrair colonos que fundaram a Vila da Palmeira dos Índios. Mesmo com a criação do Museu, a arquitetura do prédio foi mantida, o altar foi preservado e os oratórios, imagens e vitrines com “vestes sacras” ocuparam o espaço, unindo as referências às oligarquias à essas memórias da fé católica romana.

---

<sup>89</sup> Fonte: CADENGUE, Kátia Almeida. Entrevista em Palmeira dos Índios. 04/12/2018.

Os Xukuru-Kariri foram lembrados no acervo na nomeação da instituição, porém, de um modo distante da situação sociopolítica contemporânea ao ponto de dispensar a presença dos indígenas na inauguração do espaço que supostamente os representaria. Por outro lado, as famílias mais ricas do município, importantes contribuintes<sup>90</sup> para a constituição do acervo do Museu, estavam presentes na festividade, apreciando a patrimonialização de símbolos concretos do poder e da opulência na qual seus descendentes viveram.

Percebemos nessa instituição os reflexos da dualidade existente nas produções de Luiz Barros Torres, cujo objetivo de estabelecer um “lugar” para os indígenas na história local resultou no silenciamento dos protagonismos e resistências cotidianas dos indígenas históricos, diante da exaltação de uma personagem folclórica. Segundo análise da professora Cristina Moreira<sup>91</sup>, um dos exemplos desse paradoxo, das ações do escritor, foi a exaltação dos índios no Museu Xucurus, em contraste com o silenciamento do protagonismo dos negros, pois: “ele lança Museu Xucurus, fica Museu Xucurus... não se coloca nenhuma placa dizendo; ‘aqui foi construído por negros’, não tem! Então a figura do negro fica para trás, e quem vem ao Museu

---

<sup>90</sup> A maioria das peças do Museu é identificada com etiquetas indicando a origem e qual dos organizadores da instituição foi responsável pela coleta. Uma das vitrines para a exposição de armas, por exemplo, é identificada como o texto: “Armária que pertenceu as famílias ilustres de Palmeira dos Índios – coletado por Dom Otávio Aguiar”. Partes das peças da coleção indígena são referenciadas como achados de Luiz Barros Torres – como as igaçabas e os marcos territoriais. Porém, a maioria dos artefatos sobre os Xukuru-Kariri não possui identificação adequada.

<sup>91</sup> MOREIRA, Ana Cristina de Lima. Entrevista em Palmeira dos Índios, 21/11/2018.

Xucurus pensa que é uma edificação do índio Xukuru-Kariri, quando não é” (MOREIRA, 2018, informação verbal).

**Imagem 04 – “acervo indígena” do Museu Xucurus de História, Artes e Costumes**



Fonte: acervo pessoal do autor, 2018.

Como é possível observar na imagem, os objetos indígenas foram organizados nos cantos da sala, possivelmente com o objetivo de proporcionar uma visão ampla da coleção. O centro da coleção indígena é preenchido com longas vitrines contendo fósseis, rochas, como meteoritos e pedras de quartzo, e vários tipos de peças antigas. A mistura de objetos indígenas com antiguidades e fósseis assinala a ação sutil das influências do poder local e de um discurso dominante que insiste em enxergar os Xukuru-Kariri exclusivamente no passado. Assim, como nos escritos de Luiz Torres, a discussão sobre as sociabilidades indígenas ao longo da história e as mobilizações

pela demarcação do território, desde o século XIX, foi substituída pelo desejo de referenciar a presença exótica no passado local.

A retirada dos artefatos de seu contexto original e sua incorporação em uma coleção museológica resultou na descontextualização das peças frente à uma nova organização, realizada a partir de novas lógicas e critérios.

O desconhecimento e desrespeito<sup>92</sup> às expressões socioculturais e identitárias indígenas resultam em ações como a exposição de igaçabas abertas contendo restos mortais. O que para os indígenas é um receptáculo que repousa um ancestral, possuindo, portanto, um significado em sua tradição sociocultural e religiosa, para o não índio é tão-somente um objeto antigo e exótico, um alvo de curiosidade. Esse contraste foi expresso pelo indígena Tanawy de Souza Tenório<sup>93</sup>:

A gente não quer os restos mortais dos nosso ancestrais em exposição! A gente quer que deixem no lugar que a gente plantou. A gente quer que respeite pelo menos isso. Mas como é de índio, não existe esse respeito. Se um índio sair daqui na cidade e for lá no cemitério e arrancar, né? Ele vai preso. Mas se um branco vem na mata, num sítio aqui e arranca os restos mortais do índio é bonito, né? Fez uma descoberta. Pra história da cidade, pra política, aquilo é bonito, mas pra gente não é. Isso é uma falta de respeito! (TENÓRIO, 2016, informação verbal).

---

<sup>92</sup> Essa afirmação tem como base os princípios previstos pelo Código de Ética para Museus (ICOM, 2009), o qual determina que os restos humanos, objetos sagrados e os “materiais culturais sensíveis” devem ser expostos “levando em consideração, quando conhecidos, os interesses e as crenças dos membros da comunidade, dos grupos religiosos ou étnicos de origem. Devem ser apresentados com cuidado e respeito à dignidade humana de todos os povos”. Disponível em: <https://www.icom.org.br>. Acesso em: 14 fev. 2016.

<sup>93</sup> Liderança Xukuru-Kariri. Afirmações proferidas durante uma oficina de artesanato indígena realiza na Aldeia Mata da Cafurna no dia 23/04/2016.

A atribuição de valor arqueológico e simbólico às içaçabas, os mais destacados símbolos da ancestralidade da ocupação indígena na região, resultou na incorporação dos objetos à história do município. Em um primeiro momento, essa ressignificação aconteceu a partir da união entre a presença indígena e a “gênese” da cidade, principalmente nos escritos e ações de Luiz Torres, posteriormente, com a patrimonialização das içaçabas e sua transformação em peças de valor histórico para a sociedade palmeirense, exibidas no Museu Xucurus.

Como observado na imagem 04, além das içaçabas, os objetos indígenas em destaque na exposição são as “vestimentas para a dança do toré”, expostas ao lado de um painel com indicações dos nomes de algumas aldeias<sup>94</sup> de Palmeira dos Índios. Um dos cantos da sala foi dedicado à exposição de armas indígenas, porém, além de arcos, flechas e lanças, são exibidos maracás, fósseis, um chifre de cervo<sup>95</sup> e algumas pedras que serviram como marcos territoriais da terra pertencente aos índios.

Ao compararmos a disposição das roupas sacras de sacerdotes católicos e as vestimentas utilizadas em rituais sagrados dos Xukuru-Kariri, percebemos a atuação de um

---

<sup>94</sup> Este painel, identificado como “Palmeira dos Índios: história e contexto – Povos indígenas Xucurus Cariri”, é exposto na entrada da terceira sala, iniciando o visitante aos objetos que compõem a coleção indígena. Trata-se de um tecido azulado de formato retangular fixado na parede esquerda da sala, seu espaço central é ocupado por um desenho emoldurado de um índio sepultado em de uma içaçaba, de autoria de Luiz Torres. E as laterais são preenchidas por folhas que trazem o nome das aldeias: Mata da Cafurna, Coité, Serra do Amaro, Fazenda Canto, Boqueirão e Serra do Capela.

<sup>95</sup> Devido à falta de espaço e a desorganização do Museu, é comum encontrar nas coleções temáticas objetos de origens e significados diferentes das demais peças.

discurso que reduziu a importância da presença e das expressões socioculturais indígenas. Enquanto as “alfaias preciosas” do catolicismo romano são expostas logo na primeira sala, em imponentes vitrines de madeira e vidro que ajudam na conservação das peças, as vestes indígenas são exibidas em manequins ou penduradas nas paredes, sem qualquer tipo de identificação ou maior cuidado com a conservação.

Se as vestes indígenas são sagradas, porque o tratamento é desigual? Tal distinção parece ser resultado do desconhecimento e do menosprezo com as expressões socioculturais e a religião indígena, concepções materializadas em preconceitos reproduzidos em várias esferas representativas em Palmeira dos Índios. Como resultado, as representações criadas pela coleção indígena no Museu, assim como as imagens construídas por Luiz Torres em publicações e nos símbolos oficiais do município não representam as expressões socioculturais e a história indígena, nem contribuem para a visibilidade das mobilizações, mas agem no sentido de absorver seu exotismo e associá-lo à historiografia local.

Para o ex-Pajé da Aldeia Mata da Cafurna, Lenoir Tenório, as peças sobre os indígenas expostas no Museu cumprem unicamente a função de “mostrar que o índio tem cultura”, pois boa parte dos objetos não pertencem à tradição do povo Xukuru-Kariri<sup>96</sup>. A respeito das vestes sagradas, o ex-Pajé afirmou que os materiais que as compõem não são encontrados

---

<sup>96</sup> Ao analisar os artefatos da coleção sobre os índios, expostas no Museu Xucurus, o ex-Pajé identificou várias peças de origens de povos indígenas do Sertão e do Norte do país, reconhecidas por meio do material utilizado e do estilo de confecção. TENÓRIO, Lenoir. Entrevista realizada na Aldeia Mata da Cafurna, território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 05/07/2018.

em Palmeira dos Índios, são trazidos de aldeias do Sertão alagoano, principalmente do território do povo Pankararu, e criticou a prática dos organizadores do Museu de associar essas vestes aos rituais religiosos de seu povo<sup>97</sup>.

Ambientes dedicados à celebração do passado de uma localidade, como o Museu Xucurus, “tendem a se constituir em espaços pouco democráticos onde prevalece o argumento de autoridade, onde o que importa é celebrar o poder ou o predomínio de um grupo social, étnico, religioso ou econômico sobre os outros grupos” (CHAGAS, 2009, p. 63). Como consequência, os estereótipos reforçados pelos artefatos presentes no espaço exaltam a importância de famílias e instituições locais e contribuem para a folclorização de expressões socioculturais indígenas.

A celebração da memória do poder (CHAGAS, 2009), a partir das intencionalidades envolvidas na organização da instituição, evidencia os reflexos das disputas territoriais e simbólicas entre os indígenas e as oligarquias locais, na criação de coleções tendenciosas de caráter etnocêntrico e evolucionista. Ao analisar as peças exposta no Museu Xucurus percebemos que a instituição se difere da forma organizacional dos grandes museus do país e mesmo dos objetivos previstos em seu estatuto de fundação (TORRES, 1973).

---

<sup>97</sup> As peças possuem etiquetas de identificação que as descrevem como vestimentas para a realização do Toré e do ritual religioso do Ouricuri. Existe uma crítica dos indígenas a respeito dessa prática, pois essas peças fazem parte do “segredo” religioso do ritual do Ouricuri – que não é revelado aos não indígenas. Sobre a atribuição das vestimentas ao ritual do Ouricuri do povo Xukuru-Kariri, feita no Museu, o ex-pajé afirmou; “Eles não podem dizer isso!”. TENÓRIO, Lenoir. Entrevista realizada na Aldeia Boqueirão, território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, 05/07/2018.

Percebemos que o referido Museu não se configurou como um espaço de negociação (CHAGAS, 2007) entre os atores sociais relacionados, mas como um amontoado de objetos que despertam curiosidade. Um ambiente no qual a lembrança e o esquecimento se complementam e agem a serviço do poder que o sustenta. Mesmo diante dessas incongruências, por meio de seu objetivo de “divulgar e amparar” a história e a cultura palmeirense<sup>98</sup>, o Museu Xucurus consolidou seu lugar na história e na memória do município a partir de relações estabelecidas com a sociedade que ajudou a construí-lo.

Embora as visitas não sejam frequentes, se concentrando principalmente em agosto, mês de comemoração do aniversário do município, é comum a visitação de estudantes acompanhados por professores, principalmente de escolas situadas em municípios circunvizinhos<sup>99</sup>. Desse modo, percebemos que a consideração do Museu Xucurus como um lugar de memória (NORA, 1997) representativo da história local se explica pelos usos e atribuição de sentido da sociedade palmeirense ao espaço e às coleções, considerando-os como expressões de experiências passadas e narrativas que compõem a “história de formação” de Palmeira dos Índios.

---

<sup>98</sup> Estatuto da Sociedade Museu Xucurus. Acervo do GPHIAL, op. cit. p. 19.

<sup>99</sup> Informações coletadas durante pesquisa realizada no Museu Xucurus de História, Artes e Costumes em julho de 2018; CADENGUE, Kátia Almeida. Entrevista em Palmeira dos Índios. 04/12/2018; MOREIRA, Ana Cristina de Lima. Entrevista em Palmeira dos Índios, 21/11/2018.

### **2.3. Povo originário ou “inimigo interno”: a via dupla da representação**

Desde os primeiros estudos sobre a presença do povo Xukuru-Kariri na atual região de Palmeira dos Índios, o lugar dos indígenas na história e na sociedade palmeirense tem sido alvo de uma multiplicidade de discursos provenientes de diferentes setores e relacionados a variadas óticas e posicionamentos sócio políticos. No entanto, dos primeiros registros aos estudos mais recentes, observa-se que as principais referências aos indígenas são a respeito das relações com o território, seja a forma como o habitam ou as mobilizações pela garantia e restituição da posse de áreas que lhes pertenceram.

Nos documentos do século XIX os Xukuru-Kariri são citados como primeiros habitantes das terras da Vila da Palmeira e posteriormente como indígenas catequisados que reivindicavam terras. Quando desprovidos de um território onde pudessem habitar, no período posterior à extinção dos aldeamentos na Província de Alagoas, foram considerados “misturados” e, portanto, não aparecem mais nos documentos oficiais ou relatos. Mesmo quando estudados enquanto um grupo diferenciado, a exemplo dos escritos de Carlos Estevão de Oliveira (1938), as relações do povo Xukuru-Kariri com o território foram consideradas como um dos fatores principais para a identificação daqueles “remanescentes”.

No período posterior à criação da Aldeia Fazenda Canto (1952), diante da pressão imposta pelas mobilizações dos indígenas em busca da reconquista do antigo território, a FUNAI aprovou, em 1988, a criação de um Grupo Técnico/GT, para apontar, a partir de estudos etnohistóricos e fundiários, a área que

deveria ser delimitada<sup>100</sup> para o povo Xukuru-Kariri. No entanto, apesar da legitimidade da proposta, no que diz respeito à tradicionalidade da presença indígena na área e às evidências históricas que legitimavam a demarcação, os resultados desse estudo não foram favoráveis aos indígenas, antes, serviram como agravante dos conflitos locais.

Em decorrência da constante oposição às propostas de delimitação incluindo áreas urbanas do município, o processo de reconhecimento antropológico do território a ser demarcado se estendeu<sup>101</sup> até 2006, quando a proposta apresentada no relatório da Antropóloga Siglia Zambrotti Dória foi aprovada pela FUNAI. Em 2008 o relatório foi publicado no Diário Oficial da União/DOU e em 2010 o processo foi homologado<sup>102</sup> pelo

---

<sup>100</sup> Este GT foi coordenado pela Antropóloga Maria de Fátima Campelo Brito; a pesquisadora tomou como base de seu estudo o processo de delimitação realizado em 1861, cuja área demarcada, como mencionado, não foi entregue aos indígenas. Ao fim da pesquisa, a antropóloga concluiu que deveria ser demarcada uma área de 13.020 hectares para o povo Xukuru-Kariri, seguindo os princípios previstos no processo de demarcação iniciado no século XIX. No entanto, essa proposta foi rejeitada por incluir parte da área urbana de Palmeira dos Índios. Caso a demarcação fosse aprovada, a desocupação de parte da cidade ou a cobrança de foro aos não índios, soluções apontadas à época, possivelmente resultaria em conflitos sem precedentes (CARRARA, 2016).

<sup>101</sup> Em face às oposições e dificuldades que surgiram com a primeira proposta de delimitação, novos GTs foram organizados pela FUNAI para identificar áreas fora do limite urbano de Palmeira dos Índios para serem demarcadas e entregues ao povo Xukuru-Kariri. Ao todo foram realizados cinco estudos antropológicos nos anos de: 1988; 1995; 1997; 2003 e 2006 (DÓRIA, 2008).

<sup>102</sup> Ação Civil Pública do Ministério Público Federal visando a condenação dos demandados à obrigação de fazer a demarcação física da Terra Indígena Xukuru-Kariri. Arapiraca/AL, 16 de outubro de 2013. Relator: Antônio José de Carvalho Araújo - Juiz Federal. PROCESSO N° 0000475-13.2012.4.05.8001. Disponível em: [https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo\\_noticia/30271\\_20150313\\_145936.pdf](https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/30271_20150313_145936.pdf). Acesso em: 27 jun. 2017.

Ministério da Justiça/MJ. Ao longo desses anos de entraves no processo de demarcação, os conflitos intensificaram-se, fomentando os debates a respeito do direito dos indígenas sobre as terras identificadas no estudo.

Em resposta ao andamento do processo de demarcação e às mobilizações do povo Xukuru-Kariri, ocupantes de grandes áreas no território indígena, políticos e membros de entidades de classe e religiosas organizaram, em agosto de 2013, um ato público intitulado “Movimento Palmeira de Todos”<sup>103</sup>. De acordo com um dos organizadores, a preocupação com a possibilidade de demarcação de terras “supostamente” indígenas “é de toda a comunidade [de] Palmeira, porque nenhuma entidade, exceto o Conselho Indigenista Missionário/CIMI, da Pastoral da Terra, apoia esse processo de demarcação que a Funai (sic) pretende fazer nas terras mais produtivas do município”<sup>104</sup>.

Os opositores da demarcação, reunidos pelo Movimento Palmeira de Todos, argumentaram, principalmente, que a

---

<sup>103</sup> Objetivando contestar o processo de demarcação do território Xukuru-Kariri, o grupo foi formado por membros de destacados sindicatos e associações municipais, a exemplo da Associação Comercial e do Sindicato dos Produtores Rurais de Palmeira dos Índios, além de comerciantes independentes, entidades religiosas e servidores públicos municipais. Esses apoiadores teriam sido motivados “pelo impasse causado em função da possibilidade de demarcação de terras ‘supostamente’ indígenas”. Informações presentes no memorando de uma reunião do Movimento Palmeira de Todos no gabinete do então Senador Fernando Collor de Melo (15/08/2013) e em um panfleto informativo de um ato público organizado pelo Movimento em 20 de agosto desse mesmo ano. Documentos disponíveis no Acervo do GPHIAL, op. cit. p. 19.

<sup>104</sup> Declaração proferida por Ricardo Simplício, Assessor Jurídico do Sindicato dos Produtores Rurais de Palmeira dos Índios. Fonte: SANCHES, Carolina. Grupo busca acordo para impasse sobre terras indígenas em palmeira. Disponível em: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2013/10/grupo-busca-acordo-para-impasse-sobreterras-indigenas-em-palmeira.html>. Acesso em: 20 out. 2016.

efetivação desse processo resultaria na desapropriação de 12 mil produtores e na desestabilização da economia da cidade<sup>105</sup>. Diante desse dado, afirmaram que não havia necessidade de demarcação em Palmeira dos Índios, porque “já existe um processo natural de reforma agrária” no município, uma vez que as terras em litígio são ocupadas principalmente por pequenos proprietários e os indígenas já possuem áreas de ocupação<sup>106</sup>.

Durante o ato público, políticos e latifundiários ligados ao citado Movimento concentraram-se em expor os “perigos” que a demarcação significaria para Palmeira dos Índios. Os organizadores do Movimento Palmeira de Todos acusaram a FUNAI de fazer “terror psicológico”<sup>107</sup> contra os proprietários do município ameaçando de desapropriação. Nesse contexto de críticas à demarcação, outros posicionamentos desconectados da situação local foram utilizados como forma de atemorizar

---

<sup>105</sup> DEMARCAÇÃO de terras em Palmeira vira discussão no Congresso Nacional. Cada minuto, Palmeira dos Índios, 06 abr. 2013. Disponível em: [minutopalmeiradosindios.cadaminuto.com.br/noticia/1421/2013/04/06/demarcacao-de-terras-em-palmeira-vira-discussao-no-congresso-nac...#](http://minutopalmeiradosindios.cadaminuto.com.br/noticia/1421/2013/04/06/demarcacao-de-terras-em-palmeira-vira-discussao-no-congresso-nac...#). Acesso em: 14 fev. 2016.

<sup>106</sup> Fala do então Prefeito James Ribeiro durante uma reunião para a organização do ato público realizado pelo “Movimento Palmeira de Todos” em 13 ago. 2013. Disponível em: <http://painelnoticias.com.br/geral/50490/palmeira-entidades-acusam-funai-de-fazer-terror-psicologico-e-preparam-protestos>. Acesso em: 14 fev. 2016.

<sup>107</sup> PALMEIRA, entidades acusam FUNAI de fazer “terror psicológico” e preparam protestos. Paine! Notícias, Maceió, 15 ago. 2013. Disponível em: [painelnoticias.com.br/geral/50490/palmeira-entidades-acusam-funai-de-fazer-terror-psicologico-e-preparam-protestos](http://painelnoticias.com.br/geral/50490/palmeira-entidades-acusam-funai-de-fazer-terror-psicologico-e-preparam-protestos). Acesso em: 25 out. 2016.

<sup>107</sup> Fala do então Prefeito James Ribeiro durante a reunião da organização do ato público realizado pelo “Movimento Palmeira de Todos”. 13/08/2013. Disponível em: <http://painelnoticias.com.br/geral/50490/palmeira-entidades-acusam-funai-de-fazer-terror-psicologico-e-preparam-protestos>. Acesso em: 14/05/2016.

setores da população palmeirense e agregar aliados contra os indígenas.

A discussão sobre as disputas de terras em Palmeira dos Índios foi apresentada na Assembleia Legislativa do estado de Alagoas/ALE. Em meio às críticas sobre a necessidade de entregar mais terras ao povo Xukuru-Kariri, principal pauta da seção, anterior ao Dia do Índio, o então Deputado Sérgio Toledo sugeriu que os indígenas supostamente teriam descoberto nióbio na área em litígio e estavam utilizando a demarcação como uma estratégia para contrabandear o elemento químico a partir da reserva, onde a polícia não tem poder para entrar<sup>108</sup>. Discursos como este tornaram-se comuns no contexto de debates<sup>109</sup>, no qual o trabalho da FUNAI era descrito como aleatório e parcial.

Os argumentos evidenciam que as reações dos opositores aos índios assinalam o lugar reservado aos indígenas na história e na sociedade palmeirense. As posições, assumidas por grande parte dos políticos, latifundiários e membros das classes mais abastadas na região refletem a concepção dos indígenas como personagens subalternos. Embora alguns considerem uma atitude extrema, a reação do então Deputado

---

<sup>108</sup> Pronunciamento feito pelo Deputado Sérgio Toledo durante sessão da ALE realizada em 18 abr. 2013. Fonte: SILVA, Danielle. Deputados criticam demarcação de terras em Palmeira dos Índios. **Alagoas 24 horas**, Maceió, 18 abr. 2013. Disponível em: [www.alagoas24horas.com.br/465496/deputados-criticam-demarcacao-de-terras-em-palmeira-dos-indios/](http://www.alagoas24horas.com.br/465496/deputados-criticam-demarcacao-de-terras-em-palmeira-dos-indios/). Acesso em: 26 out. 2016.

<sup>109</sup> As discussões sobre a demarcação em Palmeira dos Índios se intensificaram a partir de dezembro de 2010, quando o Ministério Público Federal publicou uma portaria determinando que o processo de demarcação do território do povo Xukuru-Kariri fosse concluído. PROCESSO N° 0000475-13.2012.4.05.8001. Disponível em: [www.jfal.gov.br/intranet/noticias/arquivos/357.pdf](http://www.jfal.gov.br/intranet/noticias/arquivos/357.pdf). Acesso em: 27 out. 2016.

Gervásio Raimundo à ocupação das terras de uma de suas fazendas por indígenas Xukuru-Kariri pode apresentar uma dimensão dos posicionamentos das oligarquias locais a respeito da demarcação do território indígena.

Em 2003, após a FUNAI legalizar a ocupação indígena em terras que estavam em sua posse<sup>110</sup>, o citado Deputado apresentou à ALE um Projeto de Lei propondo a mudança do nome do município. Durante uma entrevista para um jornal em Maceió, afirmou: “minha proposta estabelece que Palmeira dos Índios será só Palmeira, por que lá não é terra de índio. É de homens, empresários, comerciantes, fazendeiros e gente trabalhadora que fazem (sic) o progresso da região”. Essa afirmação é um exemplo da percepção dos indígenas como “oportunistas” interessados nas terras dos “fazendeiros que fazem aquela cidade progredir”<sup>111</sup>.

A partir de uma referência ao “mito” de fundação da cidade, o Deputado alegou que não existiam mais fundamentos para que o nome do município continuasse a referenciar os indígenas, pois a denominação foi escolhida porque no local existia uma palmeira onde dois índios namoravam, “só que um dia um outro índio com ciúmes matou os dois. Isso passou há muito tempo e não é coisa para a gente ficar lembrando. Então é hora de mudar o nome: risca índios e deixa só Palmeira”<sup>112</sup>.

---

<sup>110</sup> Classificado pela FUNAI como “área emergencial” o território de 355,17 hectares que estava sob a posse do então Deputado Gervásio Raimundo foi comprado pelo órgão e passou a fazer parte do território da Aldeia Boqueirão. Para mais informações ver Silva Júnior (2013) e Peixoto (2013).

<sup>111</sup> Declaração dada pelo Deputado Gervásio Raimundo. Fonte: ALE pode alterar o nome de Palmeira dos Índios. **O Jornal**, Maceió. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/en/Noticias?id=10174>. Acesso em: 14 ago. 2015.

<sup>112</sup> Id. Ibid.

Percebemos na afirmação a amplitude do mito de Tilixi e Txiliá e as influências dos escritos de Luiz Barros Torres na construção de uma História Oficial de Palmeira dos Índios, na qual a narrativa foi apropriada como parte de uma ideologia dos grupos dominantes no município e, muitas vezes, usada para negar a fala dos indígenas quanto à sua própria trajetória (FERREIRA 2015). Posicionamentos como este fundamentam-se em dois princípios básicos de exclusão dos indígenas; a associação a um passado inalcançável e mitológico e a negação do protagonismo e da presença indígena na atualidade.

Esse tipo de opinião, comum no município, é um dos efeitos negativos do trabalho realizado por Luiz Torres, cujo resultado foi a incorporação dos indígenas na história local como aspectos mitológicos e temporalmente distantes. Como consequência da mitificação e da associação dos indígenas ao passado local, o povo Xukuru-Kariri passou a ser visto como inerente à história do município; porém, como uma espécie de presença exótica celebrada em datas comemorativas, principalmente no Dia do Índio, em símbolos e representações estereotipadas que adornam locais públicos e nomeiam fachadas de estabelecimentos comerciais.

Tais homenagens, criadas a partir de representações moldadas por interesses dos grupos dominantes, resultam em práticas (CHARTIER, 1990) socialmente motivadas. Como consequência, as referências aos indígenas unicamente como personagens históricos ou mitológicos resultam em discursos que negam os direitos dos Xukuru-Kariri contemporâneos e mesmo contestam sua indianidade (OLIVEIRA, 1988). Assim organizadas, as representações funcionam como instrumentos de dominação e de fortalecimento de discursos a partir dos quais

os grupos dominantes impõem ou fortalecem valores e interesses que são seus (BARROS, 2005).

As reações ao andamento do processo de demarcação evidenciam que o povo o Xukuru-Kariri só é considerado uma peça fundamental na história da civilização de Palmeira dos Índios enquanto sua presença é conveniente para os grupos dominantes, que o considera como um aspecto do folclore local. Em contrapartida, quando os indígenas reivindicam a efetivação de direitos, como a posse da terra, são duramente criticados e transformados em “inimigos do progresso” palmeirense.

O posicionamento tornou-se característico entre os grupos dominantes locais, para os quais os indígenas são personagens secundários, derrotados no processo colonial, e devem, portanto, se contentar com seu lugar na sociedade atual. Nos debates iniciados em 2010, o argumento predominante foi o de que a demarcação não é necessária, pois “no caso de Palmeira dos Índios, todas as comunidades indígenas já possuem área de ocupação, e por isso, não se justifica a remoção das propriedades locais”<sup>113</sup>. Desse modo, a negação dos direitos dos indígenas vem sendo fortalecida pela disseminação de informações incompletas e deturpadas sobre a demarcação.

Os meios de comunicação, pertencentes a políticos e latifundiários no município, são o principal instrumento pelo qual a população não indígena informa-se sobre a questão. Nesses

---

<sup>113</sup> Pronunciamento do então Deputado Renan Filho durante seção do Plenário da Câmara dos Deputados em 05 abr. 2013. Fonte: DEMARCAÇÃO de terras em Palmeira vira discussão no Congresso Nacional. Cada Minuto, Palmeira dos Índios, 06 abr. 2013. Disponível em: [minutopalmeiradosindios.cadaminuto.com.br/noticia/1421/2013/04/06/demarcacao-de-terras-em-palmeira-vira-discussao-no-congresso-nac...](http://minutopalmeiradosindios.cadaminuto.com.br/noticia/1421/2013/04/06/demarcacao-de-terras-em-palmeira-vira-discussao-no-congresso-nac...) Acesso em: 12 fev. 2016.

espaços de difusão de informações, nos quais os indígenas não têm acesso e voz, os questionamentos sobre a necessidade da demarcação de mais terras são constantes, porém, não se diz dos direitos que os posseiros não indígenas possuem, apenas se diz que os Xukuru-Kariri querem “tomar as terras”.

Ao não informar que a demarcação é fundamentada em estudos antropológicos e que os ocupantes não indígenas também possuem direitos<sup>114</sup>, esses meios cumprem a função de mascarar a legitimidade do processo de demarcação, manipulando informações e descrevendo o processo como “parcial” e “sem parâmetro algum”, a não ser os supostos interesses da FUNAI<sup>115</sup>.

Diante da disseminação de estereótipos sobre os Xukuru-Kariri e de informações deturpadas sobre a demarcação, os indígenas “perdem” a posição de primeiros habitantes das terras do município e passam a ser vistos por grande parte da população como empecilhos ao crescimento local e provocadores dos conflitos fundiários. Aliados às críticas ao trabalho da FUNAI, esses discursos infundados almejavam, e ainda almejam, reunir apoiadores à causa do Movimento Palmeira de Todos.

---

<sup>114</sup> Em Resposta a divulgação de dados distorcidos, apoiadores da demarcação, como o antropólogo Ivan Farias, buscaram diminuir o clima de insegurança política esclarecendo para a população palmeirense que a lei garante não apenas o direito dos indígenas, mas também os dos ocupantes não indígenas, que após a demarcação deverão ser indenizados pela FUNAI e reassentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Fonte: FARIAS, Ivan. Entrevista concedida a Carolina Sanches, G1-AL. Disponível em: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2013/10/grupo-busca-acordo-para-impasse-sobreterras-indigenas-em-palmeira.html>. Acesso em: 20 out. 2016.

<sup>115</sup> Id. Ibid.

Um pronunciamento<sup>116</sup> do Advogado Ricardo Bezerra Vitório, durante uma audiência sobre a demarcação de terras indígenas e seus possíveis impactos, evidenciou a manipulação de informações e o uso de argumentos sobre a demarcação. Em sua afirmação, fundamentou as críticas à demarcação a partir de uma descrição da história do município e da atual relação entre o povo Xukuru-Kariri e a sociedade palmeirense. Procurou demonstrar que os indígenas chegaram à região depois dos não índios, no entanto, sua presença foi estabelecida na história local, inclusive no nome do município; “um nome que compromete a cidade, porque Palmeira não é dos índios é de todos!”.

Além das condenações ao trabalho da FUNAI, Ricardo Vitório criticou a necessidade de demarcar terras indígenas em um município onde, de acordo com sua análise, não tem índios vivendo em aldeia, pois todos trabalham e vivem junto à comunidade. Segundo o advogado, em Palmeira dos Índios “não existe conflito de índio com branco nem de branco com índio, até porque não existe índio na nossa cidade, existe caboclo, mestiço, existem índios loiros [...], de olhos verdes e existe índio do cabelo ruim” (VITÓRIO, 2013, informação verbal). Discursos como este revelam características importantes da forma como os opositores da demarcação das terras indígenas no município.

De modo geral, os grupos buscam se colocar na posição de apoiadores dos pequenos proprietários e defensores da agricultura familiar. Para tanto, fogem de um embate direto com

---

<sup>116</sup> Pronunciamento durante audiência pública realizada em outubro de 2013 na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Fonte: TV Senado. CRA - Debate mostra a situação das demarcações de terras indígenas no município de Palmeira dos Índios. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MBPCBmMsJo0>. Acesso em: 03 jun. 2018.

os indígenas, direcionando suas críticas à atuação da FUNAI e assumindo um tom moralista, em defesa da economia do município. No entanto, essa posição é utilizada apenas como uma estratégia para conseguir apoiadores para a causa; diante do andamento do processo de demarcação e das pressões exercidas pelas mobilizações dos Xukuru-Kariri os posicionamentos mudam e antigos preconceitos e imagens distorcidas são evocadas para contestar os direitos dos indígenas.

Além de informações incompletas ou manipulativas, os discursos influenciados pelas disputas territoriais são condutores de estereótipos e argumentos contestadores da identidade sociocultural do povo Xukuru-Kariri. Nesse contexto de folclorização do índio, o esquecimento opera disfarçado de rememoração (GAGNEBIN, 2014), apresentando representações imagéticas e narrativas dos indígenas como personagens subalternos na história local, figuras exóticas e secundárias servindo exclusivamente como aspecto curioso ou mesmo lúdico da fantasia sobre a identidade palmeirense.

## CAPÍTULO III

### ENTRE IMAGENS E RELATOS DE MEMÓRIAS: REFLEXÕES SOBRE A PRESENÇA DOS ÍNDIOS XUKURU-KARIRI EM PALMEIRA DOS ÍNDIOS

---

Neste capítulo, buscamos aprofundar as reflexões sobre os discursos e imagens relacionadas aos indígenas Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios. Para tanto, partimos de uma discussão sobre a gênese de tais imagens e as dimensões que alcançaram na sociedade palmeirense; procuramos evidenciar a dialética estabelecida entre esses discursos e a situação sócio histórica do município no contexto, uma vez que, como foi possível perceber, existe uma interação mútua entre as imagens e narrativas produzidas pelos memorialistas locais e a situação histórica e sociopolítica na qual tais reproduções se inseriram.

As análises nos permitiram identificar os reflexos de um discurso de utilização de imagens supostamente representantes dos indígenas no município, a partir da consideração das interações e influências dos sujeitos envolvidos nessa produção, considerando a situação de defesa da produção de uma narrativa historiográfica para a localidade. Nesse sentido, problematizamos a dualidade dos estudiosos e amantes da história de Palmeira dos Índios, que foram responsáveis pela criação dessas representações contraditórias sobre o povo Xukuru-Kariri, uma vez que consideramos suas produções como uma narrativa composta por uma seleção de informações e relatos de acontecimentos, realizada a partir de escolhas pessoais.

Discutimos as influências de discursos preconceituosos e estereotipados que são utilizados pela oligarquia palmeirense como forma de negar os direitos desse povo e conseguir apoio popular, principalmente quando os indígenas subvertem o lugar de inferioridade e submissão que lhes foi reservado na história e na sociedade palmeirense, culminando em mobilizações que reivindicam o reconhecimento étnico e tentam garantir a efetivação de direitos. Em vista disso, analisamos as imagens e lugares de celebração da identidade do município, tais como os símbolos oficiais e a “lenda de Tilixi e Txiliá” a partir dos posicionamentos e análises de lideranças indígenas Xukuru-Kariri.

Pretendemos, com esse exercício, aprofundar o estudo sobre a lacuna existente entre as representações imagéticas e narrativas oficiais existentes na região sobre os indígenas Xukuru-Kariri e a situação sócio histórica na qual se encontram atualmente, discutindo as tensões existentes entre as representações criadas por memorialistas locais e os relatos de memórias dos indígenas.

Buscamos, contribuir para a desconstrução de estereótipos e imagens romantizadas acerca da identidade dos indígenas presentes nas narrativas históricas sobre o município, questionando estas representações e demonstrando, a partir de relatos de memória de lideranças Xukuru-Kariri, que a identidade indígena não deve ser definida por critérios raciais ou fenótipos, mas por aspectos socioculturais, políticos e religiosos (OLIVEIRA, 2016).

### **3.1. Discursos múltiplos sobre o povo Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios**

A produção de diferentes formas de utilização de imagens representativas da presença indígena no município foi iniciada em 1966, quando o legislativo palmeirense recebeu do Lions Club um Projeto de Lei que previa a criação dos símbolos oficiais do município<sup>117</sup>. A apresentação oficial da Bandeira, do Brasão e do Hino oficial do município à população palmeirense, em 1967, foi o passo inicial para a construção de uma identidade fundada em referências à presença indígena na formação de Palmeira dos Índios.

A partir da criação desses símbolos, outras referências foram surgindo, principalmente em logradouros públicos e estabelecimentos comerciais, referências existentes até a atualidade. O primeiro estabelecimento comercial palmeirense a fazer menção aos indígenas foi o restaurante Maloca do Índio<sup>118</sup>; inaugurado em outubro de 1967, se tornou um marco para a história do município, um símbolo do “progresso palmeirense”, porém fazia referência ao passado local.

O restaurante pode ser considerado com um dos principais expoentes da reprodução da identidade a partir de

---

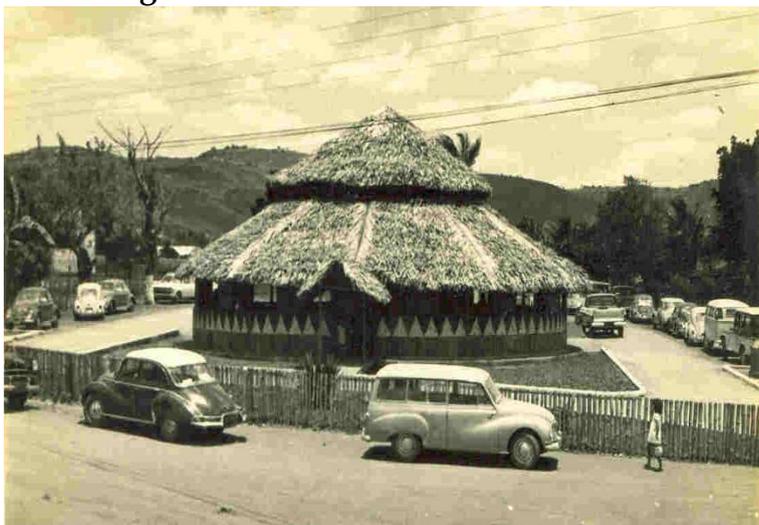
<sup>117</sup> Ata da 80ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Palmeira dos Índios. 26/11/1966. Disponível no Acervo da Câmara Legislativa de Palmeira dos Índios, Livro XV, p. 1.

<sup>118</sup> O restaurante pertenceu aos empresários Mário Alcântara Brandão e Gileno Costa Sampaio, que governou o município nos anos de 1973-1977 e 1989-1992. Se tornou um símbolo do “progresso” vivido por Palmeira dos Índios naquele período, no entanto, em setembro de 1970 foi vítima de um incêndio criminoso, não solucionado. Após o episódio, embora não tivesse havido vítimas, os donos não reconstruíram o estabelecimento. Fonte: Acervo do GPFIAL, op. cit. p. 19.

rememorações da origem indígena do município. Construído em uma estrutura de bambu coberta com palha, mesmo antes de sua fundação, prometia ser uma junção entre o passado arcaico e o futuro promissor de Palmeira dos Índios.

Algumas semanas antes da inauguração do restaurante, o jornal *Correio do Sertão* publicou uma matéria exaltando a inovação que o estabelecimento traria para o município, dando destaque aos detalhes curiosos da estrutura física do prédio, que faziam dele uma destacada atração turística<sup>119</sup>, como pode ser observado na imagem abaixo.

### Imagem 05 – Restaurante Maloca do Índio



Fonte: acervo do GPHIAL, op. cit. p. 19.

É possível observar na imagem que o restaurante fazia referência aos indígenas não apenas em sua estrutura com

---

<sup>119</sup> “Maloca do Índios já é sucesso”. *Jornal Correio do Sertão*. 15/10/1966, p. 1. Disponível no Acervo do GPHIAL, op. cit. p. 19.

paredes de madeira e telhado de palha, que propiciavam o seu formato de maloca, e também a partir de símbolos pintados na parte externa das paredes. É possível perceber, ainda, a presença de uma palmeira na entrada do estabelecimento, fixada no local como forma de fazer referência ao nome do município, bem como a presença de vários carros estacionados ao redor do restaurante, o que demonstra o poder aquisitivo do público que frequentava o espaço.

A união entre elementos modernos, como as noites dançantes e a existência de telefone nas mesas, e referências ao passado indígena, como o cardápio em tupi, evidencia o contraste existente entre o rústico aspecto indígena, representado pela estrutura do restaurante e o expoente da civilidade e do “progresso palmeirense”, referenciado nas apresentações do Maestro José Gonçalves, responsável pelas músicas de violino tocadas durante os jantares<sup>120</sup>. No relato de memória feito por Dona Gilene Cerqueira de Melo<sup>121</sup>, umas das frequentadoras do restaurante, aparecem alguns elementos sobre o estabelecimento e o contexto socioeconômico no qual ele estava inserido.

O restaurante Maloca do Índio eu devo ter frequentado umas 10 vezes [...]. Eu sempre ia lá com o meu marido, a gente ia jantar... às vezes só prá aperitivo mesmo e lá também tinha “dance”, né? Lá também tinha “dance”. Lá tinha a parte de Dança e na parte sobressalente, um pouco, as mesas. Ela era arredondada, tipo uma oca mesmo. [...]. Pronto, era um negócio assim muito inovador pra época, sabe? Pra época, foi, acho que umas das primeiras boates. Foi um dos primeiros

---

<sup>120</sup> Idem, *ibid.*

<sup>121</sup> MELO, Gilene Cerqueira de. Entrevista em Palmeira dos Índios, 03/10/2018.

restaurantes e ficou famoso, ficou muito famoso. Era muito agradável lá, muito agradável. [...]. O público alvo era a classe média mesmo, classe alta, e, durante as festas, como ficaram famosas, né? As noites (MELO, 2018, informação verbal).

Essa fala sugere que o restaurante se tornara um símbolo de distinção social em Palmeira dos Índios, tendo como público alvo fazendeiros, comerciantes e políticos locais. O sucesso, entre as famílias mais abastadas do município, de um restaurante que fazia referência aos indígenas se explica pela ausência de discussões sobre a presença indígena no cotidiano local. Tratava-se de um período em que os indígenas, mesmo tendo sido reconhecido e estando vivendo aldeados na Fazenda Canto desde 1952, não eram considerados como sujeitos históricos ativos, como partícipes da sociedade palmeirense de outra forma que não a de antepassados ou aspectos do folclore local.

Existia um problema em reconhecer efetivamente a existência de indígenas no município. No contexto em que se negociou a compra da Fazenda Canto, para que o povo indígena pudesse emergir etnicamente e ser reconhecido pelo SPI, “o Estado necessitava da concordância do poder político e econômico local para ‘autorizar’ a etnicidade” (FERREIRA, 2016, p. 133). Nesse sentido, a negociação com a estrutura dominante local, formada por fazendeiros que ocupavam cargos políticos e possuíam grande influência no município, teria sido realizada a partir da negociação entre o Órgão indigenista e o Prefeito, Juca Sampaio<sup>122</sup>.

---

<sup>122</sup> Relatório apresentado, por Deocleciano de Souza Nenê, ao Sr. José Maria da Gama Malcher, Diretor do SPI, relativo à compra da Fazenda Canto [sic], em Palmeira dos Índios, no Estado de Alagoas, maio de 1952. Rio de Janeiro. Museu do Índio. IR4, Caixa 180, Fotgs. 35/42.

No entanto, a criação da Aldeia Fazenda Canto não representou o reconhecimento efetivo da existência de indígenas no município. Os jornais de época e os documentos oficiais não fizeram nenhuma menção ao acontecimento<sup>123</sup>, tampouco os memorialistas locais se preocuparam em escrever sobre a criação da Aldeia. O reconhecimento oficial da etnicidade do povo não pareceu convencer a sociedade palmeirense, mesmo porque o pensamento difundido à época era o do inevitável desaparecimento dos indígenas.

Acreditando que os Xukuru-Kariri estavam trilhando o caminho da aculturação, escritores e entusiastas da história do município procuraram fazer referências aos indígenas na história de formação de Palmeira dos Índios, de modo a enfatizar a sua presença no passado local, no entanto, desconsideraram o protagonismo dos indígenas naquele período. Igualmente, buscaram os evidenciar nos relatos e escritos sobre a origem da cidade, contribuindo para a criação de uma identidade particular para o município. Desse modo, mesmo em um contexto no qual não se falava em índio<sup>124</sup>, um restaurante em formato de maloca fez sucesso entre as famílias mais influentes da região.

---

<sup>123</sup> Apesar do reconhecimento dos índios Xukuru-Kariri ter ocorrido em 1952, existiu um silenciamento nos documentos oficiais sobre o assunto. A primeira referência sobre a existência de indígenas no município nas Atas de Reunião da Câmara dos Vereadores de Palmeira dos Índios foi registrada em 1963, quando foi sugerida uma Emenda à Proposta Orçamentária para o ano de 1964, prevendo a iluminação alguns povoados locais, dentre eles a "Fazenda Canto". Fonte: Ata da 68ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Palmeira dos Índios. 23/10/1963. Disponível no Acervo da Câmara Legislativa de Palmeira dos Índios, Livro XIII, p. 33.

<sup>124</sup> Relato de memória feito por Dona Gilene. Fonte: MELO, Gilene Cerqueira de. Entrevista em Palmeira dos Índios, 03/10/2018.

Em 1968, às vésperas da festa de comemoração dos oitenta anos de emancipação política de Palmeira dos Índios, José Delfim da Motta Branco<sup>125</sup>, que juntamente com Luiz Torres fora homenageado na festa do ano anterior, por terem criado os símbolos oficiais do município, declarou ao jornal *Correio do Sertão*: “para o oitenta de Palmeira então sendo convocados todos que aqui vivem, trabalham, labutam e engrandecem a terra dos antigos xucurus”<sup>126</sup>. Tal afirmação, proferida 16 anos após o reconhecimento do povo Xukuru-Kariri aldeados na Fazenda Canto, demonstra a visão de negação e silenciamento da presença dos indígenas “reais” no cotidiano local.

Além da visão do índio como pertencente ao passado, a afirmação evidenciou a dualidade dos criadores das representações sobre os indígenas nos símbolos e na historiografia palmeirense, que mesmo se utilizando da imagem dos Xukuru-Kariri não os reconheceram como contemporâneos; exaltaram um personagem fictício. Trata-se de um pensamento comum a uma época na qual se via os indígenas como descendentes dos primeiros habitantes da localidade, que, portanto, deveriam receber dos poderes públicos “toda a

---

<sup>125</sup> José Delfim da Motta Branco foi um professor, escritor e advogado de destaque em Palmeira dos Índios na segunda metade do século XX. Atuou como diretor da secretaria da Câmara Municipal do município, possuindo estreitas relações com políticos e personalidades locais, a exemplo do escritor Luiz de Barros Torres, com o qual criou a bandeira e o brasão de Palmeira dos Índios. Fonte: site da Academia Palmeirense de Letras, Ciências e Artes. Disponível em: <http://apalca.com.br/patronos/jose-delfim-da-motta-branco/>. Acesso em: 23 set. 2017.

<sup>126</sup> “Maloca do índio já é sucesso”. **Jornal Correio do Sertão**. Palmeira dos Índios. 15 set.1967, p. 1. Disponível no Acervo do GPHIAL, op. cit. p. 19.

assistência, porque eles representam justamente a particularidade histórica dos primitivos moradores da cidade”<sup>127</sup>.

Desde as primeiras tentativas de criar atrativos turísticos para o município, o “elemento indígena” foi escolhido como um dos pilares dessa possível fonte de renda. Em 1969, José Delfim da Motta Branco, durante uma reunião no Rotary Club em Palmeira dos Índios, na qual se discutia a necessidade de se construir um “Cristo Redentor” na Serra da Boa Vista, sugeriu que fosse construído um índio de tamanho gigante, “devidamente caracterizado em atitude de espia para colocá-lo naquela serra”<sup>128</sup>.

A posição de defesa do turismo como saída<sup>129</sup> para a economia de Palmeira dos Índios foi, ao longo dos anos, adotada por diferentes intelectuais e personagens de influência no município. Desse modo, a criação de um “roteiro turístico” fundamentado, principalmente, na exploração do aspecto indígena resultou no surgimento de monumentalidades<sup>130</sup> construídas sob a influência de um discurso de idealização dos índios e que, portanto, passaram a atuar como símbolos da história e da identidade palmeirense aos moldes das narrativas criadas por Luiz Torres e Ivan Barros.

---

<sup>127</sup> “Renovar a cidade para as festas do oitentaão”. **Jornal Correio do Sertão**. Palmeira dos Índios. 22/09/1968, p. 3. Disponível no Acervo do GPHIAL, op. cit. p. 19.

<sup>128</sup> JOÃO, Antônio. Monumentos. **Jornal O Bandeirante**. Palmeira dos Índios. 07/12/1969, p. 6. Disponível no Acervo do GPHIAL, op. cit. p. 19.

<sup>129</sup> A saída para a princesa do Sertão. **Jornal Humberto Mendes Tur**. Palmeira dos Índios. Maio de 1999, p. 4. Disponível no Acervo do GPHIAL, op. cit. p. 19.

<sup>130</sup> Dentre elas, destacamos a criação do Museu Xucurus de História, Artes e Costumes (1971), da Casa Museu Graciliano Ramos (1973), da Estátua do Cristo do Goiti (1979) e da Estátua de Txiliá (1988).

Como destacado, em um contexto no qual se via os Xukuru-Kariri como “pobres remanescentes” em vias de extinção, os primeiros estudiosos que escreveram sobre a história palmeirense, principalmente Luiz Torres, sentiram a necessidade de representar a imagem e as expressões socioculturais desse povo a partir da criação de símbolos e narrativas que referenciassem a presença indígena na origem da cidade. Nesse sentido, a construção de tais narrativas não necessariamente exigia a participação dos indígenas no processo, mesmo porque no contexto os Xukuru-Kariri eram vistos como descendentes dos verdadeiros indígenas, inclusive por pesquisadores ligados à Universidade. Em 1962, Clóvis Antunes escreveu<sup>131</sup>:

O serviço de Proteção aos Índios comprou-se há uns 10 anos atrás uma fazenda para o aldeamento dos índios Chucurus chamada “Fazenda Canto”. Nome poético para significar que de um canto os índios cantam as glórias do seu passado de tradição folclóricas para brancos que desejam contar [...]. Os índios ainda mantêm os costumes dos seus antepassados, embora que quase estão esquecidos das novas gerações. Pouco são os que falam a língua indígena cariri-chucurús. São sempre orgulhosos quando alguém os chama de índios (ANTUNES, 1962, p. 6).

Os indígenas foram vistos e representados unicamente como um elo com os antigos e “verdadeiros índios” habitantes na região, utilizados como elementos justificativos do nome do município e da criação de representações e referências à

---

<sup>131</sup> ANTUNES, Clóvis. Fazenda Canto: índios Chucurús, assistência do SPI, a Cáritas distribui alimentos – os índios Chucurús, tradição de Palmeiras e curiosidade para os turistas. **Jornal Juventude Palmeirense**. Palmeira dos Índios. Outubro de 1962, p. 6. Disponível no Acervo do GPHIAL, op. cit. p. 19.

presença indígena na história local; um meio para a obtenção de narrativas folclóricas<sup>132</sup> e materiais exóticos, como as igaçabas e os vários objetos que posteriormente foram organizados no Museu Xucurus de História, Artes e Costumes.

Devido ao seu pioneirismo no estudo sobre a presença dos indígenas na história de Palmeira dos Índios, o escritor Luiz Torres manteve uma relação de proximidade com os Xukuru-Kariri, visitando com frequência a Aldeia Fazenda Canto, ou os recebendo em sua loja<sup>133</sup>. Para a população não indígena no município, o escritor foi um grande defensor dos índios, pois ele contribui para a visibilidade desse povo no município.

Tá se falando de índio agora, agora é que tá se falando em índio, agora que o índio está tendo o seu lugar de destaque em Palmeira dos Índios, com a evolução dos tempos, com a cultura, né? [...]. Mas antes era... ninguém falava não. [...]. Tinha, assim, seu Luiz Torres, que gostava... depois veio o Byron e outros que apoiavam a ideia. Então, aí veio a história do Museu e teve o defensor que foi seu Luiz Torres, que evoluiu muito a cultura deles, né? Evoluiu não, divulgou a cultura deles, mas antes de seu Luiz Torres era muito... muito aquém do que eles mereciam (MOREIRA, 2018, informação verbal).

---

<sup>132</sup> Durante a realização dos estudos, Clóvis Antunes (1973) e Luiz Torres (1973) se preocuparam em transcrever e recontar “lendas” e estórias narradas pelos indígenas.

<sup>133</sup> O escritor possuía uma aproximação com alguns indígenas aldeados na Aldeia Fazenda Canto. No entanto, essa relação não era uniforme, tendo em vista as várias famílias residentes nessa aldeia e os conflitos internos existentes no período, o que resultava no afastamento ou aproximação de determinado grupo à medida que os contatos eram estabelecidos com alguma liderança indígena, ou mesmo com os funcionários do órgão de assistência. Para mais informação ver Martins (1994).

Esse relato de memória<sup>134</sup> evidencia o lugar de destaque que Luiz Torres alcançou com seus escritos sobre a história do município, se sobressaindo por sua posição de defesa e proximidade com os Xukuru-Kariri. A divulgação da “cultura indígena”, mencionada por Dona Gilene, foi expressa principalmente com a escrita da narrativa de fundação de Palmeira dos Índios e na criação dos símbolos oficiais. Narrativas e imagens que marcaram a memória coletiva (HALBWACHS, 2006) dos palmeirenses, sendo transmitidos, até a atualidade, relatos sobre a posição em defesa dos índios adotada pelo escritor. De modo semelhante, a Professora Cristina Moreira<sup>135</sup> destacou o interesse de Luiz Torres pela história dos indígenas na região:

[...] a gente só ouvia falar [dos indígenas Xukuru-Kariri]. Mas, aqui havia um escritor chamado Luiz Torres, e aí o que era que eu fazia? Eu tive a grata satisfação de ir várias vezes lá... porque ele tinha uma loja vizinha a prefeitura, e eu chegava lá e a gente conversava. Eu como professora, do ensino fundamental, [...], eu conversava muito com ele, [...], e ele falava muito, falava na questão dos índios, e ele era assim, um sonhador, porque o Luiz Torres, quem conhecia o Luiz Torres, ele não era uma pessoa assim que falasse só por falar... por ser um mero estudioso. A diferença, que vi, na pessoa que eu conheci, que eu conversei, [...], era um sonhador (MOREIRA, 2018, informação verbal).

---

<sup>134</sup> MELO, Gilene Cerqueira de. Entrevista em Palmeira dos Índios, 03/10/2018.

<sup>135</sup> MOREIRA, Ana Cristina de Lima. Entrevista em Palmeira dos Índios, 21/11/2018.

A posição de estudioso e defensor dos indígenas, assumida por Luiz Torres, foi expressa em narrativas de carácter historiográfico e em representações imagéticas que evidenciam o idealismo do estudioso, que, conforme o relato da Professora Cristina Moreira, fazia dele um sonhador, um entusiasta da história e da identidade palmeirense. Assim, as produções de Luiz Torres, mesmo que muitas vezes se distanciasse da situação vivida pelo povo Xukuru-Kariri, foram fundamentais para que a presença indígena na região fosse considerada como histórica e anterior à fundação da cidade. De todo modo, suas produções sobre a história do município, bem como os romances que publicou fizeram com que o escritor se destacasse no contexto socio histórico no qual estava inserido.

As referências aos indígenas nos escritos de Luiz Torres se dividiram em dois aspectos principais: de um lado, a história dos índios que foram vítimas do processo de colonização, cujos sobreviventes da violência se afastaram dos antigos costumes e estavam em via de aculturação; de outro, a descrição de um índio mitológico, um símbolo da formação local, representado em imagens e narrativas, em homenagem aos primeiros habitantes na região. Não obstante, como resultados de escritos e projetos<sup>136</sup>, o autor alcançou grande prestígio na sociedade palmeirense e alagoana, manteve relações de amizade com

---

<sup>136</sup> Dentre os escritos e projetos realizados por Luiz Torres destacamos a criação dos símbolos oficiais de Palmeira dos Índios, a escrita de uma breve “historiografia” sobre o município, que lhe rendeu um convite para fazer parte do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas/IGHAL, a publicação de vários romances e peças de teatro, a fundação da Companhia Telefônica de Palmeira dos Índios e a criação dos símbolos oficiais dos municípios alagoanos de Igaci e Cacimbinhas, limítrofes com Palmeira dos Índios. Fonte: TORRES, Luiz Byron. Cronologia do escritor Luiz B. Torres. Palmeira dos Índios, 1999. Disponível no Acervo do GPHIAL, op. cit. p. 19.

personalidades e figuras políticas de municípios circunvizinhos e da capital do estado<sup>137</sup>. Além de ter estabelecido uma grande proximidade com os representantes da Igreja Católica Romana em Palmeira dos Índios<sup>138</sup>.

O apoio das camadas mais prósperas da sociedade palmeirense, assim como o do legislativo municipal<sup>139</sup>, aos trabalhos realizados pelo escritor, se explica não apenas pelo pioneirismo de seus textos, mas devido ao autor ter produzido, mesmo não intencionalmente, uma historiografia que atendeu aos interesses dos grupos dominantes da economia e política de Palmeira dos Índios, que no momento eram indiferentes aos indígenas, embora se interessassem por uma historiografia do

---

<sup>137</sup> Além do apoio que o escritor recebeu da administração municipal quando da escrita de livros sobre a história local, percebemos que Luiz Torres possuía uma estreita relação com políticos, grande comerciantes e membros das famílias mais prósperas e influentes no município, que sempre se faziam presentes nos lançamentos de livros de sua autoria. Disponível no Acervo do GPHIAL, op. cit. p. 19.

<sup>138</sup> A interação entre o escritor e a Igreja Católica Romana em Palmeira dos Índios foi baseada em uma relação de proximidade, expressa não apenas na amizade entre Luiz Torres e o Bispo Dom Otávio Aguiar, que resultou na criação do Museu Xucurus de História, Artes e Costumes, pois em 1952, a pedido do Pároco Francisco Xavier de Macedo, o escritor elaborou um projeto para a criação de uma Diocese no município e o enviou ao Vaticano. Após a aprovação do projeto, em 1962, foi escolhido para representar o “povo palmeirense” na recepção do primeiro Bispo do município, ato que se repetiu por mais duas vezes, com o segundo Bispo, em 1978 e com o Terceiro, em 1985. Fonte: TORRES, Luiz Byron. Cronologia do escritor Luiz B. Torres, 1999. Disponível no Acervo do GPHIAL, op. cit. p. 19.

<sup>139</sup> Além do apoio dos políticos locais aos símbolos oficiais do município, podemos citar como exemplo a Indicação N° 06/73 que alertava ao “Prefeito Municipal a necessidade de que seja dada toda ajuda possível da municipalidade à escrita do livro ‘A terra de Tilixi e Txiliá’, escrita por Luiz Torres”. Fonte: Ata da 6° Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Palmeira dos Índios. 14/03/1973. Disponível no Acervo da Câmara Legislativa de Palmeira dos Índios, Livro XIX, p. 157.

município. Posteriormente, a oligarquia local, se sentindo ameaçada diante das mobilizações do povo Xukuru-Kariri pela recuperação de seu território, se apropriou dessas representações e as utilizou como forma de negação dos direitos dos indígenas.

Para os grupos dominantes era vantajosa a criação de uma narrativa historiográfica que exaltasse as particularidades históricas do município, singularizando-o em relação à capital do estado e que fosse escrita uma história que não reconhecesse efetivamente a presença indígena na contemporaneidade, pois esta poderia trazer “problemas” futuros. Além do apoio da municipalidade, aos primeiros escritores da história do município, a produção dessas narrativas foi marcada por um contexto sociopolítico favorável à criação de uma História Oficial e dos símbolos cívicos da municipalidade<sup>140</sup>.

Essas construções foram realizadas sob uma áurea de comemoração da dominação de um povo socialmente marginalizado, isolado nas serras e no Bairro Xucurus, como escreveu Graciliano Ramos<sup>141</sup>, porém lembrado em algumas esferas como um nobre antepassado, como um símbolo da vitória da “civilização” sobre a “selvageria”. Desse modo, embora a intenção de Luiz Torres fosse referenciar a presença indígena na

---

<sup>140</sup> Durante a segunda metade do século XX, a cidade de Palmeira dos Índios vivia um momento de desenvolvimento econômico e cultural, simbolizado por seus modernos cinemas, portanto a oligarquia político-econômica local sentiu a necessidade de ser singularizar em relação aos municípios circunvizinhos, principalmente de Arapiraca, que também experimentava um período de crescimento, rivalizando com aquela cidade. Nesse sentido, a então segunda maior cidade do Estado de Alagoas precisava de uma identidade histórica que justificassem sua existência. Informações fornecidas pela Professora Ana Cristina Moreira (2018).

<sup>141</sup> RAMOS, Graciliano. **Caetés**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

história de formação de Palmeira dos Índios, posteriormente, essas produções foram utilizadas por políticos e posseiros como forma de justificar propriedades rurais na área em disputa, a partir da negação dos direitos de um povo supostamente aculturado.

Devido ao seu pioneirismo, as produções de Luiz Torres passaram a ser ensinadas nas escolas palmeirenses, principalmente a narrativa de Tilixi e Txiliá. Desse modo, durante a segunda metade do século XX, principalmente a partir de 1968, as escolas municipais adotaram essa narrativa como material didático para o ensinamento sobre a origem do município<sup>142</sup>. A respeito do ensino da história local nesse período a professora Gilene Cerqueira<sup>143</sup> afirmou:

Na minha época se ensinava o hino de Palmeira dos Índios e ensinava a historinha de Tilixi e Txiliá, pronto. [...]. No contexto, assim, quando se dava aula de história, aí se falava que tinha índio quando chegava no... porque antigamente tinha livros, aí tinha capítulo tal... aí tinha capítulo que a gente tinha que falar sobre os habitantes do Brasil, os primeiros habitantes do Brasil, aí a gente já aproveitava e dizia: “olha, esses índios também tem aqui em Palmeira dos Índios, o nosso nome é em homenagem aos índios”, coisas assim... que não seja estudo profundo (MELO, 2018, informação verbal).

Embora o estudo não fosse aprofundado sobre a origem da cidade, ou mesmo sobre a presença histórica dos indígenas na região, existia uma preocupação em explicar o nome do

---

<sup>142</sup> Informações provenientes de conversas com professoras que atuaram em escolas públicas e privadas em Palmeira dos Índios no período.

<sup>143</sup> Foi professora de Português e Inglês em escolas públicas e privadas em Palmeira dos Índios durante 15 anos. MELO, Gilene Cerqueira. Entrevista em Palmeira dos Índios, 24/10/2018.

município, bem como de referenciar a identidade palmeirense a partir do Hino oficial<sup>144</sup>. O ensino não se restringiu apenas às escolas públicas, pois no Centro Educacional Cristo Redentor, historicamente restrito à educação dos filhos das famílias com maiores recursos financeiros também adotou essa metodologia de ensino<sup>145</sup>, contribuindo para a disseminação de imagens romantizadas sobre os indígenas<sup>146</sup>.

Além das escolas e das publicações de memorialistas locais, principalmente de Luiz Torres, a história do município é ensinada nos meios locais de comunicações; as rádios, em breves momentos, essencialmente quando da proximidade do aniversário da cidade, e os jornais palmeirenses, igualmente com destaque em datas comemorativas relacionadas ao município ou ao “dia do índio”. No entanto, como destacado, a posse dos meios de comunicação em Palmeira dos Índios pertence a político ou a

---

<sup>144</sup> Em março de 1973 foi aprovado projeto de Lei Nº CM – 03/73 que instruiu a obrigatoriedade do canto do hino do município nas escolas palmeirenses e em solenidades cívicas. Fonte: Ata da 3º Reunião Extraordinária da 1º Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Palmeira dos Índios. 05/05/1973. Disponível no Acervo da Câmara Legislativa de Palmeira dos Índios, Livro XIX, p. 158.

<sup>145</sup> Informações provenientes de conversas com professoras que atuaram em escolas públicas e privadas em Palmeira dos Índios nesse período.

<sup>146</sup> Este tipo de ensino é apontado pelos indígenas como um dos principais responsáveis pela visão estereotipada que parte da sociedade não indígena possui em relação ao índio. Nesse sentido, o criticam e destacam a necessidade de uma maior visibilidade do indígena no município. Assim, reconhecem a importância da aproximação iniciada por algumas escolas e professores que levam seus alunos para visitarem alguma das 09 aldeias Xukuru-Kariri, porém destacam que essa prática ainda é muito pouco utilizada, principalmente pela falta de incentivo do Governo Municipal. Informações provenientes de conversas informais com indígenas Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios.

famílias locais<sup>147</sup>, cujos membros ocupam terras na área identificada como território indígena. Desse modo, as poucas menções aos indígenas nesses espaços são e superficiais; muitas vezes esses meios são utilizados para fazer oposição aos indígenas.

Como exemplo podemos citar a série de matérias escritas pelo jornalista Ivan Barros, em 1998, e publicadas no *Jornal Tribuna do Sertão*, de sua propriedade. As matérias foram realizadas a partir de fragmentos de seu livro *Palmeira dos Índios: Terra e Gente* (1966) e de colunas de opinião do autor<sup>148</sup> sobre o processo de demarcação do território Xukuru-Kariri. Se utilizando de uma linguagem saudosista do passado palmeirense, Barros elogiou o trabalho de catequese realizado pelo Frei Domingos de

---

<sup>147</sup> Existem 4 rádios no município, todas pertencentes a políticos de famílias influentes na região: a Rádio Palmeira FM pertence ao político Edval Gaia, membro de uma família tradicional na política palmeirense e alagoana; a Rádio Sampaio FM é de propriedade da família do senhor Manoel Sampaio Luz, que foi prefeito do município e Vice-Governador de Alagoas, pai do ex-prefeito do município e proprietário do restaurante Maloca do Índio, Gileno Sampaio; a Rádio Vitória FM pertence ao advogado e ex-vice-Prefeito do município, Ricardo Vitória; a Rádio Farol FM é de propriedade do Deputado Federal João Henrique Caldas e dirigida pelo ex-Vereador de Palmeira dos Índios Denisval Basílio. Fonte: “Rádios aderem ao jornalismo on-line e lançam site”. Disponível em: <http://inhapiemfoco.com/news/2018/12/04/rádios-aderem-ao-jornalismo-on-line-e-lancam-sites/> Acesso em: 10 dez. 2018.

<sup>148</sup> Nessa série de reportagem, o destaque à opinião Ivan Barros sobre a história do município é devido à “sua visão de Promotor de Justiça, Jurista, historiador, (membro da Academia Alagoana de Letras) e, sobretudo, de palmeirense, que desde a juventude, dedica-se à pesquisa de nossa história”. Fonte: BARROS, Ivan. A questão indígena em Palmeira dos Índios e a estrutura fundiária do município: a história de nossos primevos e remanescentes. **Jornal Tribuna do Sertão**. 16/03/1998, p. 6. Disponível no Acervo do GPHIAL, op. cit. p. 19.

São José e enfatizou a aceitação dos “pacatos” índios a essa doutrinação.

O autor analisou as disputas territoriais entre indígenas e posseiros, bem como o andamento do processo de demarcação, do ponto de vista jurídico, se apoiando em fragmentos do Estatuto do Índio para justificar a posse dos fazendeiros locais e defender o fim da tutela da FUNAI sobre os Xukuru-Kariri, uma vez que para ele todos são aculturados e integrados<sup>149</sup>. Nesse sentido, criticou as retomadas realizadas pelos indígenas, por ele denominadas de “invasões”, e a atuação de missionários do CIMI, que seriam interesseiros e manipuladores. Diante disso, percebemos que a presença de indígenas na história do município interessa às camadas dominantes somente quando estes não reivindicam a efetivação de direitos, principalmente a posse do território tradicional.

A estratégia para a manutenção de uma suposta identidade indígena do município foi a negação dos indígenas que historicamente habitam a região, a partir da disseminação de narrativas fundamentadas na ideia de que os Xukuru-Kariri haviam desaparecido enquanto povo, mas teriam contribuído sobremaneira para a formação de Palmeira dos Índios, principalmente a partir da herança de sua imagem exótica para a construção de uma identidade local que o tomou como aspecto inerente ao seu desenvolvimento, porém não o considerou como membro da nova sociedade que se formou em seu território.

---

<sup>149</sup> Id. Ibid.

### 3.2. Reações às mobilizações do povo Xukuru-Kariri

A romantização dos indígenas em Palmeira dos Índios, iniciada por Luiz Torres, foi implementada por uma série de imagens e publicações de estudiosos da história palmeirense que seguiram essa linha de análise. No entanto, diferente de Luiz Torres, alguns escritores locais, como Ivan Barros e José Delfim da Motta Branco, foram além da negação do protagonismo indígena; estereotipando os indígenas em seus escritos e deflagrando ataques contra esse povo, contribuindo, desse modo, com a disseminação de estereótipos e calúnias. Essa visão também esteve presente em discursos e declarações, quando atuaram como advogados de grandes posseiros de terras indígenas.

Em 1994, quando indígenas Xukuru-Kariri retomaram a área de duas fazendas<sup>150</sup> situadas no entorno da Aldeia Mata da Cafurna, Ivan Barros, na condição de advogado dos “proprietários” das áreas ocupadas, foi um dos responsáveis por articular um movimento de difamação pública dos indígenas no município de Palmeira dos Índios por meio de rádios locais e de carros de som que circulavam pela cidade<sup>151</sup>. Como é citado na documentação consultada e nos relatos de lideranças Xukuru-Kariri, o objetivo do advogado e de seus clientes era contestar o direito indígena sobre as áreas em litígio e conseguir o apoio da população no embate contra os índios.

---

<sup>150</sup> As retomadas aconteceram em 22/08/1994, em duas fazendas cujas terras estavam ocupadas pelos posseiros Hélio Alves de Carvalho e Leopoldino Torres, com áreas de 162 e 121 hectares, respectivamente. Documentação disponível no Acervo do CIMI/AL, op. cit. p. 21.

<sup>151</sup> “Fazendeiros da região costumam fazer ameaças”. **O Jornal**. Maceió. 17/11/1994, p. 4. Disponível no Acervo do CIMI/AL, op. cit. p. 21.

As retomadas dessas áreas foram motivadas pela morosidade no andamento do processo de demarcação das terras indígenas, que haviam sido identificadas em um estudo antropológico realizado em 1988<sup>152</sup> e pelo objetivo de parar os desmatamentos que estavam sendo realizados nessas áreas<sup>153</sup>. Durante a ocupação, a FUNAI não deu assistência aos indígenas, que dispunham de poucos alimentos, inclusive alguns conseguidos pelo CIMI, que atuou durante o processo, principalmente com orientação e suporte jurídico<sup>154</sup>.

Durante essa disputa, algumas lideranças indígenas e missionários do CIMI foram ameaçados de morte; um indígena foi assassinado e outro desapareceu<sup>155</sup>. A articulação estabelecida entre os posseiros nessas áreas demonstrou o poder que os fazendeiros possuem no município<sup>156</sup>. Logo após a ocupação da área, os posseiros se articularam com as polícias, Civil e Militar, para expulsar os índios com o uso da força e aparatos legais do Estado. Para tanto, a estratégia utilizada pelos foi a aprovação de

---

<sup>152</sup> Estudo realizado pela Antropóloga Maria de Fátima Campelo Brito a qual identificou uma área de 13.020 hectares para o povo Xukuru-Kariri, seguindo os princípios previstos no processo de demarcação iniciado no século XIX (CARRARA, 2016).

<sup>153</sup> Fonte das informações; POVO XUKURU-KARIRI. Carta aberta as autoridades, a sociedade organizada e as entidades não governamentais. Maceió, 24/08/1994; PERREIRA, José. Posseiros desmataram a maior parte das terras. *Jornal Gazeta de Alagoas*. 28/08/1994, p. 5. Documentos disponíveis no Acervo do CIMI/AL, op. cit. p. 21.

<sup>154</sup> Fonte: Acervo do CIMI/AL, op. cit. p. 21.

<sup>155</sup> “Pistoleiros matam e ferem índios Xucuru-Cariri”. *O Jornal*. Maceió. 17/11/1994, p. 3. Disponível no Acervo do CIMI/AL, op. cit. p. 21.

<sup>156</sup> Diante dessa situação os indígenas tinham receio de circularem pela cidade e de se identificarem como índios quando estavam fora das aldeias. Fonte: entrevistas com indígenas Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios, outubro de 2018; “Igreja denuncia fazendeiros de Palmeira”. *Jornal Gazeta de Alagoas*. 09/10/1994, p. 4. Disponível no Acervo do CIMI/AL, op. cit. p. 21.

um pedido de reintegração de posse, na justiça, sob a justificativa de que a área havia sido invadida por colonos, ou seja, ocultando que se tratavam de indígenas que reclamavam a posse de um território imemorial.

Acreditavam os posseiros que a partir da apresentação das escrituras de compra e venda e com depoimentos de testemunhas o Juiz rapidamente aprovaria tal pedido. Uma vez conseguido o documento, a polícia seria acionada e os indígenas expulsos por meio da força. A articulação era tal, que a polícia chegou a “invadir” com capangas armados<sup>157</sup> a área ocupada pelos indígenas em ação comandada pelos delegados, regional e distrital, de Palmeira dos Índios<sup>158</sup>. No entanto, o Juiz responsável tomou conhecimento de que os referidos ocupantes eram indígenas e passou o caso para a instância federal, como previa a legislação<sup>159</sup>. Como foi citado em um dos documentos<sup>160</sup> de denúncia produzido pelo CIMI/AL:

---

<sup>157</sup> Na documentação consultada, as áreas retomadas pelos indígenas foram invadidas por 20 homens armados com revólveres e espingardas, dentre os invasores os índios identificaram oito homens que vestiam coletes da Polícia Civil. Os indígenas denunciaram o posseiro Hélio Alves de Carvalho como mandante do atentado, e exigiram providências da FUNAI. Documentação disponível no: Acervo do CIMI/AL, op. cit. p. 21.

<sup>158</sup> Após as denúncias do envolvimento da polícia local na invasão do território ocupado pelos indígenas, os delegados, regional e distrital, de Palmeira dos Índios foram remanejados para outra cidade. Fonte: “afastado delegado que invadiu área indígena”. **Jornal Gazeta de Alagoas**. 29/09/1994, p. 3. Disponível no Acervo do CIMI/AL, op. cit. p. 21.

<sup>159</sup> ASSUMPCÃO, Fábia. Justiça mantém índio em terra ocupada. **Jornal Gazeta de Alagoas**. 28/08/1994, p. 5. Disponível no Acervo do CIMI/AL, op. cit. p. 21.

<sup>160</sup> Documento de denúncia e solicitação de providência as autoridades competentes sobre os conflitos pelo território Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios, 29/08/1994. Disponível no Acervo do CIMI/AL, op. cit. p. 21.

Durante todo o tempo, o Sr. Hélio Alves de Carvalho e o Sr. Leopoldo Manoel Torres fizeram uso da rádio local [...], para caluniar, discriminar e jogar a sociedade contra o povo indígena, articularam todos os fazendeiros da região, realizaram atos públicos com carros de som e em seus discursos, chamaram os índios de vândalos, saqueadores, preguiçosos, vagabundos, que iriam tomar toda a cidade, etc. Salientamos que estas ações também foram coordenadas pelo Sr. Ivan Barros, historiador, advogado e ex-promotor público da cidade de Palmeira dos Índios (DOCUMENTO DE DENÚNCIA, 1994, p. 1994).

A estratégia da divulgação de informações falsas e caluniosas, juntamente com a desinformação da população palmeirense sobre os indígenas, contribuiu para reunir aliados contra as mobilizações dos Xukuru-Kariri; trata-se de uma tática recorrentemente usada pela oligarquia local para negar os direitos dos indígenas. De acordo com a Professora Cristina Moreira<sup>161</sup>, que possui uma pequena propriedade próxima à área identificada como território indígena, a FUNAI foi uma das responsáveis pelo clima de medo que se instalou no município após a notícia da possibilidade da demarcação, pois não informou a população sobre como se daria o processo de indenização das bem-feitorias dos grandes posseiros e de reassentamento, por meio do INCRA, dos pequenos posseiros:

Então, os fazendeiros se apoiaram nessas coisas aí, não era na terra grande deles. Aí começaram a dizer que o povo ia perder tudo... eu ainda confiava que tinha que ter algum jeito, tinha que ter uma maneira, mas o seu Toinho, que é analfabeto, que só tem aquele

---

<sup>161</sup> MOREIRA, Ana Cristina de Lima. Entrevista em Palmeira dos Índios, 21/11/2018.

pedacinho... [...]. Então, isso daí, causou... então eles chamavam para essas reuniões e eu não participei, [...]. Mas, eles diziam assim, que era para defender a cidade, porque vinha um processo, [...]. E as rádios convidavam também! Porque? Porque o dono das rádios, um dos donos, o Ricardo Vitório, fazendeiro, Sampaio, [...] (MOREIRA, 2018, informação verbal).

Como apontado pela documentação analisada, durante todo o processo a FUNAI se mostrou omissa às mobilizações dos Xukuru-Kariri, sendo acusada pelos indígenas de não estar empenhada no processo de demarcação<sup>162</sup>. Missionários do CIMI acusaram Órgão de compactuar com os grupos econômicos locais<sup>163</sup>. Nesse contexto, os posseiros aproveitaram a situação para afirmar que a FUNAI era contrária às mobilizações dos indígenas, segundo os representantes do Órgão<sup>164</sup>.

Após as acusações de omissão, a FUNAI confirmou que a interrupção da assistência era resultante da falta de recursos financeiros, porém, não se posicionou contrária às retomadas territoriais e acionou a Polícia Federal para garantir a segurança

---

<sup>162</sup> Durante todo o período da retomada, as lideranças indígenas denunciaram a omissão da FUNAI, que além de não assistir os indígenas com alimentos e materiais básicos, não forneceu apoio jurídico, inclusive não comparecendo em reuniões e audiências. “índio vão à justiça lutar por suas terras”. **Jornal Gazeta de Alagoas**. 18/09/1994, p. 3. Disponível no Acervo do CIMI/AL, op. cit. p. 21.

<sup>163</sup> FUNAI acusada de omissão: “CIMI diz que fundação compactua com os grupos econômicos”. **Jornal Correio de Alagoas**. 28/10/94, p. 2. Disponível no Acervo do CIMI/AL, op. cit. p. 21.

<sup>164</sup> Não encontramos a fonte da suposta afirmação pública do dirigente do Órgão sobre as retomadas realizadas pelo povo Xukuru-Kariri. O citado relato dos posseiros Leopoldo Torres e Hélio Carvalho foi transcrito pelo jornal **Gazeta de Alagoas**. “CIMI é acusado por fazendeiros de pressionar igreja na invasão”. **Jornal Gazeta de Alagoas**. 23/10/94, p. 4. Disponível no Acervo do CIMI/AL, op. cit. p. 21.

dos indígenas durante a ocupação<sup>165</sup>. A manipulação de informações, presente nesse contexto de disputas pelo território na tentativa de cooptar a opinião pública, é uma prática recorrente, ainda na atualidade, em Palmeira dos Índios, quando o assunto é a demarcação das terras indígenas.

Ainda sobre Ivan Barros, é possível perceber que a relação de amizade que este possuía com políticos e latifundiários locais foi um dos motivos pelos quais o escritor assumiu a posição de defesa desses “proprietários”. Seguindo o estilo adotado nos escritos sobre a história do município, Barros utilizou o discurso de negação do protagonismo dos indígenas como argumento para criticar as mobilizações nos casos em que atuou como defensor de posseiros. Em 1998, o autor defendeu a “emancipação dos indígenas”, afirmando que estes estavam desfrutando de direitos civis e integrados à sociedade palmeirense<sup>166</sup>.

Em 2004, o advogado conseguiu uma ação de reintegração de posse das fazendas Aparecida e Buzu, que estavam ocupadas<sup>167</sup> por indígenas Xukuru-Kariri, se utilizando, dentre outras alegações, do argumento de que tal ocupação era ilegal porque várias pequenas propriedades também haviam sido

---

<sup>165</sup> “Índios temem conflito em área invadida e pedem presença da PF”. **Jornal Gazeta de Alagoas**. 25/08/1994, p. 3. Disponível no Acervo do CIMI/AL, op. cit. p. 21.

<sup>166</sup> BARROS, Ivan. A tutela indígena. **Jornal Tribuna do Sertão**. 16/03/1998, p. 7. Disponível no Acervo do GPHIAL, op. cit. p. 19.

<sup>167</sup> Estas retomadas foram realizadas por cerca de 300 índios e se estendeu por duas semanas, até que o advogado Ivan Barros conseguiu uma Liminar de Reintegração de Posse em favor dos posseiros. “Justiça manda expulsar índios: liminar garante retorno de posseiros e clima é tenso em Palmeira”. **Jornal Gazeta de Alagoas**. 07/09/2004, p. 5. Disponível no Acervo do CIMI/AL, op. cit. p. 21.

“sitiadas” durante o processo, e que aqueles índios não tinham direito às terras, pois sequer eram da região<sup>168</sup>.

Nas publicações de Ivan Barros, a inferiorização dos índios aparece sempre disfarçada por um suposto estudo da presença indígena no município e do processo demarcatório, analisado a partir do ponto de vista jurídico. No entanto, as ambiguidades e contradições dos discursos e narrativas por ele produzidas não camuflam sua posição contrária às retomadas.

Para o autor, a solução para os problemas fundiários em Palmeira dos Índios seria a extinção da atuação da FUNAI e outros órgãos de apoio aos indígenas, uma vez que as retomadas de terras e mobilizações somente se justificam “na cabeça de ativistas do CIMI, que só aparece, na região, em períodos eleitorais, para confundir e induzir os nossos pacatos índios a métodos de violência e invasão de terras que não mais lhe pertencem em face da realidade histórica e econômica atual” (BARROS, 2011, p. 63).

Considerando o índio como incapacitado de protagonizar suas próprias mobilizações, Barros atribuiu aos órgãos e instituições apoiadoras dos indígenas a responsabilidade pelas retomadas territoriais. Desse modo, o argumento da “integração” e “adaptação” dos indígenas à sociedade palmeirense, além de supostamente justificar o fim da atuação da FUNAI entre os Xukuru-Kariri, serviria para tranquilizar a população em relação aos problemas territoriais no município, pois a neutralização das ações manipulativas desse órgão, bem como do CIMI, significaria a aquisição de terras “pelas vias legais, sem perturbar a ordem pública, nem causar comoção social” (BARROS, 2011, p. 63).

---

<sup>168</sup> Id. Ibid.

Embora as imagens de exaltação dos indígenas tenham prevalecido ao longo da história de Palmeira dos Índios, quando os Xukuru-Kariri se mobilizam pela garantia de direitos, especificamente a posse da terra, o discurso de uma origem indígena que fundamenta a “Taba Xucuru”<sup>169</sup> é esquecido, substituído por um sentimento de repúdio à presença indígena e ao que ela supostamente representaria para a cidade. Os argumentos que predominam nesses momentos evidenciam que a utilização de referências aos indígenas é sustentada em uma prática de exploração da sua imagem.

Sobre os discursos da oligarquia palmeirense frente às retomadas territoriais percebemos que as críticas se concentraram nas mobilizações e nos apoiadores dos Xukuru-Kariri, principalmente na atuação do CIMI, que durante as retomadas na Mata da Cafurna, em 1994, foi acusado publicamente por grandes posseiros e políticos palmeirenses de incitar os índios a “invadir” fazendas a mão armada e de pressionar o Bispo de Palmeira dos Índios a declarar apoio aos ocupantes<sup>170</sup>.

Tais argumentos se sustentavam na manipulação de informações e na desinformação da sociedade palmeirense, pois alguns anos antes, quando os indígenas fizeram as primeiras retomadas territoriais em áreas que compreendiam duas

---

<sup>169</sup> Expressão encontrada em vários documentos e matérias de jornais da segunda metade do século XX, assim como o termo “Terra dos Xucurus” era comum a denominação “Taba Xucuru” para se referenciar ao município de Palmeira dos Índios. Documentação disponível no Acervo do GPHIAL, op. cit. p. 19.

<sup>170</sup> “CIMI é acusado por fazendeiros de pressionar igreja na invasão”. **Jornal Gazeta de Alagoas**. 23/10/94, p. 5. Disponível no Acervo do CIMI/AL, op. cit. p. 21.

fazendas<sup>171</sup> circunvizinhas à Mata da Cafurna, em 1986, o Bispo de Palmeira dos Índios, Dom Fernando Lório Rodrigues, escreveu um documento<sup>172</sup> público declarando apoio aos Xukuru-Kariri, no qual denunciou os atos de violência cometidos contra os indígenas e criticou a “atitude de indiferença” da FUNAI. Segundo o Bispo, após a justiça conceder a reintegração de posse em favor dos posseiros, a execução da ordem foi feita por meio da força, pois:

[...], os auxiliares da execução da liminar judiciária invadiram a reserva indígena (o que é proibido), penetrando nas miseráveis cabanas dos índios, invadindo domicílios, revolvendo camas, devassando gavetas, e o que é pior, retirando enxadas, pás, facões (instrumentos de trabalho), [...]. É o momento de perguntar: quem fez pior o índio, que pacificamente, ocupou uma porção de terra, pressionados (sic) pela necessidade de sobreviver, ou os policiais que invadiram a reserva levando os pertences dos habitantes da aldeia? Que julgue a população palmeirense (RODRIGUES, 1986, p.1, Grifos do autor).

A defesa dos indígenas frente aos atos de violência dos quais foram alvo resultou de uma posição de relativa proximidade entre a Igreja Católica Romana em Palmeira dos Índios e os

---

<sup>171</sup> Em outubro de 1986 indígenas Xukuru-Kariri ocuparam duas propriedades, uma que estava sob a posse do comerciante Everaldo Garrote, outra que “pertencia” ao pequeno proprietário Pedro Benoni. Os conflitos existentes durante essas retomadas se deram apenas em relação às terras da área ocupada por Everaldo Garrote, que se recusou a aceitar o valor de indenização proposto pela FUNAI e articulou ações para intimidar os índios, inclusive com a utilização de capangas armados. Documentação disponível no Acervo do CIMI/AL, op. cit. p. 21. Para mais informações ver Martins (1994).

<sup>172</sup> Circular Nº 08/86. **Os índios da Cafurna**. Disponível no Acervo do CIMI/AL, op. cit. p. 21.

Xukuru-Kariri aldeados na Fazenda Canto<sup>173</sup>. Após a formação da Aldeia, membros da Igreja e de entidades de caridade realizaram obras de assistências aos indígenas, as ações foram organizadas pelo Padre holandês Ludgero Raaijmakers, que construiu uma Capela no aldeamento e realizou ações assistencialistas<sup>174</sup>. Segundo documentação do SPI, o religioso iniciou sua atuação entre o povo Xukuru-Kariri em 1952, indicado pelo Padre Alfredo Dâmaso, realizando obras de assistência social e econômica<sup>175</sup>.

Em 1966, o Diretor Geral do SPI, Coronel Hamilton Oliveira escreveu um telegrama ao Secretário de Agricultura de Alagoas elogiando as ações de assistências aos índios Xukuru-Kariri realizadas pelo Padre Ludgero, afirmando que as ações do religioso foram motivadas pelos “mesmos propósitos” almejados pelo Órgão indigenista e pela citada secretaria. Em vista disso, o Diretor concluiu o documento destacando sua esperança de que o trabalho realizado pelo Padre e pelo SPI resultariam “dentro em breve uma realidade efetiva para melhor integração de nosso remanescente índio no campo da agro-indústria regional”<sup>176</sup>.

Embora existam registros de alguns conflitos (MARTINS, 1994) entre agentes do Estado, representado pelo Órgão indigenista e membros da Igreja Católica Romana, as ações de

---

<sup>173</sup> Essa proximidade pode ser percebida mesmo antes da criação da Fazenda Canto, quando lideranças Xukuru-Kariri se articularam com o Padre Alfredo Dâmaso para conseguir o reconhecimento étnico frente ao Estado. Ver Bezerra (2018) e Silva Júnior (2013).

<sup>174</sup> Para mais informações ver Martins (1994).

<sup>175</sup> Ficha informativa dos missionários que trabalham entre os índios no posto indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 16/11/1965. Fonte: Rio de Janeiro. Museu do Índio. IR4, Caixa 183, Fot. 1055.

<sup>176</sup> Telegrama do Diretor Geral dos Índios, Coronel Hamilton Oliveira Castro ao Secretário de Agricultura do estado de Alagoas. 04/11/1966. Fonte: Rio de Janeiro. Museu do Índio. IR4, Caixa 185, Fotgs. 1613 e 1614.

religiosos e missionários no sentido de assistir aos indígenas foi constante na história local, revelando uma interação que pode ser entendida como um reflexo da posição de tutela assumida por ambos. Diante das agressões e ameaças direcionadas aos indígenas, a Igreja Católica Romana em Palmeira dos Índios se posicionou contra os atos de violência.

Durante os conflitos fundiários ocorridos em Palmeira dos Índios em 1994, além da Diocese no município e do CIMI, o Arcebispo de Maceió, Dom Edvaldo Amaral, denunciou as ações dos posseiros, que estava incitando a população contra os índios<sup>177</sup> e desmentiu as acusações de que o CIMI estava instigando os indígenas a ocupar propriedades e a descumprir as determinações judiciais referentes ao processo. No contexto, o CIMI divulgou uma nota oficial na televisão alagoana assinada pelo Arcebispo de Maceió e pelo Bispo de Palmeira dos Índios condenando as ameaças que “os índios e os integrantes do CIMI estavam recebendo de posseiros na região”<sup>178</sup>.

Ainda sobre a manipulação de informações e da utilização da imagem do índio, são exemplos das ações do escritor e advogado José Delfim da Motta Branco que, embora tenha sido uns dos responsáveis pela criação dos símbolos oficiais do município, não manteve uma relação de proximidade com os indígenas ou apoiou de alguma forma as suas mobilizações. Para o escritor, que foi advogado de alguns posseiros de terras indígenas no município, os Xukuru-Kariri não

---

<sup>177</sup> “Igreja denuncia fazendeiros de Palmeira. Jornal Gazeta de Alagoas”. 09/10/1994, p. 5. Disponível no Acervo do CIMI/AL, op. cit. p. 21.

<sup>178</sup> “Nota do CIMI à imprensa: índios Xukuru-Kariri ameaçados de massacre”, 29/08/1994. Disponível no Acervo do CIMI/AL, op. cit. p. 21.

eram realmente indígenas, mas “remanescentes aculturados e integrados à civilização” (BRANCO, 1998, p. 1).

Em um documento em defesa da legitimidade da posse dos ocupantes das áreas identificadas como indígenas, Branco fundamentou suas colocações contrárias à demarcação do território Xukuru-Kariri a partir do argumento de que esses índios não deveriam ser reconhecidos, pois haviam se afastado dos costumes ancestrais ao ponto da sociedade não indígena ter mais proximidade com as expressões socioculturais dos indígenas do que os “fraudulentos índios” habitantes no município (BRANCO, 1998).

Assim como Ivan Barros, argumentou que a legitimidade da posse a partir da ocupação histórica não se sustentava, uma vez que os Xukuru-Kariri teriam migrado para a região quando as terras já pertenciam aos portugueses, nesse sentido, argumentou que os indígenas eram os verdadeiros invasores<sup>179</sup>. Questionou a identidade dos indígenas no município, afirmando que estes não mantinham relações com costumes ancestrais, isto é, não expressavam os comportamentos que o autor julgava essenciais para a definição do grupo como indígena.

O advogado José Delfim da Motta Branco os descreveu como preguiçosos que não produziam nas terras que ocupavam, se alimentando de produtos oriundos da cidade, além de se utilizarem da “medicina dos brancos”. De modo geral, as expressões socioculturais e a identidade indígena foram questionadas, pois, o autor via as “manifestações religiosas” dos Xukuru-Kariri como formas de enganação da sociedade palmeirense.

---

<sup>179</sup> O autor se referiu à Sesmaria de Burgos, de posse de Dona Maria Pereira Gonçalves e seus Herdeiros.

O toré, tomado emprestado dos FULNIÔ, é para camuflar a falta de tradição que esqueceram e não preservaram... Na verdade os nossos “índios” gostam, mesmo, é do “rock-and-roll” e do “forró”!... danças típicas dos brancos! [...]. Qual, pois, a cultura que eles precisam preservar e, para isso, “necessitam” de terras, segundo o mentiroso dirigente do CIMI?! (BRANCO, 1998, p. 2).

O discurso de negação da identidade e dos direitos indígenas, proferido pelo advogado é recorrente no município, pois tais afirmações são provenientes da percepção dos indígenas como incapazes, dessa forma, as críticas muitas vezes são direcionadas aos funcionários da FUNAI e aos missionários do CIMI, que são acusados de instigar e patrocinar as ocupações indígenas. Para o advogado, a FUNAI seria um órgão governamental por meio do qual o dinheiro de não indígenas é utilizado para custear retomadas (BRANCO, 1999). Os membros da FUNAI e do CIMI, por sua vez, responsabilizaram os posseiros locais pela morosidade no processo de demarcação, em um “Relatório de Observação”<sup>180</sup>, produzido em 1994, a autora afirmou:

Está em curso o processo da demarcação das terras na sua segunda fase, sofrendo grande resistência por parte dos fazendeiros e posseiros da região, que lhes negam a condição de índio, negativa essa sempre ligada a expropriação de suas terras. Por isso o levantamento fundiário tem sido interrompido por várias vezes. [...]. A área está cercada por pequenos posseiros que mantém um relacionamento razoável

---

<sup>180</sup> OLIVEIRA, Auta Maria de. Relatório de observação: povo Xucuru-Kariri Fazenda Canto. Palmeira dos Índios. 1994. Disponível no Acervo do CIMI/AL, op. cit. p. 21.

com os índios; havendo um grande número de fazendeiros, que provocam ameaças e mortes, ficando sempre impunes (OLIVEIRA, 1994, p. 3).

O estudo dos conflitos fundiários em Palmeira dos Índios não pode ser realizado de forma separada de uma análise das formas de representação dos indígenas feitas pelos posseiros nas áreas indígenas, pois a atuação dessa oligarquia, no sentido de interferir no processo demarcatório, provoca interferências nas relações sociais e modificações nas interações cotidianas entre indígenas e não indígenas a partir da manipulação de informações objetivando o apoio contra a demarcação do território.

Como resultado dessa prática, que persiste na atualidade, os Xukuru-Kariri foram vistos ao longo da formação sócio histórica do município apenas como descendentes dos antigos e verdadeiros índios da região. Estando estes “remanescentes” ainda se apegando de forma ilusória, ou sob a influência da FUNAI e do CIMI, a uma suposta identidade indígena para conseguir algum benefício. Tal posição, contribui para a proliferação de discursos preconceituosos e imagens estereotipadas que se apoiam nos símbolos oficiais criados por José Delfim da Motta Branco e Luiz Barros Torres.

Políticos e posseiros de terras dentro da área identificada como indígena criaram, ao longo dos anos, uma rede de relações políticas com o objetivo de impedir o andamento do processo de demarcação do território Xukuru-Kariri. As influências, concretizadas em Palmeira dos Índios, onde a interação entre as principais famílias da oligarquia palmeirense opera em parceria com parte do poder político municipal, juntamente com a maioria dos meios locais de comunicação, no sentido de manipular a

opinião pública e ampliar o número de aliados contrários à demarcação, se estenderam para a esfera estadual e federal<sup>181</sup>.

### **3.3. Desconstruindo estereótipos: a história de Palmeira dos Índios na visão dos indígenas**

Além da análise das origens e motivações sociais que possibilitaram a criação de uma variada gama de referências imagéticas e narrativas construídas ao longo dos anos em Palmeira dos Índios, que muitas vezes atuam no cotidiano local como uma espécie de modelo da etnicidade indígena, objetivamos refletir sobre tais representações a partir dos posicionamentos de indígenas Xukuru-Kariri. Desse modo, buscamos, contrastar as imagens e narrativas discutidas anteriormente com relatos de memórias de alguns indígenas; refletindo sobre a história local e a participação do povo Xukuru-Kariri nessas narrativas a partir da visão dos indígenas sobre o lugar que lhes foi reservado nessas publicações.

Desse modo, buscamos refletir, de forma mais aprofundada, não apenas sobre suas concepções a respeito das representações, mas, também, sobre a compreensão das

---

<sup>181</sup> Como destacado no capítulo anterior, as articulações dos grandes posseiros de terras indígenas, representantes do comércio e de instituições palmeirenses, juntamente com políticos locais nos esforços para impedir o processo de demarcação, em 2010, demonstraram que as alianças da oligarquia local ultrapassaram os limites de Palmeira dos Índios se estendendo à capital do estado de Alagoas e a Brasília. Desse modo, além de Vereadores palmeirenses e do então Prefeito do município, contou com o apoio de políticos como o Deputado Estadual Renan Filho, atual Governador do estado de Alagoas, e dos Senadores Renan Calheiros e Collor de Mello. Informações presentes no memorando de uma reunião do *Movimento Palmeira de Todos* no gabinete do então Senador Fernando Collor de Melo, 15/08/2013. Documentos disponíveis no Acervo do GPPIAL, op. cit. p. 19.

relações entre esses atores sociais e o contexto sócio histórico no qual estão inseridos. Portanto, não pretendemos apenas relatar opiniões contrárias aos símbolos e narrativas analisadas, mas reconstruir, a partir da memória coletiva (HALBWACHS, 2006) dos Xukuru-Kariri, os aspectos narrativos e identitários que formam a autoimagem do povo indígena.

Durante a realização de entrevistas e em conversas informais com indígenas das 09 aldeias Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios<sup>182</sup>, percebemos que as memórias individuais e coletivas do povo indígena são permeadas por mobilizações em busca da reconquista de seu território<sup>183</sup>. Desse modo, a identidade indígena é descrita pelos Xukuru-Kariri, dentre outros aspectos, como o pertencimento a uma coletividade étnica inserida em um contexto sócio histórico no qual as imposições culturais, espoliações territoriais e preconceitos contra o índio são constantes.

Além do conhecimento cultural e da vivência religiosa, o pertencimento à etnia Xukuru-Kariri é delimitado por memórias e experiências de mobilizações e resistências diárias que fortalecem a busca pela efetivação de direitos que lhes foram negados durante anos, principalmente o acesso ao seu território imemorial. Como relatou o Pajé da Aldeia Fazenda Canto, Celso Celestino<sup>184</sup>:

---

<sup>182</sup> Ver mapa das aldeias Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios, página 43.

<sup>183</sup> Destacamos que além das dificuldades de acesso à terra e das mobilizações em prol da efetivação de direitos, a memória do grupo é marcada por conflitos internos que atingiram o povo, resultando em episódios de violência e na fragmentação do grupo.

<sup>184</sup> CELESTINO, Celso. Entrevista realizada na Aldeia Fazenda Canto, território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL. 26/10/2018.

Na última retomada que nós fizemos, em 2011, a gente teve momento de tá... em ter que praticamente se esconder, não andar na cidade, todo mundo é... influência do sistema político da cidade e o apoio que nós não tinha do próprio prefeito na época, porque é posseiro, de deputados que é posseiro de nossa terra, vereadores que são todos eles posseiros e, assim, a visão é muito forte, né? E a gente não se sente bem, na realidade, de tá livre dentro de Palmeira dos Índios, a perseguição é muito grande, principalmente nas lideranças. [...]. Mas é isso a situação e quando você... em questão da demarcação de terra que aí se expande, quando a FUNAI vem fazer projetos e começa a trabalhar dentro da área, então a nossa visão ela fica uma visão muito forte dentro de Palmeira dos Índios, de inimigos inclusive. E aí os cara começa a jogar o posseiro, o pequeno, o pequeno posseiro... começa a incentivar, a dizer que vão ficar sem terra, que os índios vão tomar, que o desenvolvimento de Palmeira não vai acontecer, que vai acabar com a cidade (CELESTINO, 2018, informação verbal).

O relato evidencia a atuação dos grandes posseiros, que se utilizam de sua influência política e econômica para conseguir aliados contra a demarcação, não apenas a partir do questionamento dos direitos dos indígenas sobre a posse do território reivindicado, mas, também, da propagação de estereótipos que atuam como instrumentos para questionar a legitimidade da posse e mesmo a etnicidade desse povo. Como resultado, parte considerável da população não indígena no município, “com a qual o índio não tem qualquer conflito”<sup>185</sup>, é convencida para ser contrária a demarcação.

---

<sup>185</sup> Afirmação do Cacique da Aldeia Riacho Fundo. Fonte: SANTOS, Edjalmo Ramos de. Entrevista realizada na Aldeia Riacho Fundo, território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL. 26/11/2018.

Essas ações difamatórias estão presentes nas memórias dos indígenas, principalmente das lideranças. Como relatou Tanawy<sup>186</sup>, liderança da Aldeia Mata da Cafurna, que estudou parte do Ensino Fundamental e o Médio em uma escola situada na cidade de Palmeira dos Índios, a convivência com não indígenas, principalmente nos períodos de mobilizações pela demarcação, foi marcada por tensões resultantes dos comentários sobre o processo.

Foi um impacto grande, a gente, os índios na hora de intervalo, ou... alguma coisa, só ficava junto. Não se separava de ninguém, sofria discriminação. Era acuado no canto da escola. [...]. Na época que eu estudava, a gente tava em processo já, demarcatório, e muitas vezes, professores, até professores queria explicação da gente. E a gente era criança, eu tinha entre doze, treze anos, e a gente não sabia explicar nada do processo, como o processo tava andando. E a gente era cobrado dentro da escola por conta disso. E a gente se sentia acuado. [...]. E acabava que até, a gente ficava tão acuado que não acompanhava o ensinamento dentro da escola (TENÓRIO, 2018, informação verbal).

O relato demonstrou que os reflexos da demarcação alcançam variados espaços de sociabilidade e reflexão no município. Sobre as pressões e preconceitos vivenciados durante os anos escolares, o entrevistado, assim como outros indígenas que relataram experiências parecidas, afirmou que este momento difícil, também, mostrou-se importante, pois possibilitou o desenvolvimento de “táticas de defesa” motivando “que a gente

---

<sup>186</sup> TENÓRIO, Tanawy de Souza. Entrevista realizada na Aldeia Mata da Cafurna, território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL. 12/10/2018.

lute pra que nossos filhos, nossos netos, não passem por isso, e graças a Deus a gente conseguiu essa parte”<sup>187</sup>.

Em relação às várias referências existentes no município sobre o índio na história e no cotidiano local, os Xukuru-Kariri entrevistados as descreveram de duas formas distintas. De um lado, as representações imagéticas e esculturais são vistas como um meio de lembrar, mesmo que de forma romântica, a origem indígena da cidade, desse modo, assim como o nome do município, essas referências serviriam para lembrar a constante presença indígena na história e no cotidiano local. Este posicionamento reflete a necessidade de ressignificar as representações existentes como forma de proporcionar visibilidade aos indígenas diante da negação e das tentativas de silenciamento utilizadas pela oligarquia local. Citamos como exemplo desse posicionamento a crítica de alguns indígenas à retirada de um monumento alusivo ao nome do município, que estava exposto em uma das entradas da cidade.

O referido monumento era formado por uma escultura de uma palmeira, ladeada por duas estátuas representando o casal de índios protagonistas da lenda de fundação da cidade. A retirada das esculturas e sua substituição por um busto gigante do escritor Graciliano Ramos foi questionada por alguns indígenas, pois essa ação foi vista como uma estratégia que os grupos opositores utilizaram para tentar negar a presença indígena na história e no cotidiano do município, em face da exaltação de um escritor “forasteiro que falou muito mal do índio”<sup>188</sup>. Sobre o escritor Graciliano Ramos, Tanawy,

---

<sup>187</sup> Id. Ibid.

<sup>188</sup> FERREIRA, José Carlos Araújo. Entrevista realizada na Aldeia Cafurna de Baixo, território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL. 07/11/2018.

rememorando as palavras de uma das lideranças mais antigas na Aldeia Mata da Cafurna, afirmou:

O verdadeiro pilar desse município, a verdadeira história, o fundamento desse município é os povos indígena, é a raiz. [...]. Graciliano ele não escreveu um livro falando do povo Xukuru-Kariri, porque? Porque ele é ponta de rama, e nós somos raiz. Então nós perdoa ele por isso, porque ele é ponta de rama, ele não é raiz. Nós somos raiz, nós somos o tronco dessa cidade, então quem tem que falar da nossa história somos nós! É a gente que tem que mostrar pra os cidadão a nossa história, que nós não somos o retrocesso, nós somos a resistência dessa cidade. É nós que mantem a água limpa, as nascentes limpas; é a gente que mantem o ar puro, da cidade; a área de preservação é nossa. Mesmo com pouca terra, a maior parte da produção de alimento de Palmeira dos Índios é a gente que produz (TENÓRIO, 2018, informação verbal).

Ainda sobre o monumento em homenagem ao nome do Município, alguns indígenas e não indígenas que moram na cidade, relataram que as estátuas foram retiradas a mando do então Prefeito municipal, James Ribeiro, que é posseiro de terras situadas na área de demarcação. Após o descarte, as estátuas foram recolhidas por funcionários da Universidade Estadual de Alagoas/UNEAL e até o momento estão expostas na entrada do Campus da instituição em Palmeira dos Índios. Sobre este episódio, o Cacique Edjalmo<sup>189</sup>, habitante na Aldeia Riacho Fundo, afirmou:

Aquelas duas estátuas ali, que... na realidade elas ficavam ali na chegada de Palmeira, na rodoviária, e quando elas tavam lá, você vê, até uma estátua, o que

---

<sup>189</sup> SANTOS, Edjalmo Ramos de. Entrevista realizada na Aldeia Riacho Fundo, território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL. 26/11/2018.

que... que mal faz uma estátua? [...]. Quer dizer, se a Palmeira é nossa... eles não aceita, mas a Palmeira é do índio, a verdade é essa, é bem lembrado colocar sim! [...]. Que na realidade, quando tiraram aquelas estátuas, foi quando, [...], queriam até mudar o nome de Palmeira dos Índios. Mas aí não conseguiram não... eles achavam que mudando o nome de Palmeira dos Índios, pronto, aí morrer os índios. Mas, eles se enganaram e muito, como tão enganados em muita coisa, a verdade é essa (SANTOS, 2018, informação verbal).

Ao considerar que o contexto no qual as estátuas foram retiradas correspondeu a um momento de tensões sobre a possível demarcação do território indígena, culminando na ação de políticos municipais e estaduais na tentativa de mudar o nome do município<sup>190</sup>, percebemos que os atos objetivaram silenciar a presença indígena no município, de modo a negar direitos. Nesse sentido, as críticas dos indígenas não se fundamentam na defesa dos objetos em si, mas na sua ligação com o nome do município, uma vez que esta é a mais antiga e difundida referência à presença histórica dos indígenas nas terras onde a cidade se formou.

---

<sup>190</sup> Além da mencionada tentativa do então Deputado Estadual Gervásio Raimundo, em 2003, de mudar o nome de Palmeira dos Índios, destacamos que neste mesmo ano o então Vereador José Clóvis Soares Leite colocou em votação uma indicação que previa um “apelo ao prefeito visando com urgência, realizar um plebiscito com a população palmeirense no sentido de viabilizar a mudança do atual nome do município [...], pois palmeira é de todos nós, e não só dos índios, [...]”. A indicação foi rejeitada pela Câmara, obtendo apenas o voto favorável do autor. Fonte: Ata da 34º, 35º, 36º, 37º e 38º Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Palmeira dos Índios. 27/06/2003. Disponível no Acervo da Câmara Legislativa de Palmeira dos Índios, Livro XXXVII, p. 166.

Por outro lado, as representações são vistas como produtos de uma exploração da imagem do índio enquanto símbolo de uma sociedade formada a partir da invasão de um território pertencente ao povo Xukuru-Kariri. Uma sociedade moldada por um conjunto de imagens e narrativas que descrevem o índio como um aspecto folclórico inerente à formação do município, em detrimento do índio que resistiu e foi protagonista de sua história. Sobre essa “exploração”, o indígena Tanawy afirmou que tais construções compõem:

Uma história mentirosa. Uma coisa que não existe! Porque é a mesma coisa que aprender sobre mula sem cabeça, [...]. É folclórico... é uma coisa mentirosa porque são coisas que não existe. É uma falta de respeito à nossa cultura. Deixar de mostrar o que realmente é nosso, com a nossa autorização, [...]. Na realidade, a sociedade de Palmeira dos Índios, essa que faz essas coisas, é isso que elas querem pra os indígenas. É os indígenas do passado, lá no seu cantinho, calado. E que eles podem fazer o que eles quiserem e atacar e desfazer e a gente continuar calado. Mas a gente não aceita mais, a gente não aceita mais isso (TENÓRIO, 2018, informação verbal).

Essas afirmações evidenciam as críticas dos indígenas entrevistados às representações estereotipadas sobre sua imagem e expressões socioculturais dos índios pela sociedade não indígena para um sentido a uma narrativa que não contribui para as mobilizações indígenas por direitos, mas provoca a propagação e o fortalecimento de preconceitos em relação aos Xukuru-Kariri, colocando em dúvida a própria etnicidade do povo. O entrevistado afirmou ainda que para a história e para a sociedade palmeirense interessa somente a representação do índio obediente e relegado ao passado.

Essa constatação tem como base crítica a negação dessas representações desconectadas da situação sócio-histórica do povo Xukuru-Kariri, a exemplo da lenda de Tilixi e Txiliá. Na análise de Ferreira (2015), essa narrativa fundacional possuiu um caráter singular; não pode ser considerada como um mito, pois não foi fundada a partir de memórias, da oralidade e ou da tradição dos indígenas, nem pode ser tomada como um relato histórico, por não haver relação de verossimilhança entre a narrativa e os acontecimentos históricos. Segundo autor, trata-se de um relato literário que adquiriu o status de “versão oficial” para a gênese do povoamento de Palmeira dos Índios.

De modo semelhante à análise do referido professor, os indígenas entrevistados não reconhecem essa narrativa como originária do seu povo ou como um relato presente em sua memória coletiva, tampouco a consideram como benéfica para as suas mobilizações por direitos. A folclorização do índio é amplamente criticada pelos Xukuru-Kariri, principalmente pelas lideranças mais jovens que, com maior nível de escolarização analisam de forma mais aprofundada as produções escritas dos não indígenas, formulando questionamentos sobre a “imagem” do índio no município.

Nesse sentido, ao observamos os posicionamentos dos indígenas sobre a atuação do escritor Luiz Torres, percebemos que existem duas concepções sobre o memorialista. Pois alguns dos entrevistados, principalmente os mais velhos, o descreveram como um aliado, considerando que escreveu sobre a presença indígena em um momento no qual “não se falava de índio” no município. Em um contexto em que a única referência era o nome do município e os “descendentes” de índios habitando a Aldeia Fazenda Canto. As lideranças mais jovens, por sua vez,

criticaram as produções do escritor, afirmando que estas favoreceram a mitificação e, mesmo não sendo a intenção do escritor, contribuíram para a disseminação de estereótipos no município.

As críticas sobre as produções do escritor podem ser compreendidas como análises realizadas a partir das situações vivenciadas pelo povo Xukuru-Kariri na atualidade, pois “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente” (HALBWACHS, 2006, p. 75-76). Alguns indígenas não percebem tais narrativas como produtos de uma tentativa de os inserir na história local, mas como uma narrativa que referenciou um índio fantasioso e desconsiderou as situações de invasão territorial, perseguições e resistências, presentes nas memórias do povo Xukuru-Kariri. Para o indígena José Carlos Ferreira, liderança na Aldeia Cafurna de Baixo:

O Luiz Torres, ele se dizia ser amigo dos índios. Ele foi um cara que sempre andou aqui na Cafurna, ele tinha uma relação, mas uma relação de esperteza. Se aproveitava da ingenuidade dos índios, na época... as dificuldades, principalmente. A ingenuidade, porque não tinha esse mesmo entendimento. [...]. Então assim, ele se chegava aqui dizendo ser amigo, mas era pra explorar o que os índio tinham, pra se dá bem com imagem do índio, com a história do índio, com os artefatos dos índios. Então assim, ele foi um cara que, assim, criou... prejudicou a nós com uma história diferente, porque ele contou no livro uma história que não é real, ele criou uma lenda; Tilixi e Txiliá, e a história dos povos indígenas não diz isso, é uma história... a história nossa é uma história de sofrimento, de perseguição, de derramamento de sangue (FERREIRA, 2018, informação verbal).

As contestações dos escritos de Luiz Torres não são apenas nas narrativas romantizadas, nas imagens idealizadas, mas no que elas substituíram, ou seja, uma história marcada por esbulhos territoriais, trocas culturais, perseguições, resistências e mobilizações indígenas. Nesse sentido, ao analisar a trajetória de seu povo a partir do prisma dos problemas atuais, o entrevistado descreveu a aproximação entre o escritor e os indígenas como uma relação de exploração da situação de fragilidade socioeconômica na qual os indígenas se encontravam. Atualmente, a educação é descrita como um dos principais meios para a garantia de direitos. Como afirmou o Pajé Celso Celestino:

Eu acho que o que incomoda hoje é porque hoje nós temos pessoas que pensam, temos pessoas estudantes... indígenas que tão crescendo, que tá estudando a sua história, estudando a sua cultura e que tá envolvido ali dentro e começando a descobrir a situação passada, porque antigamente a situação era de uma maneira, chegaram, enganaram, tomaram o que era nosso e hoje eles não tem condições de tomar o que é nosso. Hoje, a gente tá tentando retomar tudo que tiram da gente, é difícil? Vai ser. São quinhentos e dezoito anos de sofrimento, de sofrimento e de resistência do nosso povo, principalmente do nosso povo Xukuru Kariri, mas a gente vai tá aqui vivo sempre lutando por isso, e mostrando pra sociedade que nós somos trabalhadores, não somos vagabundos, não somos ladrões e não somos maconheiro (CELESTINO, 2018, informação verbal).

Além de ressaltar a importância da educação como uma forma de protagonismo e fortalecimento das mobilizações indígenas, é possível perceber, nas falas dos entrevistados, a necessidade do uso da educação como um instrumento de combate aos preconceitos e estereótipos, sobre os indígenas,

expressos pela “sociedade palmeirense”. O objetivo aparece vinculado à necessidade de dar visibilidade à presença indígena, contribuindo para as reivindicações, pois o desconhecimento resultou na visão do índio ora como um “álbum fotográfico”<sup>191</sup>, ora como um inimigo do município.

Os indígenas entrevistados afirmaram que isso ocorre porque a população não indígena no município conhece o povo Xukuru-Kariri habitante nas serras em torno da cidade a partir de notícias de rádios locais, de matérias que leem em jornais ou do que observam nas representações existentes em Palmeira dos Índios. Desse modo, as imagens presentes no cotidiano local, juntamente com os discursos dos posseiros sobre os indígenas, contribuem para a perpetuação das exaltações de um índio idealizado do passado em contraste com a negação e silenciamento dos indígenas na atualidade. Nesse sentido, o senhor Antônio Celestino, importante liderança Xukuru-Kariri, afirmou:

Antigamente, as escolas, os professores e as faculdades não ligava pra o povo, fazia a história do Brasil direto, sem falar em povos indígenas, nós entramos em um genocídio tirano, o povo Xukuru-Kariri também não tinha como se salvar, em um processo de extermínio. Hoje, tá se voltando o resgate de reviver e assim com essas oportunidades a civilização moderna tá querendo fazer uma história verdadeira, por que a velha está errada (CELESTINO, 2018, informação verbal).

Sobre o contexto de referências a um índio que não existe, negando os indígenas presentes no cotidiano local, os

---

<sup>191</sup> TENÓRIO, Tanawy de Souza. Entrevista realizada na Aldeia Mata da Cafurna, território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL. 12/10/2018.

entrevistados destacaram a importância das igaçabas para o reconhecimento do povo no início da segunda metade do século XX. Ao longo das entrevistas, as escavações realizadas por Carlos Estevão foram lembradas pelos indígenas como um momento importante na busca pelo reconhecimento. Nesse sentido, o território reivindicado pelo povo Xukuru-Kariri é “revestido de significado simbólico” (DÓRIA, 2008, p. 17) e os cemitérios arqueológicos ainda são utilizados como prova da posse imemorial indígena sobre tal área.

Existe certa reserva dos indígenas quanto a retirada desses artefatos no solo que afirmam ser sagrado, no entanto, esse ato é considerado como um “mal necessário”, pois, como afirmou o indígena José Carlos Ferreira<sup>192</sup>; “pra que a gente pudesse provar que somos verdadeiros índios Xukuru-Kariri a gente teve que arrancar os restos mortais dos nossos ancestrais, teve que arrancar lá pra levar pro Rio de Janeiro pra poder comprovar que realmente nós [...] somos resistência do povo Xukuru-Kariri”. De modo semelhante, a exposição de igaçabas e outros artefatos e objetos relacionados, no Museu Xucurus de História, Artes e Costumes, é analisada como uma extensão do paradoxo da representação dos indígenas no município.

Na análise da professora Kátia Almeida<sup>193</sup>, o próprio Museu é um espaço singular, uma construção que expressa às particularidades de Palmeira dos Índios, pois se trata de um lugar de memória (NORA, 1997) organizado em uma igreja com características do período colonial, construída por negros

---

<sup>192</sup> FERREIRA, José Carlos Araújo. Entrevista realizada na Aldeia Cafurna de Baixo, território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL. 07/11/2018.

<sup>193</sup> CADENGUE, Kátia Almeida. Entrevista em Palmeira dos Índios. 04/12/2018.

escravizados, transformada em um museu que recebeu o nome de um povo indígena, porém que faz referência e exalta principalmente a cultura do “branco colonizador” e da Igreja Católica Romana. Em vista disso, as posições dos Xukuru-Kariri sobre esse espaço são de críticas em diferentes aspectos.

O Museu foi idealizado como um local para referenciar as memórias e a história de formação de Palmeira dos Índios, construído a partir de objetos doados por membros de vários setores econômicos e sociais no município, contou inclusive com a colaboração de alguns indígenas, que doaram peças artesanais para serem exibidas no espaço<sup>194</sup>. No entanto, a partir das modificações pelas quais essa instituição passou ao longo dos anos, como as mudanças de organização das coleções, que relegaram as peças indígenas para a última sala do prédio, bem como o descaso com os artefatos nele expostos, a representatividade do Museu passou a ser questionada pelos Xukuru-Kariri.

Atualmente, as críticas ao Museu Xucurus são no sentido da organização das peças, sobre o descuido com o acervo indígena, a exibição de igaçabas abertas contendo restos mortais, do despreparo dos funcionários e da distância entre a instituição e o povo indígena, supostamente representado. Sobre essa questão, a indígena Betânia Celestino<sup>195</sup> afirmou:

---

<sup>194</sup> Um dos indígenas que mais construíram com peças para o Museu Xucurus foi Pajé da Aldeia Fazenda Canto, Miguel Celestino (1924-1998), um talentoso escultor que possuía uma relação de amizade com Luiz Torres, desse modo doou algumas de suas obras de arte para a instituição organizada pelo escritor. Informação fornecida por Celso Celestino, filho do Senhor Miguel Celestino e atual Pajé da Aldeia. CELESTINO, Celso. Entrevista realizada na Aldeia Fazenda Canto, território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, 26/10/2018.

<sup>195</sup> CELESTINO, Betânia. Entrevista realizada na Aldeia Riacho Fundo, território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, 26/10/2018.

Não tem ninguém indígena, que o certo era um indígena no Museu, direcionando isso aí, representando o seu povo e não um branco. Que até, quem tá lá, quem atua lá, de governo para governo, são pessoas que não tem qualificação nenhuma, que não tem conhecimento nenhum, que são trocados automaticamente, a partir do momento que muda de governo é mudado também esses profissionais, [...]. Antigamente, nós indígenas nós poderíamos entrar ali o dia e a hora que a gente quiséssemos sem pagar taxa nenhuma, hoje se a gente quiser fazer qualquer tipo de trabalho de pesquisa lá dentro, ou levar um estudante ou um turista lá dentro, a gente tem que pagar igualmente um branco, e isso tá errado! (CELESTINO, 2018, informação verbal).

No relato observamos o descontentamento sobre o descaso e a distância estabelecida entre o Museu e o povo Xukuru-Kariri. Considerado pela maioria dos indígenas como um “ponto histórico”<sup>196</sup> de referência sobre a presença do índio na região, nos últimos anos, o espaço tem sido utilizado como um meio de negação do protagonismo desse povo a partir de um acervo isolado na última sala do prédio, com peças mal cuidadas e misturadas com artefatos de origens diferentes e da atuação de funcionários que desconhecem a história e as expressões socioculturais Xukuru-Kariri.

Além da cobrança da taxa de entrada, a falta de proximidade com o território habitado pelos indígenas é um dos pontos de maior crítica, pois, para os Xukuru-Kariri, o Museu deveria ser utilizado como um espaço de desconstrução das imagens estereotipadas e preconceituosas disseminadas sobre

---

<sup>196</sup> SANTOS, Edjalmo Ramos de. Entrevista realizada na Aldeia Riacho Fundo, território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL. 26/11/2018.

seu povo ao longo da história de Palmeira dos Índios. Algumas lideranças Xukuru-Kariri estão considerando a possibilidade de transferir as peças indígenas para uma das aldeias e criar um museu por eles organizado; uma espécie de “memorial”, para que os mais jovens se lembrem dos mais velhos<sup>197</sup>. Sobre essa possibilidade, Tanawy comentou:

Eu acredito que seria a melhor forma fazer uma estrutura na aldeia, pra que as pessoas que viesse visitar a aldeia conhecer o passado e a realidade da aldeia. Não daquela forma que é mostrada no Museu, com pessoas desinformadas sem saber nem dá uma informação de nada, e coisas que não tem nem informação, que são coisa que não existe na nossa cultura, [...]. Então, a melhor forma era devolver as igaçabas pra que a gente plante nossas igaçabas novamente. E o que pertence ao nosso povo, fazer uma estrutura dentro da aldeia pra que a gente coloque dentro da nossa comunidade e nós mesmo fale da nossas coisa e nós mesmo mostre a nossa cultura, o que foi do passado e o presente e o que a gente trás do passado até hoje (TENÓRIO, 2018, informação verbal).

Ao longo das entrevistas e conversas com lideranças Xukuru-Kariri percebemos a necessidade de o indígena falar sobre a sua própria história como uma das principais reivindicações desse povo diante das várias formas de representações e narrativas sobre a sua história em Palmeira dos Índios. Nos relatos dos entrevistados ficaram evidentes os descontentamentos com a exposição das igaçabas no Museu Xucurus, pois afirmaram que em um museu organizado pelos

---

<sup>197</sup> CELESTINO, Celso. Entrevista realizada na Aldeia Fazenda Canto, território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL. 26/10/2018.

indígenas as urnas funerárias não seriam expostas ao público, mas replantadas no solo sagrado.

A respeito da necessidade de repensar as narrativas historiográficas sobre Palmeira dos Índios, considerando as memórias dos indígenas entrevistados, a reivindicação foi expressa sempre relacionada com a possibilidade de os “verdadeiros índios” terem espaço de fala e visibilidade no município para que possam desmistificar narrativas romantizadas e mitológicas sobre sua história e expressões socioculturais. O objetivo é considerado como uma tarefa difícil, pois além de não terem “lugar de voz” nos meios de locais de comunicação<sup>198</sup>, ou abertura política, o cotidiano e a historiografia palmeirense<sup>199</sup> está permeada por produções que relegam os indígenas ao passado, ao passo em que exaltam personagens não indígenas que teriam contribuído para o progresso do município.

Além de críticas às produções do escritor Luiz Torres, os indígenas entrevistados comentaram a atuação de Ivan Barros, destacando que o advogado foi um dos principais responsáveis por distorcer a história do povo Xukuru-Kariri. As críticas se fundamentam principalmente na rememoração dos momentos de mobilizações, principalmente nas retomadas na Mata da Cafurna em 1994. Nesse sentido, o Pajé Celso<sup>200</sup> o descreveu como: “um cara que detonou a gente naquela época [...], como advogado, detonou. Como escritor, na época, que era jornalista... então o

---

<sup>198</sup> TENÓRIO, Tanawy de Souza. Entrevista realizada na Aldeia Mata da Cafurna, território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL. 12/10/2018.

<sup>199</sup> Nos referimos às produções de memorialistas palmeirenses do século XX, cujos escritos foram amplamente divulgados e se tornam referência no município, inclusive para os novos estudos sobre a história local.

<sup>200</sup> CELESTINO, Celso. Entrevista realizada na Aldeia Fazenda Canto, território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL. 26/10/2018.

cara detonou a gente aí com força, maltratou a questão de índio, que índio era vândalos, era bandido, [...]” (CELESTINO, 2018, informação verbal).

As memórias sobre os momentos de conflitos em torno das retomadas territoriais se relacionam com a análise que os indígenas fazem do atual contexto sócio-político no qual estão inseridos, desse modo ao analisar a atuação de sujeitos de influência no município, como Ivan Barros e Luiz Torres, não se distanciam de uma análise mais ampla da história local. Portanto, ao criticar a atuação de escritores, bem como a predileção da sociedade palmeirense pela exaltação de personagens não indígenas, José Carlos Ferreira afirmou que essa é uma prática sucessiva na história local, tendo sido iniciada por Graciliano Ramos, e seguida por Luiz Torres e Ivan Barros<sup>201</sup>.

Diante das constatações, ressaltamos que as memórias de resistências dos indígenas se expressam sempre em oposição às imagens e narrativas presentes no cotidiano não indígena local. Pois as produções serviram para construir uma imagem sobre Palmeira dos Índios descrevendo a presença indígena como inegável, embora esse índio seja uma personagem romantizada e vinculada apenas ao momento de formação da cidade.

No entanto, quando não indígenas, sejam habitantes no município ou não, veem tais representações, ou mesmo refletem sobre a denominação “Palmeira dos Índios”, observou a professora Cristina Moreira: “90% das pessoas pergunta; ‘tem índio?’, ‘Porque é Palmeira dos Índios?’. E a gente imagina que tem esses índios, mas ninguém se preocupa com quem são e

---

<sup>201</sup> FERREIRA, José Carlos Araújo. Entrevista realizada na Aldeia Cafurna de Baixo, território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL. 07/11/2018.

como eles estão. [...]. Quem são os índios de hoje?” (MOREIRA, 2018, informação verbal). Essa problematização se relaciona diretamente com as constatações dos indígenas entrevistados, para os quais a falta de visibilidade e de divulgação sobre a forma como realmente vivem em Palmeira dos Índios, é um dos maiores problemas enfrentados por esse povo na atualidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto, buscamos analisar as variadas formas de representações sobre o povo indígena Xukuru-Kariri habitante no município de Palmeira dos Índios, procurando compreender as motivações dos atores envolvidos no processo de construção de uma narrativa histórica sobre a gênese da cidade que destacou a presença do índio como primeiro habitante da região, porém o relegou a um passado distante, negando as mobilizações e resistências cotidianas.

Analisamos os discursos de mitificação dos indígenas em diferentes conjunturas sócio históricas e políticas com o objetivo de compreender as motivações que propiciaram a utilização do índio como um símbolo identitário de um município cuja história é marcada por conflitos fundiários. Para tanto, foi necessário refletir sobre a “formação histórica” da cidade, procurando identificar a origem de tais conflitos. Nesse contexto, percebemos os indígenas como sujeitos ativos, desenvolvendo estratégias e tecendo alianças, nos em múltiplos processos históricos.

As mobilizações pelo reconhecimento oficial dos Xukuru-Kariri frente ao SPI, no período posterior ao silenciamento oficial sobre os indígenas, imposto pela extinção dos aldeamentos na Província de Alagoas, possibilitaram a reorganização política e

afirmação étnica desse povo, proporcionado a demarcação das fronteiras identitárias (BARTH, 2000) que os diferencia localmente. O estudo desse processo nos possibilitou uma reflexão mais aprofundada sobre a conjuntura de criação das narrativas históricas e representação sobre os indígenas.

A partir das fontes documentais e nos escritos de memorialistas locais percebemos que no contexto sócio-histórico no qual estes escritores produziram tais narrativas, entre 1968 e 1980, a visão dos indígenas como seres intrínsecos ao “passado formador” era comum no município. Portanto, o reconhecimento oficial dos Xukuru-Kariri, realizado pelo SPI, não pareceu “convencer” a sociedade palmeirense, tampouco os escritores mais destacados.

A necessidade de criar uma narrativa histórica que delimitasse uma identidade singular para aquela sociedade, que experimentava um momento de destacado desenvolvimento econômico, era igualmente presente; isso motivou a utilização do índio como um símbolo da “identidade local”. Desse modo, aos moldes da literatura indianista do século XIX, o índio foi descrito como um ser romantizado, um ancestral presente na gênese do município, porém integrado à sociedade não indígena que se formou na região.

A concepção resultou na visão dos Xukuru-Kariri habitantes na Aldeia Fazenda Canto como remanescentes dos verdadeiros índios que habitaram a região, pois, motivado pelo desejo de relatar a presença indígena, o memorialista Luiz Barros Torres procurou produzir uma etnologia das perdas (OLIVEIRA, 2004), escrevendo sobre os costumes e crenças dos “descendentes” dos Xukuru-Kariri, pois acreditava que estes estariam caminhando inevitavelmente para a aculturação.

Ao analisar a atuação do escritor, observamos que seu interesse em representar o indígena na história do município, mesmo que de forma romantizada, foi motivado pelo objetivo de criar uma identidade própria para Palmeira dos Índios. A oficialização da lenda de fundação da cidade, a partir da adoção dos símbolos criados pelo memorialista, possibilitou a disseminação de imagens distorcidas sobre os indígenas, as quais serviram para dar fundamentação ao nome do município e possibilitar a criação de uma identidade palmeirense alicerçada em um discurso sobre uma origem indígena.

Percebemos que esse tipo de visão foi resultante não apenas dos escritos romantizados produzidos por Luiz Torres, mas da ressignificação de tais representações no cotidiano local; utilizadas como modelos de etnicidade a partir do qual os indígenas que reivindicam a posse do território deveriam ser avaliados. Desse modo, alguns posseiros, apoiados por advogados como Ivan Barros e José Delfim da Motta Branco, utilizaram tais representações para questionar a etnicidade do referido povo indígena, silenciando sua presença no município e os definindo como inimigos da cidade.

As reflexões sobre o Museu Xucurus de História, Artes e Costumes, fundamentadas no questionamento de sua posição de lugar de memória (NORA, 1997) representativo da história de Palmeira dos Índios, nos permitiram perceber que esta instituição seguiu as configurações dos escritos de Luiz Torres, ao representar a presença indígena como algo indissociado a um “passado formador”. Desse modo, compreendemos este o Museu como um espaço simbólico no qual o exotismo dos indígenas foi utilizado como forma de estabelecer apropriação e a dominação.

O distanciamento entre a instituição e os atores sociais a ela relacionados, principalmente em relação ao povo Xukuru-Kariri, demonstrou que o Museu não se configurou em um espaço de negociação (CHAGAS, 2007), mas em um ambiente dedicado à celebração de memórias do poder e da subjugação de negros e indígenas. A partir de entrevistas e conversas com índios Xukuru-Kariri percebemos que a representatividade que o Museu supostamente lhe proporcionaria é amplamente questionada na atualidade.

Diante dos posicionamentos das lideranças entrevistadas, em relação ao Museu Xucurus e às representações imagéticas que fazem referência a um índio mitológico, a exemplo da Bandeira do município, observamos que estes expressam uma necessidade de substituir tais representações estereotipadas e romantizadas por uma narrativa sobre a presença indígena na história local produzida pelo próprio povo Xukuru-Kariri.

Esse objetivo se expressou também em relação ao Museu, pois a possibilidade de retirar as peças indígenas do espaço e criar um novo museu em alguma das aldeias no município é uma ideia presente entre algumas das lideranças Xukuru-Kariri. O espaço é pensado não apenas como um Museu formado por artefatos organizados com o objetivo de mostrar os costumes e expressões socioculturais conforme a autoimagem da comunidade, mas a partir da necessidade de criar um “memorial” que seja utilizado como um instrumento educativo para os jovens indígenas.

Com este estudo percebemos a reivindicação do povo Xukuru-Kariri em dissociar a relação estabelecida entre a presença indígena no município e as imagens romantizadas no

cotidiano local; exigindo o efetivo reconhecimento da histórica presença de seu povo na região e a realização de uma análise crítica da história local, considerando os conflitos existentes durante a “formação” sócio histórica de Palmeira dos Índios e na atualidade.

O reconhecimento da presença do povo Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios, exige também a negação dos discursos atribuindo aos atuais indígenas as responsabilidades pelo retrocesso na economia local. As lideranças entrevistadas afirmaram que uma mudança será possível somente a partir de uma livre e respeitosa aproximação entre a sociedade palmeirense representada pelo governo municipal e o povo Xukuru-Kariri, além de uma educação distanciada de narrativas romantizadas, interagindo com os indígenas e desconstruindo os preconceitos expressos no cotidiano local.

Este estudo se propôs a analisar o lugar que foi reservado aos indígenas ao longo do processo de formação sócio histórica de Palmeira dos Índios, refletindo sobre as diversas formas de utilização de imagens romantizadas sobre o índio em meio a uma sociedade que exalta ou nega a sua presença, de acordo com a conjuntura. As reflexões fundamentaram-se na bibliografia exposta no decorrer do texto e na análise de variados tipos de fontes documentais, narrativas orais e escritos de memorialistas palmeirenses. Destacamos que este livro não reuniu todas as respostas às inquietações que motivaram a pesquisa, no entanto, o objetivo não foi apresentar um estudo finalizado sobre a utilização da imagem do índio no município e sim refletir, de modo a problematizar e estimular novas reflexões sobre o tema.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC.** Rio de Janeiro: FVG, 1990.

ALCÀZARI GARRIDO, Joan Del. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.13, n.º 25/26, p.33-54, set.1992/ago.1993.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial: novos súditos cristãos do Império Português.** 2000. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Campinas, UNICAMP, 2000.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas.** São Paulo: Companhia das Letras. 2008.

ANTUNES, Clóvis. **Wakona - Kariri - Xukuru: aspectos sócio-antropológicos dos remanescentes indígenas de Alagoas.** Maceió: UFAL, 1973.

ANTUNES, Clóvis. **Índios de Alagoas: documentário.** Maceió: Imprensa Universitária, 1984.

ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. Morte e vida no Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1995, v. 8, nº 15, 57-94.

ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. **O reencantamento do mundo**: trama histórica e arranjos territoriais Pankararu. 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

BARROS, Ivan Bezerra de. **Etnia tribal Xucuru-Kariri** e a formação de Palmeira dos Índios. Olinda: Ed. Do Autor, 2011.

BARROS, Ivan Bezerra de. **Palmeira dos Índios**: terra e gente. Maceió: Academia Maceioense de Letras, 1969.

BARROS, José D' Assunção. A história cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Diálogos**, Maringá, UEM, vol. 9, n. 1, 2005. p. 125-141

BARTH, Frederik. **O guru, o Iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BAUER, Martin W; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 7 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

BRANCO, José Delfim da Motta. Legitimidade da nossa posse e propriedade das terras reivindicadas pelos “índios”. Palmeira dos Índios, 30/01/1998. Disponível no Acervo do GPHIAL.

BEZERRA, Deisiane da Silva. Padre Alfredo Dâmaso e os Índios: entre teias, conexões e alianças no Brasil republicano. *In*: NETA, F. M.; PEIXOTO, J. A. L. (org.). **Alagoas nos trilhos das memórias**: imagens, patrimônios e oralidades. Recife: Libertas, 2017. p. 141-158.

BRUNO, Maria Cristina. Estudos de Cultura Material e Coleções Museológicas: Avanços Retrocessos e Desafios. *In*: Marcus Granato; Marcio F. Rangel (org.). **Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia**. Rio de Janeiro, 2009. p. 14-25.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: o uso de imagens como evidência histórica. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CARRARA, Douglas. Relatório Preliminar Circunstanciado de Verificação e Delimitação Terra Indígena Xukuru–Kariri. Disponível em: <http://bchicomendes.com/cesamep/relatorio.htm>. Acesso em: 19 jun. 2016.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes e fazer. Tradução de Ephraim F. Alves. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CHAGAS, Mário. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 19, n. 19, jun. 2009.

CHAGAS, Mário. Museu do Índio: uma instituição singular e um problema universal. *In*: FILHO, Manuel Ferreira Filho; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornelia. (org.). **Antropologia e patrimônio cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 175-198.

CHAVES, Julio César. **“Eu não queria que índio se tornasse peça de museu”**: polifonias dos Xukuru Kariri sobre museus. 2014. 47 f. Trabalho de Conclusão do Curso (Especialização em

Antropologia) – Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Maceió, 2014.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CUNHA, Elba Monique Chagas da. **Sertão, sertões**: colonização, conflitos e história indígena em Pernambuco no período pombalino (1759-1998). 2013. 134 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE, Recife, 2013.

CUNHA, Osvaldo Rodrigues da. **Talento e atitude**: estudos biográficos do Museu Emílio Goeldi. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1989. Disponível em: <http://repositorio.museu-goeldi.br:8080/bitstream/mgoeldi/678/1/Talento%20e%20Atitude%20CARLOS%20ESTEVAO%20DE%20LIVEIRA.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2017.

DÓRIA, Siglia Zambrotti. **Resumo do relatório de identificação e delimitação da terra indígena Xukuru-Kariri**. Brasília: Diário Oficial da União, 20 de out. 2008.

FERREIRA, Cosme Rogério. Palmeira dos Índios: origem e identidade indígena. In: TENÓRIO, Douglas Apratto; COSTA, Jairo José Campos (Org.). **Alagoas**: a herança indígena. Arapiraca: EDUNEAL, 2015. p.123-146.

FERREIRA, Gilberto Geraldo. **Educação formal para os índios**: as escolas do serviço de proteção aos índios (SPI) em alagoas (1940-1967). 2016. 232 f. Tese (Doutorado em História)

– Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

FERREIRA, Lima; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane Felipe (Org.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Limiar, aura e rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin**. São Paulo: Editora 34, 2014.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo (Org.). **Toré: regime encantado do índio do Nordeste**. Recife: Editora Massangana, 2005.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz: poder tutelar e indianidade no Brasil**. 1992. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. O exercício da tutela sobre os povos indígenas: considerações para o entendimento das políticas indigenistas no Brasil contemporâneo. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 55 n. 2, 2012. p. 781-832.

LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

MARTINS, Sílvia Aguiar Carneiro. **Os caminhos da Aldeia...** Índios Xucuru-Kariri em diferentes contextos situacionais. 1994. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1994.

MANZINI, E. J. Considerações sobre a entrevista para a pesquisa social em educação especial: um estudo sobre análise de dados. *In*: JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; VICTOR, S. L. **Pesquisa e educação especial: mapeando produções**. Vitória: UFES, 2006. p. 361-386.

MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1996.

MONTEIRO, John Manoel. Armas e armadilhas: História e resistência dos índios. *In*: NOVAES, Adauto. (Org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia da Letras, 1999.

MORAES, Tancredo. **Resumo histórico-antropogeográfico do estado de Alagoas**. Maceió: Imprensa Oficial/AL, 1960.

MOREIRA, Ana Cristina de Lima; PEIXOTO, José Adelson Lopes; SILVA, Tiago Barbosa da. **Mata da Cafurna, ouvir memória e contar História**: tradição e Cultura do povo Xucuru-Kariri. Maceió: Edições Catavento, 2008.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. Trauçõ de Yara Aun Khoury. São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

NORA, Pierre. **O lugar da memória**. Tradução: Janice Gonçalves. Paris: Gallimard, 1997.

OLIVEIRA, Bruno Pacheco de. **Quebra a cabaça e espalha a semente**: desafios para um protagonismo indígena. Rio de Janeiro: E-Papers, 2015.

OLIVEIRA, Carlos Estevão de. O Ossuário da "Gruta-do-Padre", em Itaparica, e algumas Notícias sobre Remanescentes Indígenas do Nordeste. **Boletim do Museu Nacional**. Rio de Janeiro. 1942, Vol. XVII, p. 155-212.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **"O nosso governo"**: os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo; Marco Zero, 1988.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Três teses equivocadas sobre o indigenismo (em especial sobre os índios do Nordeste). *In*: ESPÍRITO SANTO, Marco Antônio do. (Org.). **Política indigenista**: Leste e Nordeste brasileiros. Brasília: FUNAI/DEDOC, 2000. p. 17-26.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *In*: OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). **A viagem de**

**volta:** etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2 ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Memórias e imagens em confronto:** os Xucuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá. 2013. 140 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa, 2013.

PERES, Sidnei. Terras indígenas e ação indigenista no Nordeste (1910-1967). *In:* OLIVEIRA, João Pacheco de. **A viagem de volta:** etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. (org.). Rio de Janeiro: ContraCapa, 2004. p. 43-91.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p. 3-15.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1980.

RAMOS, Graciliano. **Caetés.** Rio de Janeiro: Record, 2013.

ROCHA, Adauto Santos da. **Xukuru-Kariri:** migrações, cotidiano e dimensões do trabalho indígena em Alagoas e no Sudeste do país (1952-1990). Maceió: Olyver, 2020.

SCOTT, James C. **Formas cotidianas da resistência camponesa.** Raízes, v. 21, n. 1

SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. **Aldeando sentidos:** Os Xucuru-Kariri e o Serviço de Proteção aos Índios no Agreste alagoano. Maceió: Edufal, 2013.

SILVA, Amanda Maria Antero da. **Xukuru-Kariri: Protagonismo indígena em Palmeira dos Índios/AL (1979-2013)**. 2019. 123 f. Dissertação (Mestrado em História) Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2019.

SILVA, João Paulo Omena. **Entre o soar dos sinos e o apito do trem: modos de pensar o Museu Xucurus de Palmeira dos Índios/AL**. 2017. 163 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Maceió, 2017.

SILVA, Maria Ester Ferreira da. **A (des)territorialização do povo Xukuru-Kariri e o processo de demarcação das terras indígenas no município de Palmeira dos Índios – Alagoas**. 2004. 119 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe – UFS, Aracaju, 2004.

SILVA, Edson. História Xukuru, história indígena no Nordeste: novas abordagens. **Revista Mnemosine**, Campina Grande, v.1, n.2, jul./dez. 2010, p. 64-83.

SILVA, Edson. Povos indígenas no Nordeste: contribuição a reflexão histórica sobre o processo de emergência étnica. **Revista Mneme**, Caicó. v.4, n.7, fev./mar. 2003

SILVA, Edson. **Xukuru: memórias e histórias dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988**. Recife: Editora UFPE, 2014.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. 1995. 291 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade

Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1995.

TEIXEIRA, Luana. **Para além da “pedra e caco”**: o patrimônio arqueológico e as igaçabas de Palmeira dos Índios, Alagoas. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – IPHAN, Rio de Janeiro, 2012.

TORRES, Luiz de Barros. **A terra de Tilixi e Txiliá**: Palmeira dos Índios séculos XVIII e XIX. Maceió: IGASA, 1973.

TORRES, Luiz de Barros. Índios Xucuru Kariri, uma raça em extinção. **Jornal de Alagoas**. Alagoas, p.11, 31 mar. 1977.

TORRES, Luiz de Barros. Museu Histórico. Correio do Sertão. Bahia, p.2, 15 de out. 1957

TORRES, Luiz de Barros. **Os índios Xukuru e Kariri em Palmeira dos Índios**. 4ª ed. ampliada e revisada. Palmeira dos Índios: ed. do autor, 1974.

## **LISTA DE ENTREVISTADOS**

Ana Cristina de Lima Moreira. Entrevista realizada na Universidade Estadual de Alagoas/UNEAL, Palmeira dos Índios/AL, em 21/10/2018.

Antônio Celestino. Entrevista realizada na Aldeia Boqueirão, território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 24/12/2018.

Betânia Celestino. Entrevista realizada na Aldeia Riacho Fundo, território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 26/10/2018.

Celso Celestino. Entrevista realizada na Aldeia Fazenda Canto, território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 26/11/2018.

Edjalmo Ramos de Santos. Entrevista realizada na Aldeia Riacho Fundo, território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 26/11/2018.

Gilene Cerqueira de Melo. Entrevista realizada na cidade de Palmeira dos Índios/AL em 03/10/2018.

José Carlos Araújo Ferreira. Entrevista realizada na Aldeia Cafurna de Baixo, território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 07/11/2018.

Kátia Almeida Cadengue. Entrevista realizada no Museu Xucuru de História, Artes e Costumes, Palmeira dos Índios/AL, em 04/12/2018.

Lenoir Tenório. Entrevista realizada na Aldeia Mata da Cafurna, território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 05/07/2018.

Tanawy de Souza Tenório. Entrevista realizada na Aldeia Mata da Cafurna, território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 26/11/2018.

## QUER SABER MAIS SOBRE A EDITORA OLYVER?

Em [www.editoraolyver.org](http://www.editoraolyver.org) você tem acesso a novidades e conteúdo exclusivo. Visite o site e faça seu cadastro!

A Olyver também está presente em:



[facebook.com/editoraolyver](https://facebook.com/editoraolyver)

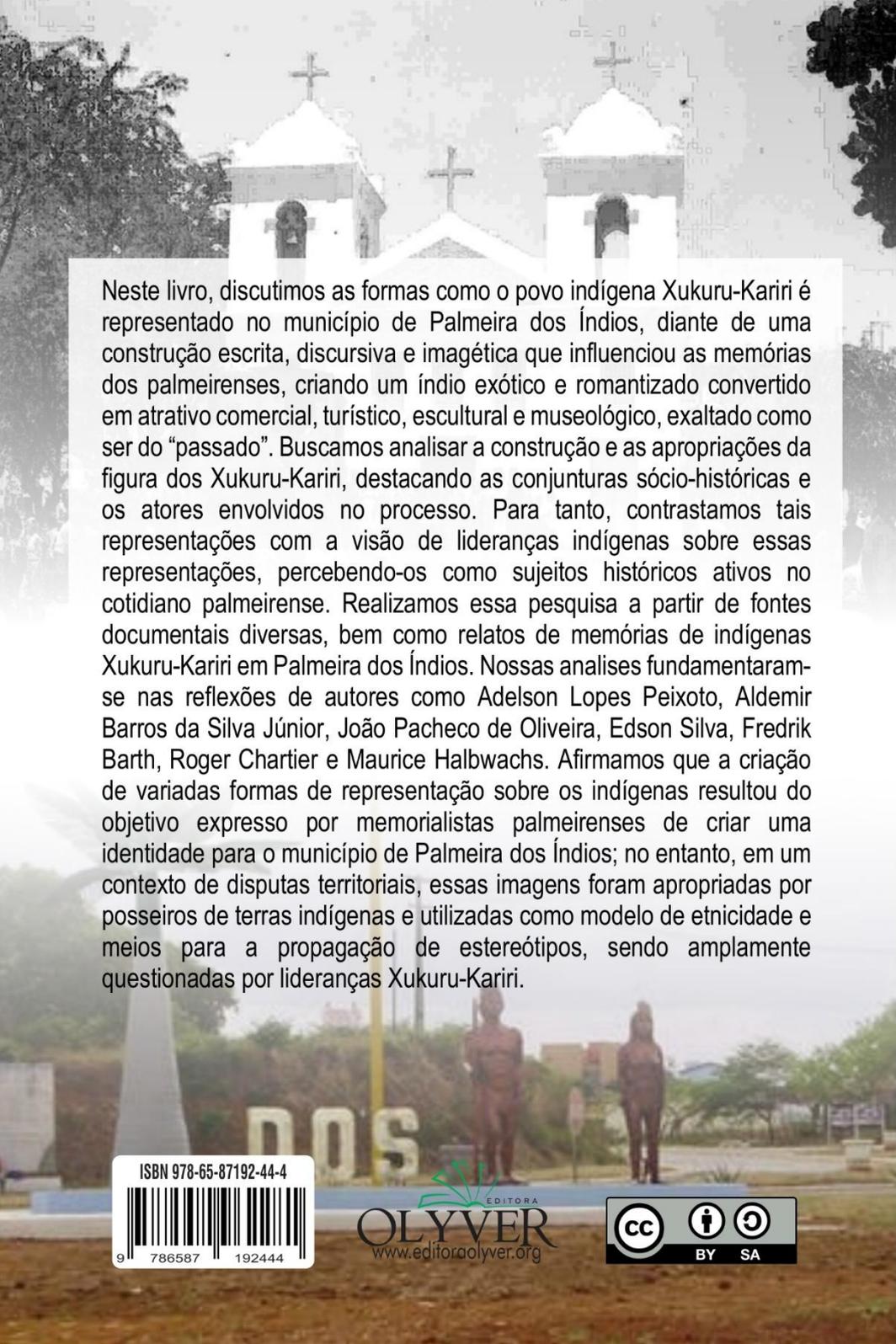


[@editoraolyver](https://twitter.com/editoraolyver)



[Instagram.com/editoraolyver](https://instagram.com/editoraolyver)





Neste livro, discutimos as formas como o povo indígena Xukuru-Kariri é representado no município de Palmeira dos Índios, diante de uma construção escrita, discursiva e imagética que influenciou as memórias dos palmeirenses, criando um índio exótico e romantizado convertido em atrativo comercial, turístico, escultural e museológico, exaltado como ser do “passado”. Buscamos analisar a construção e as apropriações da figura dos Xukuru-Kariri, destacando as conjunturas sócio-históricas e os atores envolvidos no processo. Para tanto, contrastamos tais representações com a visão de lideranças indígenas sobre essas representações, percebendo-os como sujeitos históricos ativos no cotidiano palmeirense. Realizamos essa pesquisa a partir de fontes documentais diversas, bem como relatos de memórias de indígenas Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios. Nossas análises fundamentaram-se nas reflexões de autores como Adelson Lopes Peixoto, Aldemir Barros da Silva Júnior, João Pacheco de Oliveira, Edson Silva, Fredrik Barth, Roger Chartier e Maurice Halbwachs. Afirmamos que a criação de variadas formas de representação sobre os indígenas resultou do objetivo expresso por memorialistas palmeirenses de criar uma identidade para o município de Palmeira dos Índios; no entanto, em um contexto de disputas territoriais, essas imagens foram apropriadas por posseiros de terras indígenas e utilizadas como modelo de etnicidade e meios para a propagação de estereótipos, sendo amplamente questionadas por lideranças Xukuru-Kariri.

ISBN 978-65-87192-44-4



9

786587

192444

  
EDITORA  
**OLYVER**  
www.editoraolyver.org

